

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Filosofia, Sociologia e Política
Programa de Pós-graduação em Ciência Política



Dissertação de Mestrado

**Grupos de mídia pertencentes a partidos políticos:
O caso de Malta a partir de 1991.**

Antonio Vicente Pessoa de Oliveira

Pelotas
2019

Antonio Vicente Pessoa de Oliveira

Grupos de mídia pertencentes a partidos políticos:

O caso de Malta a partir de 1991

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia, Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Alvaro Augusto de Borba Barreto

Pelotas, 2019

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

P475g Pessoa, Antonio Vicente de Oliveira

Grupos de mídia pertencentes a partidos políticos : o caso de Malta a partir de 1991 / Antonio Vicente de Oliveira Pessoa ; Alvaro Augusto de Borba Barreto, orientador. — Pelotas, 2019.

174 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, 2019.

1. Mídia partidária. 2. Comunicação política. 3. Malta. 4. Dependência de trajetória. I. Barreto, Alvaro Augusto de Borba, orient. II. Título.

CDD : 320

ANTONIO VICENTE PESSOA DE OLIVEIRA

Grupos de mídia pertencentes a partidos políticos: O caso de Malta a partir de 1991

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em Ciência Política, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 12/06/2019

Banca examinadora:

.....
Prof. Dr. Alvaro Augusto de Borba Barreto (Orientador)

Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

.....
Prof^a. Dr^a. Karina Lilia Pasquariello Mariano

Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas

.....
Prof^a. Dr^a. Rosângela Marione Schulz

Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Thereza Cristina Pessoa de Oliveira, que me apoiou durante vários anos, tanto financeiramente quanto moralmente, para que este sonho fosse possível, podendo sentir-se também parte desta realização.

Ao povo de Malta, pelo fascinante objeto de pesquisa.

Ao grande amigo Lucas Paolillo Barboza, que mesmo vinculado a um distinto programa de pós-graduação, praticamente cursou o Mestrado em paralelo comigo.

Um grande e especial agradecimento à minha orientadora na graduação na UNESP Araraquara até 2015, e líder do GEICD (Grupo de Estudos Interdisciplinares em Cultura e Desenvolvimento), Professora Doutora Karina Lilia Pasquariello Mariano, pelos muitos anos de convivência acadêmica, uma experiência única e que, ao longo dos últimos cinco anos, me moldou academicamente para alcançar o mestrado e concretizar o sonho de concluí-lo.

Aos membros do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia, Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas pelo apoio e acolhimento a este paulista que veio ao Rio Grande do Sul realizar o sonho da pós-graduação. Em especial, um agradecimento para a Professora Doutora Rosângela Marione Schulz, que após meu ingresso no mestrado no início de 2017, me deu bons conselhos sobre os procedimentos dentro do programa para obter a bolsa da CAPES, além de tirar muitas dúvidas que surgiam naquele período inicial, que eu era um novato no PPGCPol e ela era a Coordenadora do programa, e posteriormente aceitou fazer parte das minhas bancas de Qualificação e Defesa.

Manifesto o maior agradecimento para o Professor Doutor Alvaro Augusto de Borba Barreto, meu orientador. Devo a ele um muito obrigado pelos mais de dois anos de compreensão, palavras de motivação e incentivo, e-mails respondidos em poucos minutos, por ler os capítulos da minha dissertação e devolvê-los em poucos dias, realizando apontamentos e sugestões pertinentes e com rigor acadêmico. Mesmo durante seu pós-doutorado em Portugal, manteve-se sempre solícito e disponível para esclarecer qualquer dúvida, compreender que eu precisei de mais prazo para produzir a dissertação do que inicialmente imaginamos. Agradeço a oportunidade de ter um orientador como o Professor Alvaro, pois sem a tranquilidade que ele me transmitiu, não sei como teria sido possível realizar este mestrado.

Obrigado.

RESUMO

PESSOA, Antonio Vicente de Oliveira. **Grupos de mídia pertencentes a partidos políticos: o caso de Malta a partir de 1991**. 2019. 174 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, Brasil.

O objetivo deste estudo visa desvendar a razão e o funcionamento de um fenômeno incomum, em que partidos políticos são proprietários de grupos de comunicação em massa. Para tratar de um tema como grupos de mídia pertencentes a partidos políticos, esta pesquisa foca no único caso dentre as democracias europeias, na República de Malta, pequeno Estado-nação no Mar Mediterrâneo, em que há grupos de mídia pertencentes a organizações partidárias, estes gerenciando alguns dos canais de televisão, estações de rádio, jornais diários e semanais, além de portais de notícias. Há um rico conjunto de informações e exposição de detalhes sobre o caso dos grupos de mídia partidários malteses na obra de Sammut (2007), cuja citação será frequente na descrição do objeto de estudo deste trabalho. O marco temporal deste estudo abará os antecedentes, desde a estatização da mídia audiovisual em Malta, em 1975, passando pelo período de estabelecimento destes veículos de comunicação partidários, a partir de 1991, até o período de consolidação de fenômeno, em que é possível encontrar material bibliográfico sobre o caso, em 2014. Esta dissertação apresenta duas linhas de análise, uma sobre as razões do estabelecimento e manutenção desse modelo ímpar de mídia partidária, e outra sobre o funcionamento desse modelo, visando expor para quais objetivos esses veículos de comunicação são empregados. Para a primeira linha de análise, as razões do estabelecimento e manutenção serão tratadas sob uma ótica neoinstitucionalista, empregando o ferramental teórico da dependência de trajetória, também conhecido como *path dependence*. Para a segunda linha de análise, o funcionamento do fenômeno será analisado sob a luz teórica da comunicação política. Este trabalho conclui que, com o estabelecimento de grupos de mídia partidários, diferentes correntes da opinião pública maltesa possuem meios mais transparentes para saber quais são os interesses políticos de quem os informa, e com o que é oferecido, cada indivíduo pode decidir qual ponto de vista seguir ou desenvolver a sua própria visão dos fatos. A conclusão sobre um modelo de mídia que contempla a existência de veículos de comunicação pertencentes a partidos políticos, coexistindo com mídias de propriedade privada, religiosa e estatal, oferece contribuições para futuras reflexões sobre o acesso à mídia por parte de distintos grupos e correntes políticas, que representam setores de uma determinada sociedade.

Palavras-Chave: Mídia partidária; comunicação política; Malta; dependência de trajetória

ABSTRACT

PESSOA, Antonio Vicente de Oliveira. **Media groups owned by political parties: the case of Malta since 1991**. 2019. 174 f. Dissertation (Master's Degree in Political Science). Federal University of Pelotas, Pelotas, RS, Brazil.

The goal of this study is to uncover the reason and the functioning of an unusual phenomenon, in which political parties are the owners of mass communication outlets. In order to deal with a theme as partisan media groups, this research focuses on the only one known case among European democracies, in which political parties owns media groups, managing television channels, radio stations, daily and weekly newspapers, as well as news websites: Republic of Malta, a small nation placed on central Mediterranean Sea. In Sammut's book (2007) there is several information and details about the case of Maltese partisan media groups, whose citations will be often in the description of the object of study on this work. As the differential of this case, the focus of this study is on the audiovisual, partisan television and radio channels. The time frame of this study will cover the previous facts, from the nationalization of the audiovisual media in Malta, in 1975, through the establishment of those partisan media outlets, from 1991 and the follow years, until the period of partisan media consolidation, in which it is possible to find bibliographic material on this case, in 2014. This dissertation presents two lines of analysis, one on the reasons for establishing and maintaining that unique partisan media model, and another on the operation of this model, aiming to expose for which objectives those partisan communication outlets are employed. For the first line of analysis, the reasons for establishment and maintenance will be treated from a neoinstitutionalist perspective, using the theoretical tool of path dependence. For the second line of analysis, the operation of the partisan media will be analyzed under the theoretical light of political communication. This paper concludes that with the establishment of partisan media groups, different streams of Maltese public opinion get more transparent means of knowing what are the political interests of those who inform them, and based on what is offered, each individual can decide which point of view follow, or develop their own vision of the facts. The conclusion about a media model that consider the existence of media outlets belonging to political parties, coexisting with media of private, religious and state property, offering contributions for future reflections on the access to the media by different political groups and streams, which represent sectors of a given society.

Keywords: Partisan media; political communication; Malta; path dependence

LISTA DE ILUSTRAÇÕES E GRÁFICOS

Figura 1 – Mapa da localização de Malta no Mar Mediterrâneo.....	46
Figura 2 – Mapa da República de Malta e suas principais cidades.....	48
Figura 3 – Evolução do Produto Interno Bruto (PIB) da República de Malta entre 1971 e 2016.....	49
Figura 4 – Mapa dos distritos eleitorais de Malta e resultados da eleição geral maltesa de 03 de junho de 2017.....	50

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Principais veículos de comunicação malteses.....	74
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Resultados das eleições gerais maltesas de 03 de junho de 2017.....	52
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	<i>Alternattiva Demokratika</i> (Alternativa Democrática, em maltês)
AHC	Análise Histórica Comparada
BA	<i>Broadcasting Authority</i>
EUA	Estados Unidos da América
GWU	<i>General Workers' Union</i>
IĠM	<i>Istitut tal-Ġurnalisti Maltin</i> (Instituto de Jornalistas Malteses, em maltês)
Net FM	<i>Net Frequency Modulation</i>
Net TV	<i>Net Television</i>
One TV	<i>One Television</i>
PBS	<i>Public Broadcasting Services</i>
PL	<i>Partit Laburista</i> (Partido Trabalhista, em maltês)
PN	<i>Partit Nazzjonalista</i> (Partido Nacionalista, em maltês)
RAI	<i>Radiotelevisione Italiana</i>
RTK	<i>Radju tal-Kulĥadd</i> (Rádio de Todos, em maltês)
SPC	<i>Strategic Political Communication</i>
TVM	<i>Televixin Malta</i> (Televisão Malta, em maltês)
TVM2	<i>Televixin Malta 2</i>
UE	União Europeia
VUT	Voto Único Transferível

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 O MARCO TEÓRICO-CONCEITUAL DESTE ESTUDO: INSTITUCIONALISMO HISTÓRICO E COMUNICAÇÃO POLÍTICA.....	19
2.1 O institucionalismo histórico: um método neoinstitucionalista.....	20
2.1.1 O conceito de dependência de trajetória: principal ferramenta para a metodologia de institucionalismo histórico.....	23
2.2 A relevância da comunicação política para a formação da opinião pública: o debate entre Lippmann e Dewey.....	28
2.2.1 A influência da opinião pública explicada através de teorias da comunicação política.....	33
2.2.2 O jornalismo advocatício como contraponto ao jornalismo de paradigma liberal anglo-americano.....	37
2.3 Síntese.....	40
3 MALTA: O AMBIENTE EM QUE SE INSERE O BIPARTIDARISMO PROPRIETÁRIO DE MÍDIAS.....	45
3.1 Apresentação do país: a República de Malta.....	45
3.2 Origens da polarização bipartidária em Malta.....	53
3.2.1 A questão da língua.....	53
3.2.2 Os embates político-religiosos em Malta.....	55
3.2.3 O clientelismo como parte da cultura política de Malta.....	57
3.3 O forte bipartidarismo em Malta: fenômeno de origens sociais.....	58
4 EXPOSIÇÃO DO FENÔMENO DE GRUPOS DE MÍDIA PERTENCENTES A PARTIDOS POLÍTICOS EM MALTA.....	64
4.1 A história da mídia em Malta: dos jornais anglófilos aos canais bipartidários. 64	
4.1.1 Mídia impressa: principal fonte de notícias dos malteses até os primeiros anos após a abertura ao pluralismo em 1991.....	75
4.2 A influência dos dois maiores partidos malteses sobre os grupos de mídia não-partidários.....	78
4.2.1 Influência bipartidária nos jornais privados em língua inglesa.....	79
4.2.2 A disputa bipartidária por influência e espaço nos canais estatais de rádio e televisão.....	84
4.3 O conflito entre duas tradições jornalísticas em Malta: jornalismo com paradigmas liberais e objetivos <i>versus</i> o jornalismo advocatício.....	88

4.3.1 O recrutamento de jornalistas na mídia partidária.....	91
4.4 Dilema “lógica da mídia” <i>versus</i> “lógica do partido” como obstáculo para viabilizar um cumprimento mais eficaz da “missão política”.....	97
4.4.1 O viés nas matérias jornalísticas dos grupos de mídia partidários.....	99
4.4.2 O desafio da credibilidade para os grupos de mídia partidários.....	101
4.4.3 A mídia partidária como ente comercial.....	103
4.5 O comportamento da audiência.....	107
4.6 Síntese.....	112
5 UMA ANÁLISE INSTITUCIONALISTA HISTÓRICA E DE COMUNICAÇÃO POLÍTICA SOBRE O FENÔMENO DA MÍDIA PARTIDÁRIA MALTESA.....	116
5.1 As razões do fenômeno de relevantes grupos de mídia partidários.....	116
5.1.1 As condições prévias e contexto da conjuntura crítica.....	118
5.1.2 As trajetórias alternativas que foram preteridas.....	120
5.2 A trajetória escolhida.....	123
5.2.1 As razões pelo qual alguns importantes resultados da trajetória escolhida eram dependentes.....	125
5.2.2 O processo de mudança institucional: um caso de “conversão” nos maiores partidos políticos malteses.....	129
5.2.3 A retroalimentação da trajetória: versão forte no funcionamento do autorreforço em instituições inicialmente legitimadas.....	132
5.2.4 O autorreforço mantido através dos altos custos políticos para a alteração de trajetória.....	134
5.3 O funcionamento da trajetória escolhida: contribuições para o debate em comunicação política.....	136
5.3.1 A lógica de balanço político na mídia de Malta aplicado por meio do jornalismo advocatício.....	137
5.3.2 O jornalismo advocatício demonstrado através de editoriais dos jornais partidários malteses na semana das eleições europeias e municipais de Malta em maio de 2019.....	139
5.3.3 A mídia partidária como parte do debate público.....	141
5.3.4 As estratégias de influência da opinião pública aplicado ao caso da mídia partidária maltesa: o debate clássico Lippmann <i>versus</i> Dewey.....	143
5.3.5 A contribuição desse modelo de mídia partidarizado para a formação das massas para o exercício da participação política.....	151

6 CONCLUSÃO.....	155
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	168
ANEXOS.....	173

1 INTRODUÇÃO

O tema escolhido para este trabalho visa tratar um tipo de fenômeno incomum: relevantes grupos de mídia que são de propriedade de importantes partidos políticos de um país. Neste tema, não se tratam de mídias privadas que apoiam ou se opõem a um governo, mas grupos comunicacionais comerciais assumidamente partidários pelos vínculos formais de propriedade com partidos políticos, um modelo com dinâmica diferente da que é vista em muitos países. O caso de que trata este estudo diz sobre os grupos de mídia pertencentes aos maiores partidos da República de Malta, no sul da Europa.

Para dissertar sobre essa temática, o objeto desta pesquisa são os grupos de mídia de Malta cujos proprietários são os principais partidos políticos do país, que compõe as unidades de análise a serem estudadas: os grupos de mídia *One Productions Ltd.*, de propriedade do Partido Trabalhista de Malta (*PL, Partit Laburista*, no original em maltês), e o *Media.Link Communications*, de propriedade do Partido Nacionalista de Malta (*PN, Partit Nazzjonalista*, no original em maltês).

A delimitação temporal é composta pelo período entre 1975 a 2014. Os antecedentes que levaram ao fenômeno dos grupos de mídia partidários malteses se inicia em 1975, inaugurando o período de “condições antecedentes” à conjuntura crítica, momento em que ocorreu a estatização dos únicos canais de rádio e televisão de Malta até então, a *Rediffusion*, criando a estatal *Xandir Malta*.

A existência deste canal estatal de rádio e televisão, entre 1975 e 1991, gerou fortes críticas e controvérsias ao longo da década de 1980, com alegações de viés favorável ao governo de então, criando as condições prévias à abertura ao pluralismo em 1991 – a “conjuntura crítica” do estudo.

Em 1991 foi realizada uma opção, dentre as várias disponíveis, de outorgar algumas das novas concessões de canais de rádio e televisão para os partidos políticos malteses. Desde então, a dependência dessa trajetória escolhida vem se reforçando ao longo do tempo.

Este trabalho visa elucidar as razões que levaram à opção pelo estabelecimento de grupos de mídia partidários, ocorrida entre 1991 e 1998, e a pesquisa se encerrando em 2014, com o material bibliográfico produzido em Malta em um período recente, já com a consolidação desses veículos de comunicação partidários.

Para justificar a importância e relevância desta pesquisa, o caso de Malta é o mais apropriado para investigar como funciona a relação de vínculo direto entre grupos de mídia e partidos políticos, fazendo com que o caso desse país se torne um “laboratório” que justifica este tipo específico de pesquisa. A escolha de Malta como objeto de estudo é pertinente por se tratar de um caso raro no Ocidente, uma democracia em que há o fenômeno de vínculo direto e assumido de propriedade entre partidos políticos e mídia comercial, sendo estes grupos de comunicação em massa que visam o lucro e, paralelamente, tentam influenciar a opinião pública.

Em várias áreas, a investigação acadêmica sobre partidos políticos que possuem a propriedade de expressivos grupos de mídia é rara. Uma das motivações deste estudo se encontra em uma situação paralela e recente de forte influência ideológica de grupos de comunicação sobre a opinião pública no Brasil, na América Latina e nos países de língua portuguesa, em uma arena política que visivelmente se torna polarizada.

A pretensão desta pesquisa não é comparar a mídia partidária de Malta com o fenômeno de mídia privada que apoia determinadas tendências políticas, o que ocorre na região latino-americana, nos países lusófonos e nas demais democracias ocidentais, mas buscar entender como funciona um outro tipo de relação da mídia com os partidos, em que veículos de comunicação são assumidamente vinculados às organizações partidárias em uma relação de propriedade, algo inexistente no Brasil, na América Latina e nos países de língua portuguesa.

Para expor o assunto mais adequadamente, é imprescindível ter em mente as peculiaridades do país em que existe esse caso estudado. Primeiramente, é importante considerar que Malta é um pequeno Estado-nação, com cerca de 420.000 habitantes, composto por três pequenas ilhas na região central do Mar Mediterrâneo. Nos aspectos econômicos, possui dimensões limitadas, dependendo fortemente da indústria do turismo. As pequenas dimensões populacionais e territoriais, combinadas, favorecem uma dinâmica sociopolítica de proximidade pessoal entre indivíduos eleitores e representantes políticos.

Os relevantes grupos de mídia malteses pertencentes aos maiores partidos políticos de Malta operam dentro de um ambiente nacional com uma política muito polarizada entre partidários e fiéis eleitores do Partido Trabalhista e do Partido Nacionalista.

Além dos grupos de mídia partidários, em Malta também funciona uma

empresa estatal de comunicações, que provê serviços de transmissões de rádio e televisão, a *PBS (Public Broadcasting Services)*, responsável por operar o canal de televisão estatal – e líder de audiência no país – a *TVM (Televixin Malta)*, e a *Radju Malta*, também entre as líderes de audiência. Em Malta também existem grupos de mídia da Igreja Católica – religião predominante no país – com canais de rádio, portal de internet e jornal impresso.

Por fim, também existem jornais impressos privados em língua inglesa, destacadamente o *The Times of Malta*, o *The Malta Independent* e o *The Malta Today*, além de pequenos canais televisivos privados e alguns relevantes canais de rádio privados.

Importante ressaltar que os grupos de mídia pertencentes aos partidos políticos estão dentre aqueles com os maiores índices de audiência e vendagem no país, em comparação com outros grupos de comunicações estatais e privados.

Para evitar deixar o objeto demasiadamente amplo, este estudo não se debruçará sobre o fenômeno das novas mídias, como as redes sociais, *blogs*, *youtubers* e outros meios de comunicação que promovem uma interação com o público, pois estes são fenômenos muito recentes, cujo processo de compreensão sobre esses tipos de novas mídias se encontra em desenvolvimento, mesmo que os grupos de mídia partidários aqui estudados já façam uso de algumas dessas novas mídias nos últimos anos.

Para contribuir com a explicação desse fenômeno e cumprir com o objetivo de desvendar a lógica política que criou essa estrutura de propriedade midiática por parte de partidos relevantes em um país, a problemática proposta nesta pesquisa pretende descobrir uma relação entre dois fenômenos políticos existentes no país: Qual a lógica política que motivou a criação e a manutenção dos grupos de mídia pertencentes aos principais partidos políticos da República de Malta entre 1975 e 2014?

O objetivo geral visa desvendar qual a lógica política que fez criar e manter os grupos de comunicação pertencentes aos partidos políticos predominantes em Malta. Dentre os objetivos específicos deste estudo, pode-se almejar analisar como o partido político e o grupo de mídia partidário atuam como sendo o mesmo ator político, desvendar a dinâmica destes grupos de mídia partidários para tentar exercer influência sobre a opinião pública, e como esse modelo de mídia pode oferecer contribuições no gradual processo de emancipação das massas para a

participação na política.

Para realizar o devido tratamento deste objeto, as literaturas escolhidas para a produção deste trabalho mesclam textos que visam descrever o objeto, além de obras com importantes marcos teóricos, úteis para a realização da análise. Para a construção do objeto a ser estudado neste trabalho, será utilizada uma obra que trata especificamente sobre as características da mídia em Malta, além de artigos acadêmicos sobre as características do forte bipartidarismo existente em Malta (HOWE, 1987, CINI, 2002; FENECH, 2009; BULMER, 2014), e relatórios do órgão regulador estatal das comunicações audiovisuais no país, a *Broadcasting Authority*, contendo dados históricos levantados, que possuem fontes como os reports da *The Today Public Policy Institute* de Dingli e Vassallo (2014).

Para aprofundar em detalhes a respeito do objeto, há riqueza de informações sobre os grupos midiáticos malteses, e seu funcionamento, na obra de Carmen Sammut, *Media and Maltese Society* (2007). Na obra, a autora apresenta um levantamento de dados muito relevante, combinando com uma análise profunda do quadro midiático geral deste país, focado nas estações de rádio e televisão durante a primeira década e meia após a abertura ao pluralismo em Malta, ocorrida em 1991. Além da fartura de informações, há muitos detalhes reveladores, especificamente sobre o funcionamento da mídia partidária maltesa, que se tornam importantes no contexto deste trabalho.

Como essa pesquisa possui natureza básica, com objetivos exploratórios, os conceitos aqui levantados para teoricamente tratar este fenômeno consideram a situação específica do país a ser pesquisado. O ponto de partida metodológico para a análise busca explicar o processo de formação desses grupos de mídia partidários no contexto de Malta, e a sua permanência ao longo das décadas seguintes. O desenvolvimento se enquadra dentro do conceito de dependência de trajetória (*path dependence*), que ajuda a explicar desde o período de construção formal desses conglomerados de mídia, e sua posterior consolidação e continuidade. Visando oferecer maior segurança na análise, este estudo pretende apresentar a lógica operativa do processo que levou à determinada trajetória, para não se aprisionar em demasiado somente na História do caso.

Em seguida, como esta temática e objeto se enquadram dentro de um debate sobre mídia e política, comunicação política e envolvimento direto de partidos políticos com grupos de comunicações em massa, os aspectos do funcionamento

desse fenômeno serão expostos e analisados. Esta parte da operacionalização da pesquisa será feita sob a ótica teórica que uma mídia partidarizada obviamente participa do debate nacional e tenta influenciar a opinião pública, oferecendo pistas relevantes sobre as implicações sociopolíticas da vinculação formal dos veículos de comunicação com organizações partidárias.

Para operacionalizar esta pesquisa, pretende-se realizar uma análise sobre as bibliografias mais relevantes que tratam sobre a política partidária e os grupos de mídia de Malta, produzidos ao longo das últimas três décadas, sendo o período da amostragem coincidente com o desenvolvimento dos antecedentes para a existência desses veículos, com o período de estabelecimento e consolidação dos mesmos.

A pesquisa a ser desenvolvida é basicamente qualitativa, com metodologia indutiva a ser aplicada após apresentar previamente os dados para ser considerados em uma análise. A indução presume uma coleta inicial de dados sobre as características de mídias pertencentes aos partidos políticos, para, a partir do entendimento geral do quadro midiático e partidário maltês, poder analisar com uma visão teórica o que se passa.

As técnicas de procedimentos a serem utilizados nessa pesquisa incluem, primeiro, levantar bibliografias sobre os temas teóricos que possam contribuir em explicar a lógica política que contribuiu para estabelecer e manter esse fenômeno, como a comunicação política – utilizada para a influência sobre a opinião pública – e o institucionalismo histórico – por meio da dependência de trajetória (*path dependence*), e apresentar no segundo capítulo o debate entre eles. Como segundo momento, realizar levantamentos sobre a bibliografia especializada no objeto de estudo, os partidos políticos e grupos de mídia partidários malteses, e descrever no terceiro capítulo os detalhes relevantes que cercam este objeto. A seguir, realizar uma reconstrução histórica do fenômeno de mídia partidária maltesa, e apresentá-la no quarto capítulo desta pesquisa, junto com muitos outros elementos relevantes que envolvem este caso único de mídia partidária. A análise será apresentada no capítulo número cinco, utilizando a teoria de *path dependence*, explicando sobre a origem e a lógica de manutenção destes grupos de mídia partidários malteses. Por derradeiro, por meio do debate em comunicação política, analisar ainda no quinto capítulo o funcionamento deste fenômeno em um contexto de jornalismo advocatício e sua dinâmica em tentar influenciar a opinião pública.

Essa pesquisa visa confirmar a hipótese que esse fenômeno de grupos de

mídia partidários em Malta surgiu fruto de uma lógica de interesses dos atores políticos envolvidos e dela beneficiários, e não por meio de uma demanda social que visava a representação de várias correntes políticas que clamavam por espaço na arena jornalística do país. O fenômeno se manteve graças ao processo de autorreforço em uma dependência de trajetória, funcionando para reforçar o quadro de polarização política já existente em Malta.

2 O MARCO TEÓRICO-CONCEITUAL DESTE ESTUDO: INSTITUCIONALISMO HISTÓRICO E COMUNICAÇÃO POLÍTICA

Neste capítulo será descrito o marco teórico a ser utilizado ao longo do estudo. As teorias aqui apresentadas fazem parte de dois conjuntos teóricos: um relacionado à dependência de trajetória e outro às teorias de comunicação política. As teorias de cada conjunto debatem entre si, e neste trabalho serão encadeadas, para servirem de ferramental analítico e útil para o desenvolvimento do estudo.

O marco teórico-conceitual deste estudo envolve duas fases de explicação sobre o fenômeno de grupos de mídia partidários. O primeiro está relacionado com o objetivo de explicar as razões do fenômeno. Para isso será utilizada uma metodologia de institucionalismo histórico, por meio do ferramental da dependência de trajetória, conhecido também por seu termo em inglês *path dependence* (PIERSON, 2000; MAHONEY, 2000; LIMA; MÖRSCHBÄCHER, 2016; BERNARDI, 2012). Para a concretização dessa análise, será necessária uma reconstrução histórica do caso – exposto no subcapítulo 4.1 – para utilizar os meios propostos pelo conceito de *path dependence*.

Ao explicar a razão do fenômeno, baseado em uma trajetória que foi escolhida em um período de mudança institucional, iniciará a segunda fase de explicação do fenômeno, relacionado com o funcionamento dele. A pertinência em explicar detalhes de seu funcionamento se deve à inexistência de um fenômeno similar em outro país democrático ocidental além de Malta, sendo um tipo ímpar de mídia como ator político. Para isso, serão aplicadas teorias de comunicação política para analisar o potencial de influência da opinião pública local, compreender a existência de um jornalismo de tipo advocatício nesse contexto e refletir se essa conjuntura pode contribuir para a melhor formação do público, seja no aspecto participativo, seja representativo.

O debate sobre comunicação política ajudará a esclarecer como esse modelo funciona, e quais as suas principais qualidades no que diz respeito à influência da opinião pública e a formação da audiência para a participação política. Para isso, será apresentada na segunda parte deste presente capítulo as teorias de comunicação política, com foco no debate entre Lippmann (1922) e Dewey (1927; 1982).

2.1 O institucionalismo histórico: um método neoinstitucionalista

O neoinstitucionalismo analisa os fenômenos sociais e políticos sob um ângulo em que as instituições são vistas como construções sociais, e não necessariamente e apenas instituições formais. Este campo da Ciência Política visa estudar a influência que instituições construídas socialmente possuem sobre preferências, escolhas e ações dos indivíduos.

Antes do neoinstitucionalismo, as instituições eram tratadas somente como um conjunto de regras formais que espelhavam o comportamento de uma certa sociedade em um determinado tempo, como por exemplo, as leis. Com a chegada do neoinstitucionalismo a definição de instituições se ampliou, adotando uma abordagem em que estas podem consistir na forma de estruturas burocráticas – que é aquela que mais facilmente as pessoas relacionam com o termo “instituições” –, mas também podem assumir a forma de um costume informal de uma determinada sociedade. Os costumes podem ser categorizados como um tipo de instituição nessa nova abordagem neoinstitucionalista sobre o significado de “instituição”.

Segundo Streeck e Thelen (2005, p. 9), a definição de “instituição” se relaciona mais com a ordem social, o comportamento dos atores e as normas morais desse ambiente:

Muito geralmente, instituições podem ser definidas como blocos construtores da ordem social: eles dizem respeito ao comportamento de específicas categorias de atores ou à performance de certas atividades. Tipicamente eles envolvem direitos e obrigações mutuamente relacionados para os atores [políticos], distinguindo-se entre o apropriado e o inapropriado, 'certo' e 'errado', 'possível' e 'impossível', ações e, devido a isso, organizando o comportamento em padrões previsíveis e confiáveis. (STREECK; THELEN, 2005, p. 9)¹.

Assim sendo, retirando-se a exclusividade das instituições formais sobre o significado de “instituições”, retira-se o poder da então única fonte de abordagem, quando se trata de instituições formais, o Estado, e se coloca luz sobre os padrões morais, costumes, crenças e normas sociais de uma dada sociedade, consistindo as instituições como um “amalgama” delas com a função de diminuir as incertezas na

¹ Tradução livre, realizado pelo autor desta dissertação, do original: “Very generally, institutions may be defined as building-blocks of social order: they respect to the behavior of specific categories of actors or to the performance of certain activities. Typically they involve mutually related rights and obligations for actors, distinguishing between appropriate and inappropriate, 'right' and 'wrong', 'possible' and 'impossible' actions and thereby organizing behavior into predictable and reliable patterns”.

vida social (LIMA; MÖRSCHBÄCHER, 2016, p. 108).

A partir do neoinstitucionalismo, não somente o Estado é fonte para a abordagem, mas também os costumes informais, as ideologias, os sistemas abstratos que permeiam e norteiam uma dada sociedade, oferecendo uma amplitude maior de análise sobre vários aspectos dos comportamentos de grupos sociais e políticos, e uma abordagem mais dinâmica em relação a suas histórias.

No princípio do neoinstitucionalismo as instituições eram tratadas como normas sociais, oferecendo um caráter impreciso que originou a dicotomia entre o institucionalismo da escolha racional² e o institucionalismo histórico (LIMA; MÖRSCHBÄCHER, 2016, p. 104-5). Este último possui relação com o institucionalismo social de Scott (2014), em que a escolha dos indivíduos é realizada em um contexto em que elas concebem não possuir alternativa – mesmo que na realidade possuam outras alternativas plausíveis e viáveis – e realizam a escolha por ser a maneira como elas “fazem essas coisas” (SCOTT, 2014, p. 57), ou seja, por costume, sem necessariamente ter receio de punição, tampouco a escolha ter sido baseada em conformismo ou obrigação social, nem por racionalmente acreditar ser o mais apropriado.

Essa forma em que os indivíduos realizam suas escolhas por costume pode lembrar a força da tradição sobre os indivíduos, cujas normas implicitamente ditam ao indivíduo o que é mais apropriado, sem ser necessário o uso de qualquer tipo de coação legal ou social. Em uma abordagem mais normativa, a lógica do “que é mais apropriado” (MARCH, 1994, p. 57) guia o comportamento dos indivíduos em um contexto institucional, que é baseado na situação reconhecida que esses atores encontram, na identidade dos atores na situação, e na análise das regras realizadas pelo indivíduo que pode governar seu comportamento em uma determinada situação, mantendo a racionalidade em um papel secundário.

Como método, apesar das disputas entre quantitativo e qualitativo, o institucionalismo histórico evita a prescrição, já que o foco principal está na riqueza das diferentes trajetórias que podem ser tomadas, sendo sensível às diferenças que ocorrem em um determinado desígnio político histórico. Assim sendo, nesta metodologia os atores políticos são produzidos pela história e também produtores de

2 O institucionalismo da escolha racional é baseado na Teoria da Escolha Racional, também conhecida como Teoria da Ação Racional, que foca nos determinantes das escolhas individuais, os considerando agentes racionais, pois possui a premissa básica de que o comportamento social agregado resulta do comportamento dos atores individuais, que realizam suas decisões individualmente, por estes terem preferências dentre as alternativas disponíveis.

história.

O institucionalismo histórico deriva da perspectiva sociológica do período inicial do movimento neoinstitucionalista. Trata-se de uma corrente teórica dentro do neoinstitucionalismo, que utiliza as instituições – sejam elas formais ou como construções sociais – para encontrar sequências de mudanças e comportamentos sociais, políticos e econômicos ao longo de um determinado período. Sendo uma abordagem comparativa, serve para estudar aspectos das organizações humanas, fazendo uso de estudos de caso em que a história possui a importância de um elemento fundamental.

O processo de mudança institucional é tratado pelo institucionalismo histórico por meio de uma dicotomia agente *versus* estrutura, que oferece o desafio de uma teorização positiva (LIMA; MÖRSCHBÄCHER, 2016, p. 103). Em uma conjuntura crítica, a mudança institucional pode ocorrer por fatores estruturais externos à instituição – exógenos – ou pode ocorrer devido a fatores internos – endógenos, como a ação dos atores políticos interessados (COLLIER, D.; COLLIER, B., 1991, p. 110).

Apesar da dicotomia, agente e estrutura não são excludentes entre si na abordagem sobre uma dependência de trajetória, o que induz a analisar as fontes externas e internas em um certo contexto institucional histórico.

A questão da racionalidade das escolhas realizadas pelos atores políticos em determinados contextos de mudança institucional, a conjuntura crítica, também é algo passível de ser contestado, já que alguns estudiosos tratam a história como o resultado de um comportamento de escolhas racionais e com propósitos, baseados em ideias da Teoria da Escolha Racional. Porém, em aplicações qualitativas do institucionalismo histórico pode-se rejeitar a noção de racionalidade nessas escolhas e processos históricos, havendo margem ampla para que estas tenham sido eleitas baseados no acaso e na aleatoriedade, portanto, estes importam nos resultados tanto quanto a racionalidade dos atores políticos (THELEN; STEINMO, 1992, p. 7-8).

Existindo diferenças epistemológicas entre ambas as abordagens – a que sustenta que as escolhas são fruto da racionalidade e a que advoga que as escolhas também são fruto de acaso –, em comum elas possuem a historicidade e o foco nas instituições – que não necessariamente são formais, pode-se consistir ao menos como uma metodologia de institucionalismo histórico.

Considerando a racionalidade dos atores políticos, a história é central no

tratamento realizado pelo institucionalismo histórico, buscando uma explicação sobre os fatores históricos que contribuíram para moldar suas racionalidades. Contrapondo-se ao institucionalismo racional, os institucionalistas históricos vão mais além: “[...] institucionalistas históricos [...] argumentam que as instituições cumprem um papel muito maior em moldar as políticas, e a histórica política em geral, que aquela sugerida por um estreito modelo de escolha racional”³ (THELEN; STEINMO, 1992, p. 7), propondo um novo método de pesquisa, centrando a História em posição privilegiada na explicação e análise das instituições (LIMA; MÖRSCHBÄCHER, 2016, p. 105), não necessariamente executando comparações de casos.

Para o institucionalismo histórico, a história não é desenvolvida de maneira linear, em desenvolvimento contínuo, mas é examinada a forma que uma trajetória é seguida enquanto as outras são preteridas. Nessa metodologia, é importante especificar as razões pelas quais não foram escolhidas as trajetórias preteridas, tanto quanto abordar a trajetória escolhida.

2.1.1 O conceito de dependência de trajetória: principal ferramenta para a metodologia de institucionalismo histórico

O conceito básico da metodologia de institucionalismo histórico é a “dependência de trajetória”, também conhecido por seu nome em inglês, *path dependence*. A dependência de trajetória pode servir como ferramenta analítico para explicar os resultados de um determinado processo. Em síntese, ela visa explicar que a causa de circunstâncias posteriores está nas diferenças que a trajetória escolhida possui sobre as demais trajetórias, as que foram preteridas.

Trabalhos comparativos recentes em sociologia e política vem utilizando o conceito de dependência de trajetória, aplicando-o para explicar fenômenos sociais e políticos.

Esse tipo de pesquisa em institucionalismo histórico visa identificar padrões de dependência de trajetória, para isso, se torna necessário a reconstrução dos processos históricos das instituições (LIMA; MÖRSCHBÄCHER, 2016, p. 109) – em termos macroestruturais para evitar aprofundar em pormenores históricos

³ Tradução livre, realizado pelo autor desta dissertação, do original: “[...] historical institutionalists [...] argue that institutions play a much greater role in shaping politics, and political history more generally, than that suggested by a narrow rational choice model”.

irrelevantes. A reconstrução da história necessita estar amparada por dados que permitam a verificação de relações entre diferentes eventos que, em conjunto, servem como causas para o fenômeno pesquisado (LIMA; MÖRSCHBÄCHER, 2016, p. 112).

A dependência de trajetória não é somente um conceito amplo de relação entre causas e efeitos, que segundo Pierson (2000, p. 253), não necessariamente estejam correlacionadas, sendo a causa e o efeito separados no tempo e não sincrônicos. Porém, o *path dependence* remete aos primeiros estágios do processo em questão, mesmo que sua influência não seja diretamente notada, mas as escolhas que foram feitas nesses estágios iniciais consolidam um caminho para o processo, que posteriormente aumenta os custos para que essa rota seja alterada.

Esse estágio inicial, de definição da trajetória a ser seguida, é chamado de “conjuntura crítica” (COLLIER, D.; COLLIER, B., 1991), quando possivelmente⁴ ocorre uma mudança na instituição que, ao longo do percurso seguinte, desencadeia mecanismos de retroalimentação, sejam esses resultados positivos ou negativos, que reforçam a recorrência de um determinado padrão no futuro, mesmo na ausência da recorrência do evento original (PIERSON, 2000, p. 263). Logo, torna-se cada vez mais difícil reverter o curso tomado posteriormente (LEVI, 1997, p. 28 *apud* PIERSON, 2000, p. 252). As trajetórias não escolhidas como alternativas políticas e que, em um certo momento – antes da conjuntura crítica – pareciam bastante plausíveis tornam-se irremediavelmente perdidas.

A definição de *path dependence* não está ainda completamente clara (PIERSON, 2000; BERNARDI, 2012), havendo imprecisões sobre a definição da metodologia. Pierson (2000) critica várias das abordagens anteriores que buscavam uma definição, alegando que a capacidade explicativa se perde com a abrangência apresentada por eles (LIMA; MÖRSCHBÄCHER, 2016, p. 109).

Apesar da sua importância teórica, há alguns problemas no conceito de *path dependence* derivados do institucionalismo histórico, que ainda não é uma metodologia unificada, havendo variações na sua aplicação dependendo de quem estiver realizando o estudo, assim como margem para subjetividade por envolver o julgamento do pesquisador em determinar quais conjunturas históricas tiveram efeito

⁴ Segundo Capoccia (2015, p. 24-5) nem sempre ocorre de fato uma mudança institucional em conjunturas críticas, podendo haver conjunturas críticas em que o potencial de mudança institucional não se realiza devido a vitória política de forças políticas defensoras da estabilidade e contrárias à mudança.

no resultado, e por qual motivo não houve em outras conjunturas (PIERSON, 2003 *apud* LIMA; MÖRSCHBÄCHER, 2016, p. 106). Essa subjetividade se torna mais acentuada quando se percebe que fatos históricos de menor relevância podem também contribuir para os resultados mais relevantes, deixando a dúvida do quão profundamente na história deve-se ir para buscar os resultados mais precisos.

Em suma, além do grau de arbitrariedade elevado no tocante à definição da temporalidade da pesquisa, o estabelecimento de uma sequência lógica dos eventos necessários para a reconstrução histórica do contexto em que o objeto está inserido é vulnerável ao julgamento subjetivo e arbitrário do pesquisador (LIMA; MÖRSCHBÄCHER, 2016, p. 112-3).

O conceito de *path dependence* pode ser tratado de uma forma que minimize essas lacunas, caso se faça um bom uso das “conjunturas críticas” como pontos demarcatórios na reconstrução histórica, segundo Capoccia (2015). Compreender o contexto, o papel dos agentes e os processos de decisões na “conjuntura crítica” permite ao pesquisador entender como estas geraram efeitos de longo prazo na instituição pesquisada. Para Mahoney (2000, p. 537), durante o período anterior à conjuntura crítica, diferentes opções estavam disponíveis para seleção, e se tornaram potenciais processos que afetam a escolha realizada na conjuntura crítica.

A dicotomia agente *versus* estrutura na explicação dos processos de mudança institucional marca outro ponto controverso no debate sobre a formulação teórica do *path dependence*. Como ambas as correntes explicativas não são excludentes entre si, é preciso que o pesquisador fique atento entre as diferentes nuances das estruturas ou dos agentes – cuja importância se relaciona respectivamente com processos de mudança institucional exógena ou endógena –, podendo captar ambas as dimensões de forma simultânea, não perdendo de vista que os agentes políticos – humanos – tomam decisões, sejam elas racionais ou não, também considerando questões ambientais e contextuais, bem como mantendo a atenção que o ambiente que os circunda – a estrutura – também pode ser moldada em função das decisões dos agentes políticos, sendo necessária uma abordagem equilibrada e balanceada em função da interação entre agentes e estrutura (LIMA; MÖRSCHBÄCHER, 2016, p. 113).

Embora o *path dependence* seja um conceito ainda em debate e construção (BERNARDI, 2012), Pierson (2000) e Mahoney (2000) pontuam importantes diretrizes para o uso dessa teoria na análise de fenômenos políticos e sociológicos

que envolvam uma trajetória histórica. Na Ciência Política, Pierson (2000) produziu a primeira tentativa de formalizar a dependência de trajetória, mesmo que sob influência de ideias econômicas. Para ele, considerando que a ação estratégica para a manutenção ou a obtenção de poder – pelos agentes políticos – influi em várias das escolhas nos estágios iniciais dos processos políticos, o ambiente existente – a estrutura – também exerce forte influência. Várias das escolhas são tomadas considerando as características desse ambiente inicial, porém, muitas dessas escolhas se mantêm, deixando uma marca, mesmo quando as características do ambiente mudam ao passar do tempo. Portanto, o passado afeta o presente, persistindo posteriormente as características adquiridas nos estágios iniciais do processo, como um autorreforço, através de um retorno crescente (PIERSON, 2000), em que as opções efetuadas nos momentos formativos iniciais – a conjuntura crítica – influenciam nos resultados e na trajetória que se desenvolveu. Uma consequência da dependência de trajetória é o aumento de custos para reverter o curso tomado (LEVI, 1997, p. 28 *apud* PIERSON, 2000, p. 252).

Para Pierson (2000), a explicação da dependência de trajetória possui quatro características: imprevisibilidade, inflexibilidade, não ergodicidade e ineficiência potencial da trajetória (PIERSON, 2000, p. 253). A imprevisibilidade indica que não é possível prever quais serão os resultados devido às escolhas iniciais. A inflexibilidade se traduz na dificuldade de adotar trajetórias alternativas na medida que o processo avança. A não ergodicidade significa que o efeito das escolhas feitas no início do processo se amplia com o passar do tempo. Já a ineficiência potencial da trajetória diz que os resultados no longo prazo podem não ser os mais eficazes possíveis. Quanto mais tempo um processo político permanece em uma mesma trajetória, aumentam as chances que essa trajetória se repita e se amplie (BERNARDI, 2012).

Uma alternativa é trazida por Mahoney (2000) através dos mecanismos de reprodução das instituições, utilizando duas abordagens: uma explicação sobre legitimidade e uma explicação funcionalista. Sobre a legitimidade, Mahoney (2000, p. 524) aponta que a instituição inicialmente favorecida logra um padrão de legitimidade e, por ser vista como legítima, é reproduzida por outras instituições, o que reforça a legitimidade da instituição inicialmente favorecida.

A explicação funcional para Mahoney (2000, p. 519) se trata do processo de autorreforço que pode seguir uma versão forte ou fraca. Na versão fraca, o

funcionalismo explica a reprodução de uma instituição simplesmente pelas consequências, compatível com uma ampla gama de explicações teóricas. Por outro lado, na versão forte, a reprodução institucional é explicada especificamente pelas suas consequências funcionais para um grande sistema dentro do qual as instituições estão estabelecidas. Consequências essas que podem ser processos de integração, adaptação ou sobrevivência.

Para Mahoney (2000), se as condições na época da “conjuntura crítica” poderiam prever ou explicar o resultado da conjuntura crítica, a dada sequência não deve ser considerada como dependente de trajetória. A teoria sugere que a não ocorrência desse resultado era uma possibilidade histórica realística, e por essa razão este ponto de Mahoney (2000) converge com a primeira característica de *path dependence* de Pierson (2000): a da imprevisibilidade.

Sobre os processos de mudança ou transformação institucional, para Streeck e Thelen (2005, p. 19) há cinco tipos de processos que podem promover uma mudança nas instituições: 1) deslocamento; 2) estratificação; 3) deriva; 4) conversão; 5) exaustão. No caso estudado nesta dissertação, houve um processo de conversão. Sobre o processo de conversão, Streeck e Thelen (2005, p. 26-9) esclarecem sua definição:

[...] instituições existentes são adaptadas para servir a novas metas ou enquadrar aos interesses de novos atores [...] redirecionados a novos objetivos, funções ou propósitos [...] Tal redireção pode vir de um resultado de novos desafios contextuais, no qual os promotores de políticas respondem empregando recursos institucionais existentes a novos fins [...] (STREECK; THELEN, 2005, p. 26)⁵.

Havendo interação entre estrutura e agentes, a alteração da interpretação original de uma determinada instituição deriva de uma falta de clareza sobre as regras que moldam essa instituição, favorecendo processos de conversões como mudança institucional (LIMA; MÖRSCHBÄCHER, 2016, p. 113-4).

Em termos mais objetivos, uma análise realizada por intermédio do conceito de *path dependence* pode fluir melhor, em termos mais técnicos, aplicando-se Análise Histórica Comparada (AHC), mantendo-se uma proposta de análise qualitativa e que contempla o lado interpretativo desta metodologia – alvo de críticas

5 Tradução livre do original: "existing institutions are adapted to serve new goals or fit the interests of new actors [...] redirected to new goals, functions, or purposes [...] Such redirection may come about as a result of new environmental challenges, to which policymakers respond by deploying existing institutional resources to new ends".

da corrente da escolha racional e das tendências quantitativistas da Ciência Política (LIMA; MÖRSCHBÄCHER, 2016).

A profundidade analítica do caso, segundo Capoccia (2015), pode ser lograda ao se aplicar algumas técnicas na análise histórica comparativa que inclua argumentos contrafactuais e cenários de trajetórias alternativas plausíveis.

Em síntese, a dependência de trajetória que será aplicada neste estudo, no capítulo 5, iniciará com a análise sobre as condições prévias à conjuntura crítica, que oferecia outras alternativas plausíveis e viáveis de trajetória. Em seguida, vai expor o contexto da conjuntura crítica, considerando a estrutura e agentes políticos daquele período, e as razões pelo qual alguns importantes resultados da trajetória escolhida eram imprevisíveis. Com a reconstrução histórica sobre este período, e a exposição de trajetórias alternativas – para reforçar os argumentos contrafactuais –, e desse modo, realizar uma análise comparativa histórica entre essas trajetórias.

Sobre a trajetória escolhida, será analisado seu processo de mudança institucional, que se enquadra em um caso de “conversão”. As instituições inicialmente favorecidas lograram obter uma legitimidade para proceder com a opção pela trajetória escolhida, desfrutar da retroalimentação da trajetória e da versão forte do autorreforço.

Por fim, será realizada uma análise do caso sob o ângulo das quatro (4) características de uma dependência de trajetória segundo Pierson (2000, p. 253): imprevisibilidade, inflexibilidade, não ergodicidade e ineficiência potencial da trajetória.

2.2 A relevância da comunicação política para a formação da opinião pública: o debate entre Lippmann e Dewey

A mídia pode agir como uma ponte entre o poder institucionalizado e o público. Assim sendo, a comunicação política define-se como a conexão entre a política e os cidadãos. A comunicação política é uma disciplina da Ciência Política que estuda como a informação se dissemina e influencia a política, os atores políticos, as notícias na mídia e os cidadãos.

Incluindo o estudo dos meios de comunicação e quem tenta influenciar o processo político, a disciplina lida com a produção, disseminação, conteúdo e efeitos da informação, ambos através dos meios de comunicação em massa dentro de um

contexto político.

No texto “A política como vocação”, Weber (2004, p. 83) pontua que jornalistas são políticos profissionais, e por consequência, jornais podem funcionar como clubes políticos^a. Assim eles se portavam entre os séculos XIX e princípios do XX. Por razões financeiras, nos jornais estadunidenses da década de 1920 houve a tendência em diminuir o flagrante viés político em busca de novos leitores e assinantes.

Naquele período, a função do jornalismo em uma democracia foi fortemente debatida entre Lippmann (1922) e Dewey (1927; 1982), cujas filosofias eram bastante distintas a respeito desse tópico, tratando sobre o poder do jornalismo na política e o papel da imprensa em influenciar ou formar a opinião pública, construindo um importante debate sobre comunicação política e práticas jornalísticas – e seu uso para fins políticos.

Por muito tempo, as posições de Lippmann possuíam maior aceitação geral, sendo considerado elitista por sustentar que o processo de tomada de decisões fosse feito por especialistas, enquanto o público geral apenas acompanhava essas decisões. A crença de Lippmann se baseava no princípio que o público era incapaz de pensar ou agir de maneira organizada e que todo o pensamento ou ação deveria ser atribuição dos especialistas e das elites. Lippmann era muito crítico em relação a qualquer modelo de democracia que colocasse excessiva fé e poder nas mãos do público (LIPPMANN, 1922).

Aplicado ao jornalismo, o modelo de Lippmann sugeria que os jornalistas extraíssem a informação transmitida para eles por especialistas, traduzissem-na em termos simples e as comunicassem simplificadas ao público.

A visão de Lippmann possui similaridades com aquelas de Almond (1950), que produziu um famoso consenso entre eles (HOLSTI; ROSENAU, 1979), baseado em três concepções: 1) a volatilidade da opinião pública, que muda erraticamente de posições, dependendo dos acontecimentos mais recentemente ocorridos, podendo ser induzida a determinadas posições a depender da conjuntura e contexto; 2) a opinião pública é irrelevante para os líderes que produzem e promovem os processos políticos, tendendo a ignorá-la, já que esta pode nem sequer compreender ou influenciar os eventos em que dependem suas vidas; 3) a opinião pública é incoerente, faltando uma estrutura consistente e organizada de visões de mundo, sendo sintetizada através de estereótipos manipulados pelas pessoas que

estão no topo de poder na sociedade.

Sustentado por evidências empíricas sobre a eficácia da propaganda política e publicidade de massas para moldar a maneira do público pensar, Lippmann sustentava que a opinião pública era majoritariamente moldada pelos líderes políticos, chamando este processo de “fabricação de consenso” (LIPPMANN, 1922, 234-48), uma espécie de manipulação de consciências. Essa famosa expressão de Lippmann (1922) é utilizada por Chomsky e Herman (1988) no título de seu livro⁶, contendo críticas das visões de Lippmann sobre a mídia⁷.

Lippmann (1922) sustenta que a opinião dos cidadãos é também governada pelas posições e sentenças reproduzidos pelos jornais, que uma abordagem na exposição dos fatos não necessariamente contemplará as outras narrativas que possam existir para o mesmo.

O veredito é feito para depender de quem tem a voz mais alta ou mais fascinante, o publicitário mais hábil ou mais descarado, o melhor acesso ao maior espaço nos jornais. Mesmo quando o editor é escrupulosamente justo ao ‘outro lado’ a justiça não é suficiente. Pode haver vários outros lados, não mencionados por qualquer um dos partidários organizados, financiados e ativos (LIPPMANN, 1922, p. 401)⁸.

O que Lippmann coloca é que os jornais não agem com isenção e distanciamento pessoal das questões públicas. Ao mesmo tempo em que reforçam uma narrativa, eles omitem outras. Essa exposição enfaticamente contrasta a tradicional visão liberal que os cidadãos em uma democracia se guiam essencialmente por um debate racional, produzindo uma opinião pública com crítica própria e racionalidade (AZEVEDO, 2004, p. 48).

Com as desconfianças de Lippmann sendo bastante críticas em relação a um

6 *Manufacturing Consent* (1988) é a obra em que Chomsky e Herman sustentam (1988, p. 306) que os meios de comunicação de massa – em um modelo como o dos Estados Unidos da América – são efetivas e poderosas instituições ideológicas com autocensura que carregam uma função de propaganda a favor do sistema e das forças de mercado.

7 Em *Manufacturing Consent* (1988), Chomsky e Herman retratam as visões de Lippmann (1922) como sendo elitistas e favoráveis à adoção de métodos de manipulação ideológica das massas, e utilizam esse retrato como base para muitas contra-argumentações contidas na obra. Porém, há dúvidas se Lippmann realmente era favorável à manipulação das massas, podendo a expressão “*manufacturing consent*” (em tradução livre do autor desta dissertação: “Fabricação de consenso”) ser interpretada como uma constatação que Lippmann realizava em *Public Opinion* (1922) sobre os fatos envolvendo a relação entre o poder da mídia e as massas.

8 Tradução livre do original: “The verdict is made to depend on who has the loudest or the most entrancing voice, the most skilful or the most brazen publicity man, the best access to the most space in the newspapers. For even when the editor is scrupulously fair to ‘the other side’, fairness is not enough. There may be several other sides, unmentioned by any of the organized, financed and active partisans”.

modelo de democracia que contemplasse excessiva fé e poder nas mãos do público, constatando elementos desfuncionais no fenômeno da influência do jornalismo sobre a formação da opinião pública. Ele retratava a democracia participativa e deliberativa como um modelo romântico que não funcionaria, considerando a ignorância das massas em relação aos temas públicos, apontando que a governança deveria ser delegada exclusivamente para representantes políticos, em conjunto com seus especialistas e conselheiros. Uma democracia tecnocrática, em que os líderes políticos seriam guiados por desinteressados especialistas, com posições que fossem além das visões estreitas e paroquiais da maioria das pessoas.

O modelo de Lippmann (1922) é questionado por Dewey (1927; 1982), que sustenta um outro paradigma sobre o papel do público na governança: a política é o dever de cada indivíduo em sua rotina diária, cujo conhecimento necessário para o exercício da participação política é adquirido na interação com outros cidadãos e especialistas, cujo papel do jornalismo é facilitar o acesso a esse conhecimento.

Nesse modelo de Dewey (1927), cabe ao jornalismo alimentar o debate na sociedade, adicionando valor ao conhecimento gerado, não somente ofertando uma informação estática sobre os acontecimentos. A comunicação contribui para criar um senso mais forte de comunidade, cuja consciência desse tipo de vida constrói uma ideia de democracia (DEWEY, 1927, p. 149), com liberdade e intercomunicação (DEWEY, 1927, p. 211).

Em resposta aos apontamentos de Lippmann (1922), Dewey (1982) contrargumentou que a democracia não deveria estar confinada ao altruísmo de líderes na administração, um confinamento que pressupõe que estes líderes seriam iluminados, generosos e esclarecidos. Dewey prefere outro caminho, que deixa margem para que algum nível de deliberação pública ocorra no processo de tomadas de decisões, mas sem advogar por qualquer tipo específico de deliberação, apontando que a discussão pública apenas deve seguir seu rumo.

Dewey não nega a importância da participação dos especialistas nos desígnios políticos e sociais, mas pontua que todos os fatos relevantes e implicações potenciais devem permanecer dignos do conhecimento e confiança do público, sem haver margem de manipulação por interesses de grupos privados (DEWEY, 1982).

Para evitar as possíveis tentativas de manipulações por uma minoria, Dewey sustenta que, para a grande maioria das pessoas, é requerido que possuam a

capacidade de julgar o conhecimento fornecido por outros sobre as questões públicas (1927, p. 365), em um cenário em que fatos relevantes se tornam de conhecimento público. Para isso, torna-se necessário uma imprensa livre, para que a discussão determine a exata natureza do bem comum em uma determinada situação e, paralelamente, um melhor nível de educação e organização na sociedade. Sem isso, estupidez, intolerância e falta de educação triunfam em induzir a uma má governança, seja em regimes democráticos, monárquicos, autoritários, oligárquicos, seja de qualquer outro tipo.

Em síntese, Dewey (1982; 1927) aponta que a fraqueza de uma democracia são apenas sintomas e não causas de problemas da sociedade, alegando que não são somente nos regimes democráticos que se pode encontrar má governança, não sendo este tipo de regime responsável por más decisões do público respectivo às políticas.

Apesar de não apontar especificamente quais seriam os métodos para realizar uma democracia com o governo de todos, para Dewey (1927) a democracia é mais do que um sistema técnico de governo, embora muitos elementos conhecidos sobre a democracia – como o sistema de pesos e contrapesos, eleições, sufrágio universal, liberdade de expressão, liberdades civis – sejam importantes, envolvendo uma sequência de desenvolvimentos históricos.

Porém, mais além de seus elementos formais, a democracia engloba as formas como as pessoas vivem, aprendem e trabalham em sociedade, sendo essencial que haja o governo de todos, precisando servir aos interesses da sociedade em geral, sendo necessária a participação da população no processo de deliberação, tomadas de decisões e governo.

Confiante que a democracia não faz parte do problema, Dewey (1982) sugere que Lippmann (1922) não tinha fé no potencial da educação das massas em construir um público democrático, em um sentido não-idealizado, em que instituições democráticas ofereceriam ao público meios para que as pessoas gradualmente se educassem para praticar a deliberação e a tomada de decisões públicas.

Apesar de admitir a dificuldade em realizar essa importante tarefa, Dewey (1982) acredita na capacidade do público em aprender como governar a si próprio, sustentando que não é impossível educar uma população para participar do processo de governo, rejeitando uma posição de Lippmann (1922), que era bastante cético em relação a essa capacidade das massas.

Ao longo das décadas seguintes, os debates sobre os limites e as virtudes da democracia participativa ou da democracia representativa contêm reformulações do debate travado entre Lippmann (1922) e Dewey (1927; 1982) na década de 1920. Enquanto Dewey acreditava na capacidade dos indivíduos para um julgamento inteligente sobre questões públicas, Lippmann demonstrava crer que essa capacidade de aprendizado das massas era algo idealista e desconexo com a realidade.

O pensamento democrático liberal do século XX assim se dividiu entre tendências mais elitistas e participativas, respectivamente se alinhando com as crenças de Lippmann (1922) e Dewey (1927; 1982) sobre o papel dos cidadãos nas modernas democracias.

A educação dos cidadãos em uma democracia pode consistir de uma formação voltada para exercer as tomadas de decisões ou para seguir aquilo que os especialistas indicarem, dependendo de qual tendência – participativa ou elitista, respectivamente – for seguida, indicando que o debate entre Lippmann e Dewey transcendeu seu tempo, estendeu-se às décadas seguintes, ainda sendo relevante nos dias atuais – quase um século depois. Não há uma corrente “vencedora” deste debate, já que tanto Lippmann quanto Dewey continuam atuais.

Para fins do desenvolvimento deste estudo, a abordagem a ser aplicada considera os pontos de vista de Lippmann e de Dewey como complementares, apesar das discordâncias entre eles. As abordagens elitistas e participativas podem ser vistas em suas especificidades e, dependendo do contexto a ser aplicado como método explicativo, mantendo em vista a importância de tratar a possibilidade de educação das massas para o exercício da deliberação e tomada de decisões que afetam o governo e o público.

2.2.1 A influência da opinião pública explicada através de teorias da comunicação política

No período posterior ao debate entre Lippmann (1922) e Dewey (1927; 1982), o surgimento de adicionais veículos de comunicação que se portam como atores políticos não é uma novidade, pois na base de estudos sobre comunicação política há fartas referências a este fenômeno. Mesmo na academia brasileira há bons tratamentos sobre o fenômeno da mídia como ator político, como pode ser entendido

em uma definição sobre a participação política ativa de atores sociais, incluindo proprietários de empresas de comunicação:

A mídia não funciona apenas como um elo de intermediação (passiva) entre política e cidadãos. Nesta mediação há intervenção ativa de muitos atores sociais, tais como proprietários das empresas, profissionais, anunciantes, fontes, entidades, forças políticas presentes na sociedade (RUBIM; COLLING, 2005, p. 41).

McNair (2011, p. 69) expõe constatações que se alinham às tendências de Lippmann, explicitando que “[...] Jornais usam seu poder como disseminadores de informação para influenciar o ambiente de fazer política; para mover seus leitores em certas direções, se possível; e para colocar pressão em tomadores de decisões no governo”⁹. Nesse aspecto, a prática de um jornalismo que busca induzir a opinião pública para pressionar o processo de tomadas de decisão é uma realidade ainda não superada, persistindo um tipo de prática jornalística *militante*, mesmo que por meios implícitos que, no mínimo, tenta manipular as massas.

McNair (2011) vai mais além, colocando a questão da identidade e da imagem política na cobertura realizada pelos emissores de comunicação, que pode ser relacionado com a abordagem maquiaveliana de Chesebro (1974), em que os símbolos possuem mais importância que as relações de poder. Destaca-se a comunicação proposital sobre política, não apenas cobrindo afirmações verbais ou escritas, mas também representações visuais, incluindo aspectos que desenvolvem uma identidade política ou uma imagem política (McNAIR, 2011, p. 24).

A relevância das abordagens de Chesebro (1974) contribui para o debate em comunicação política, para a explicação de fenômenos que envolve as relações de poder e os símbolos, elencando cinco tipos de abordagens, que são complementares entre si: maquiaveliana, icônica, ritualística, de confirmação e dramática.

Na abordagem maquiaveliana, o que importa são as relações de poder e os símbolos são meras ferramentas. Na abordagem icônica, os símbolos são importantes para a definição do poder. Na abordagem ritualística, a manipulação dos símbolos induz a uma redundante e superficial natureza dos atos políticos. Na abordagem de confirmação, os aspectos políticos são vistos dependendo das

9 Tradução livre do original: “[...] newspapers use their power as information disseminators to influence the policy-making environment; to move their readers in certain directions if they can; and to put pressure on decision-makers in government”.

peças que os apoiam. E por fim, na abordagem dramatística, a política é simbolicamente construída, citando Kenneth Burke (CHESEBRO, 1974, p. 9) e importância do vocabulário.

Dentre as cinco abordagens críticas e complementares para a comunicação política contemporânea de Chesebro (1974), uma delas se refere às relações de poder como sendo determinante, a abordagem maquiaveliana (CHESEBRO, 1974). Nela, as fontes de poder são concebidas antes das interações comunicativas, em que os símbolos são vistos como ferramentas, e não como o fator determinante para o poder (CHESEBRO, 1974, p. 2-5).

Seguindo a lógica da abordagem maquiaveliana de Chesebro (1974), importam as intenções de quem possui o poder de emitir uma comunicação. Para Denton; Woodward (1998, p. 11), “[...] o fator crucial que faz a comunicação ‘política’ não é a fonte da mensagem, mas seu conteúdo e propósito”¹⁰. Assim, a forma como as intenções e mensagens dos emissores é produzida e difundida influencia o ambiente político (DENTON; WOODWARD, 1998), que segue a mesma corrente de Norris (2004), em que o processo de produção foca em como as mensagens são geradas pelos atores políticos e grupos de interesse e então transmitidos através de canais diretos ou indiretos de comunicação.

Denton e Woodward (1998) também destacam que dentre as formas objetivas de produção e difusão inclui-se a cobertura do noticiário na mídia como parte da discussão pública, focando na maneira e nos meios de expressão de natureza política como essenciais para constituir a influência – podendo utilizar métodos muito sutis para lograr uma influência capaz de obter uma “fabricação de consensos” (LIPPMANN, 1922).

Com o desenvolvimento do debate, a questão estratégica aparece como um fator relevante para a disciplina. Swanson e Nimmo (1990) chamam a atenção para a questão da influência da opinião pública com vistas à realização de metas políticas estratégicas. Eles tratam a comunicação política como algo que possui natureza estratégica, com destacado poder persuasivo para influenciar o conhecimento público, crenças e ação através do discurso em assuntos políticos¹¹, mais uma vez se aproximando das tentativas de manipulação das massas previamente explanadas

10 Tradução livre do original: “[...] the crucial factor that makes communication 'political' is not the source of a message, but its content and purpose”.

11 Tradução livre do original: “[...] the strategic use of communication to influence public knowledge, beliefs, and action on political matters [...]”.

pela abordagem de Lippmann (1922).

Bakir (2013) cunhou em sua análise o termo Comunicação Política Estratégica – *Strategic Political Communication (SPC)* – que reflete a relação com a produção da agenda política, em que a comunicação política é “manipulativa” (BAKIR, 2013, p. 3), fazendo uso de técnicas científicas sociais para compreender o comportamento e motivações humanas, e o ambiente da mídia, que deve informar somente o que deve ser comunicado, criando alianças estratégicas, visando a influência da opinião pública, facilitando o ambiente para a aplicação de certas políticas.

[...] comunicação política que é manipulativa na intenção, que utiliza técnicas sociais científicas e dispositivos heurísticos para compreender a motivação humana, o comportamento humano e o ambiente de mídia, para efetivamente informar o que deve ser comunicado – abrangendo seus detalhes e direção em geral – e o que deve ser retido, com o objetivo de levar em consideração e influenciar a opinião pública, e criar alianças estratégicas e um ambiente habilitante para políticas governamentais – ambas domésticas e exteriores (BAKIR, 2013, p. 3)¹².

Debatendo com a Comunicação Política Estratégica de Bakir (2013) de forma mais concreta, um elemento que contribui para construir a imagem das lideranças políticas – elites internas dos agrupamentos – e mesmo da imagem simbólica da mensagem (CHESEBRO, 1974) difundida pelo próprio partido são as estratégias de marketing, em que os meios de comunicação possuem um papel fundamental no processo de persuasão sobre o público-alvo, contribuindo para realizar as intenções daqueles que estão por trás da formulação das estratégias do agrupamento político.

As estratégias condizem com os objetivos de quem as elabora, ou seja, as intenções de quem estabelece as estratégias. Portanto, os propósitos e conteúdo da comunicação podem ser mais importantes que a estratégia – fruto do efeito das intenções.

Não que Lippmann (1922) fosse explicitamente favorável à aplicação de métodos de influência das massas para fins políticos, mas sua constatação de que há uma busca por esses métodos com esses objetivos é embasada pela sequência do seu debate com Dewey (1927), em que formas das mais sofisticadas para a

¹² Tradução livre do original: “[...] political communication that is manipulative in intent, that utilises social scientific techniques and heuristic devices to understand human motivation, human behavior and the media environment, to inform effectively what should be communicated – encompassing its detail and overall direction – and what should be withheld, with the aim of taking into account and influencing public opinion, and creating strategic alliances and an enabling environment for government policies – both at home and abroad”.

influência das massas se situam em um contexto de estratégias políticas (BAKIR, 2013), a serviço dos detentores do poder. A educação das massas, como Dewey apontava (1927; 1982) é um importante tópico a ser abordado para contrabalancear a tendência que considera o público como algo passivo.

2.2.2 O jornalismo advocatício como contraponto ao jornalismo de paradigma liberal anglo-americano

No mundo contemporâneo, o jornalismo exerce um papel importante nas sociedades, e a mídia também se inclui no processo de globalização, em que o alcance de determinados grupos de mídia se faz sentir em dezenas de países. A nível mundial, a convergência da propriedade das corporações de mídia globais tem alimentado oligopólios em vez de competição (McCHESNEY, 1999 *apud* SAMMUT, 2007, p. 237), em um contexto de “aldeia global”, que desde o final da Guerra Fria tem se acentuado.

A nível mundial, no que diz respeito à distribuição global de notícias e conteúdo de entretenimento, há um domínio de um pequeno número de grupos de comunicação transnacionais, formando quase um oligopólio, sendo que muitos desses são provenientes dos Estados Unidos da América (EUA) (McCHESNEY, 1999 *apud* SAMMUT, 2007, p. 8), país dominante no cenário global de mídia, cujos paradigmas jornalísticos acabam por ser mais facilmente disseminados.

Os jornais estadunidenses do século XIX frequentemente eram partidários, publicando conteúdo que retratavam apenas as opiniões dos jornalistas, editores e proprietários do veículo de comunicação, promovendo ideologias políticas e atuando para a promoção partidária de certos grupos políticos (BAUGHMAN, 2011). Em resposta a esse tipo de comportamento partidário dos jornais estadunidenses estabeleceu-se um conjunto de códigos de conduta e ética para a prática do jornalismo. Muitos desses códigos de conduta e ética jornalística foram estabelecidos segundo paradigmas liberais, dentro de princípios positivistas e objetivos, que passou a também ser conhecido como jornalismo objetivo. E, assim, o jornalismo atingiu um certo nível de profissionalização.

Em boa medida, a noção moderna de objetividade no jornalismo se deve a Lippmann (1920), tendo sido o primeiro a sugerir aos jornalistas que utilizassem métodos científicos para a coleta de informações, para evitar práticas partidaristas

no jornalismo e entregar aos leitores a realidade dos fatos. Apesar das contribuições ao jornalismo que os paradigmas objetivos e liberais deram à área, algumas contradições emergiram, expondo lacunas não preenchidas por esse conjunto de princípios, surgindo críticas e formas alternativas de jornalismo. Mesmo que dentro da ideologia liberal do profissionalismo, o *status* seja influenciado pelo grau de confiança da audiência e credibilidade dos jornalistas (McNAIR, 1998), no jornalismo baseado nos paradigmas liberais do profissionalismo é praticamente impossível obter a autonomia editorial e a credibilidade na base dos ideais de objetividade e honestidade – que constituem os axiomas básicos do jornalismo anglo-americano.

A razão disso deve-se ao fato de que as notícias na mídia possuem agendas ocultas, podendo empregar uma agenda definida através de técnicas sutis de enviesamento de um noticiário, deixando inatingível o ideal de objetividade (CALCUTT; HAMMOND, 2011). Os proprietários dos veículos de mídia têm suas próprias agendas e interesses políticos, assim sendo, a objetividade no jornalismo serve como uma fonte de “viés estrutural” em favor dos grupos dominantes na sociedade (HOFSTETTER *apud* McNAIR, 1998, p. 75), um ritual (TUCHMAN, 1972) que serve às estratégias de influência da opinião pública.

Empregando dentro do paradigma objetivo do jornalismo o conceito de “autonomia licenciada” aos jornalistas, é permitido a estes ser independente, contanto que a independência seja exercida de uma forma que se enquadre nos requerimentos de sua organização empregadora (CURRAN, 1990, p. 120 *apud* SAMMUT, 2007). Segundo Chomsky (1989), a imprensa livre como profissional e observadora é uma “ilusão necessária” criada pela propaganda, que retrata os meios de comunicação como advogados da livre expressão e da democracia, quando na realidade os jornalistas se submetem a um certo grau de autocensura. Nesse contexto, se os jornalistas não se sentem livres, aumenta a possibilidade de realizarem uma cobertura débil, afetando sua credibilidade.

Como uma resposta a essas contradições e ao viés estrutural favorável aos grupos dominantes na sociedade, o empoderamento de profissionais do jornalismo surge como um princípio para tipos alternativos de jornalismo, na base da liberdade destes em interpretar e selecionar as notícias (SAMMUT, 2007, p. 18). Dentre os tipos de jornalismo alternativos ao de tipo objetivo e profissional, há o jornalismo advocatício, que assume uma posição e realiza práticas jornalísticas com um código de conduta ética que contempla a defesa dessa posição.

Para aqueles que desejam uma mudança significativa na sociedade ou na correlação de forças políticas, o jornalismo advocatício pode oferecer elementos cruciais para possibilitar novos tipos de pontos de vista e inspirar novas organizações. O jornalismo profissionalizado tende a colocar a autonomia profissional antes da audiência (SCHLESINGER, 1978; GANS, 1979 *apud* SAMMUT, 2007, p. 112), em contraponto, o jornalismo advocatício coloca as missões organizacionais em primeiro lugar.

Enquanto os paradigmas clássicos do jornalismo liberal clamam por princípios de objetividade e neutralidade, para a corrente advocatícia esses princípios podem estar antiquados e não ser mais universalmente aceitos, fazendo com que os jornalistas não se sintam mais obrigados a segui-los e possam rejeitar o princípio da objetividade em seu trabalho, por diversas razões.

Diferentemente do jornalismo objetivo, de paradigma liberal anglo-americano, o jornalismo advocatício é um gênero de jornalismo que adota um ponto de vista não-objetivo, de forma transparente e intencional, com algum propósito social ou político. Ele se diferencia da propaganda, pura e simples, pois possui a intenção de ser factual. Como o viés é intencional, o veículo de comunicação que prática jornalismo advocatício se distingue de outros tipos de mídia enviesados que falham na objetividade proposta.

A corrente advocatícia do jornalismo rejeita a ideia tradicional de que a objetividade é possível na prática, devido à presença de anunciantes como patrocinadores corporativos desses meios de comunicação jornalísticos, preferindo uma diversidade de pontos de vista transparentes em uma variedade de meios de comunicação, pois assim pode melhor servir ao interesse público.

Sem se opor aos paradigmas do jornalismo advocatício, uma cultura política saudável requer uma mídia politizada, para sensibilizar e engajar os cidadãos. Portanto, a ação coletiva é considerada necessária para expandir os meios de comunicação não-comerciais que garantam uma gama mais ampla de pontos de vista (McCHESNEY, 1997, 1999, 2002 *apud* SAMMUT, 2007, p. 3).

Na área do jornalismo, vários estudos demonstram que, apesar dos esforços em permanecer completamente imparcial, o jornalismo não é impermeável a algum grau de viés implícito, de cunho político, metafísico, pessoal, aplicado de forma intencional ou subconsciente. Não necessariamente isso indica uma absoluta rejeição da existência de uma realidade objetiva, mas o reconhecimento da inaptidão

para reportar na completa objetividade, sem conseguir ficar livre de juízos de valores, pela própria natureza controversa da objetividade no jornalismo.

Muitos jornalistas e estudiosos da área aceitam a ideia pura e filosófica de “objetividade” (TUCHMAN, 1972) como sendo impossível de alcançar (CALCUTT; HAMMOND, 2011), mas ainda ambicionam minimizar o viés em seus trabalhos. Pressupondo que a objetividade é um padrão impossível de ser satisfeito, é possível então assumir que todos os tipos de jornalismo possuem algum grau dentro dos parâmetros do jornalismo advocatício, sendo intencional ou não (FISHER, 2016).

Uma das mais reconhecidas teorizações do jornalismo advocatício emana do artigo de Careless (2000), em que ele expõe uma visão comum de quais padrões jornalísticos o gênero advocatício deve seguir. Eles incluem: 1) articule complexas questões claramente e cuidadosamente em vez de slogans, reclamações ou polêmicas; 2) o jornalista deve reconhecer sua posição e perspectiva de forma honesta e transparente; 3) não espalhar propaganda, não tirar fatos ou citações fora de contexto, não fabricar ou falsificar notícias, não julgar ou suprimir fatos vitais, nem apresentar meias-verdades, pois o jornalista deve ser confiável, preciso e credível; 4) indague questões críticas das pessoas que concordam com você, explore argumentos que desafie sua perspectiva, e reporte fatos constrangedores que dão apoio à perspectiva da oposição; 5) não é necessário conceder o mesmo tempo e espaço a seus oponentes, mas nunca os ignore; 6) faça uso de fontes neutras para estabelecer fatos; 7) seja honesto e completo.

Careless (2000) também critica os maiores e mais famosos veículos de comunicação por realizar uma cobertura jornalística desbalanceada e politicamente enviesada, com conflitos de interesse, negligenciando certas causas. A mídia alternativa tem a vantagem da independência, além de um maior foco em certas causas, por isso são mais efetivos em advogar pelo interesse público do que os principais veículos de comunicação.

2.3 Síntese

O marco teórico que norteia este estudo é composto por duas linhas de explicação, que servem como o objetivo principal deste trabalho: as razões do fenômeno de relevantes grupos de mídia partidários e o funcionamento destes.

Para a primeira linha de explicação, será aplicada a metodologia do *path*

dependence, que será produzido após reconstruir historicamente este período no subcapítulo 4.1, com os objetivos de analisar as condições prévias à da conjuntura crítica; expor o contexto da conjuntura crítica, considerando a estrutura e agentes políticos daquele período; elencar as outras alternativas plausíveis e viáveis de trajetória durante esta época de escolha e que foram preteridas – para reforçar os argumentos contrafactuais e realizar uma análise comparativa histórica entre essas trajetórias; e as razões pelo qual alguns importantes resultados da trajetória escolhida eram imprevisíveis.

Para a segunda linha de explicação, o foco estará na trajetória escolhida, em que será analisado seu processo de mudança institucional, enquadrando-se em um caso de “conversão”. As instituições inicialmente favorecidas lograram obter uma legitimidade para proceder com a opção pela trajetória escolhida, desfrutando da retroalimentação da trajetória e da versão forte do autorreforço.

E, por fim, será realizada uma análise do caso sob o ângulo das quatro características de uma dependência de trajetória segundo Pierson (2000, p. 253): imprevisibilidade, inflexibilidade, não ergodicidade e ineficiência potencial da trajetória.

O objetivo dessa segunda linha está em expor o potencial de influência da opinião pública que este tipo de fenômeno apresenta, suas implicações, e a opção por um jornalismo de tipo advocatício, que defende determinadas causas sem deixar de ter compromisso com a informação. As características que esse modelo de mídia partidário apresenta oferece boas reflexões para o debate sobre comunicação política, sendo por isso importante expô-las.

O institucionalismo histórico, cuja principal ferramenta é o *path dependence*, contribuirá para explicar a trajetória que gerou como resultado grupos jornalísticos pertencentes a organizações que disputam o poder. Sobre a trajetória escolhida, e no que tange à influência da opinião pública, a exposição do funcionamento desse fenômeno trará uma contribuição em elucidar o papel desempenhado por grupos de mídia partidários na arena política de um país, quando eles próprios são atores políticos, havendo ampla bibliografia que sustenta a existência de veículos de comunicação como parte do conjunto de atores políticos.

Para realizar a exposição do funcionamento de grupos de mídia partidários que tentam influenciar a opinião pública, é essencial retomar o debate clássico entre Lippmann e Dewey, que expõe pontos de vista importantes para compreender a

dinâmica entre política, mídia e público, mesmo que as visões entre eles possuam divergências. Lippmann acreditava que os grupos mais poderosos de uma determinada sociedade tentarão “fabricar consensos” em meio a uma opinião pública passiva, reativa e incapaz de governar a si própria. Tomando partes da visão de Lippmann como uma constatação, de fato é perceptível que em todas as sociedades os grupos dominantes, que possuem veículos de comunicação ou a estes se aliam, há a tentativa de influenciar a opinião pública. O valor desse ponto de vista de Lippmann está na explicação da dinâmica e funcionamento do processo de influência das massas, que pode ser útil em compreender o potencial de influência sobre o público que um fenômeno como grupos de mídia partidários possui.

Tratando a questão da relação entre mídia e público em termos mais objetivos, o processo de influenciar a opinião pública pode ser logrado fazendo uso de sofisticadas técnicas de compreensão das motivações do comportamento humano para induzir a um conjunto de crenças e convicções sobre os fatos e o contexto (BAKIR, 2013), para atender a razões estratégicas (SWANSON; NIMMO, 1990).

Como consequência dos efeitos das intenções, os propósitos e conteúdo da comunicação podem ser tão ou mais importantes que a estratégia, respaldado em McNair (2011) onde encontramos uma visão em que a influência da opinião pública pode fazer uso do jogo de criação de identidades e imagens, convergindo com a abordagem maquiaveliana de Chesebro (1974), em que os detentores de poder visam influenciar a opinião pública, e as relações de poder são constituídas antes da interação comunicacional, podendo os detentores escolher quais símbolos são mais relevantes como ferramentas, dentro de uma estratégia destes em manter ou expandir o poder.

Lippmann (1922) não era explicitamente favorável à aplicação de métodos de influência das massas para fins políticos, mas sua constatação de que há uma busca por esses objetivos é embasada pela sequência do seu debate com Dewey (1927) em que formas das mais sofisticadas para a influência das massas se situam em um contexto de estratégias políticas (BAKIR, 2013), a serviço dos detentores do poder.

A educação das massas, como Dewey apontava (1927; 1982) é um importante tópico a ser abordado para contrabalancear a tendência apresentada por

Lippmann (1922), que considera o público como algo passivo. Em um contexto em que os princípios liberais de objetividade e neutralidade no jornalismo são impossíveis devido à existência de agendas ocultas empregadas sutilmente pelos proprietários de veículos de comunicação, os interesses e objetivos políticos destes e de seus anunciantes produz uma situação em que o ideal de objetividade é inatingível (CALCUTT; HAMMOND, 2011), reforçando os grupos mais poderosos em uma determinada sociedade, servindo aos propósitos de tentar influenciar a opinião pública (TUCHMAN, 1972).

No interior do fenômeno de grupos de mídia partidários, a opção pelo jornalismo advocatício serve para fins de uso da mídia com objetivos de influência sobre as preferências e opiniões do público, além da defesa transparente de determinadas causas. A aplicação do jornalismo advocatício não serve essencialmente para fins propagandísticos, pois há um compromisso com a factualidade em sua cobertura, respeitando princípios jornalísticos. Mas esse tipo de jornalismo pressupõe que a objetividade é um padrão impossível de ser satisfeito, sendo preferível então assumir que todos os tipos de jornalismo possuem algum grau dentro dos parâmetros do jornalismo advocatício, independentemente se há intencionalidade ou não (FISHER, 2016).

Mesmo sendo intencional na aplicação de viés e teor partidário na cobertura, isso pode ser visto como parte da transparência que esse modelo imprime, advogando uma causa, um objetivo político, mas optando por contemplar pontos de vista transparentes, favorecendo a diversidade através da existência de uma variedade de meios de comunicação com distintos pontos de vista, pode melhor servir ao interesse público.

Baseado em Denton e Woodward (1998), o fato de grupos de mídia pertencerem diretamente aos partidos políticos – que são organizações sempre interessadas em alcançar e/ou manter o poder – não torna automaticamente político todo o conteúdo por eles produzido, seja matérias jornalísticas, seja programas de rádio ou televisão.

Em um contexto de jornalismo advocatício, nem todo o conteúdo emitido ou escrito possui viés ou objetivos políticos. Esse teor político existe a partir do momento que a forma e o conteúdo dessa produção jornalística tende a uma causa, implícita ou explicitamente veiculada. Esta dissertação não possui como objetivo a realização de estudos sobre o conteúdo emitido pelos grupos de mídia partidários do

caso estudado, deixando em aberto esta possibilidade para trabalhos posteriores.

Por fim, é importante retomar os apontamentos mais relevantes de Dewey (1927; 1982) que tratam sobre a educação das massas para o exercício da participação política. Nestes apontamentos, uma mídia politizada pode contribuir no desenvolvimento de uma cultura política saudável em uma determinada sociedade, sensibilizando e engajando os cidadãos, e para isso pode ser importante a presença de um jornalismo que de forma transparente advoga por uma causa, contribuindo para o debate na sociedade, mesmo em um contexto em que seja lento e gradual o processo de educação, conscientização e preparo das massas para a participação na política, na deliberação e no governo de si próprios.

3 MALTA: O AMBIENTE EM QUE SE INSERE O BIPARTIDARISMO PROPRIETÁRIO DE MÍDIAS

Este capítulo pretende apresentar o contexto que envolve o objeto de estudo, o ambiente que os grupos de mídia partidários existem. Para isso, é relevante dedicar um capítulo para apresentar elementos essenciais para a compreensão do ambiente deste fenômeno, como as características básicas do país onde ele existe – a República de Malta –; o contexto que levou ao surgimento de um bipartidarismo de fortes raízes sociais neste país – remetendo às origens linguísticas e religiosas que geraram uma forte clivagem social em Malta –; os elementos da cultura política local como a prática de clientelismo; e o histórico dos dois maiores partidos políticos do país, cuja importância é imprescindível para compreender sua força social e institucional – elementos que contribuirão posteriormente na compreensão do surgimento dos grupos de mídia partidários neste país.

É imprescindível considerar que Malta trata-se de um caso único, um pequeno Estado-nação cuja política é dominada amplamente pelos dois principais partidos políticos, em que a proximidade política entre representados e representantes é maior do que na maioria dos outros países. Considerando a importância dos dois maiores partidos políticos malteses, este capítulo é dedicado à compreensão desse importante elemento do objeto de estudo: os proprietários dos grupos de mídia partidários. Os grupos de mídia partidários passarão a ser abordados a partir do capítulo 4, em que muitos detalhes pertinentes serão expostos.

3.1 Apresentação do país: a República de Malta

O caso que será estudado nesta dissertação encontra-se na República de Malta, um país composto territorialmente por um arquipélago no centro do Mar Mediterrâneo, considerado geograficamente e culturalmente parte do continente europeu.

Com um território pequeno, de apenas 316 km², é o décimo menor país do mundo em área. A população de Malta está estimada em 475.700 habitantes no início de 2018 (EUROSTAT, 2018). Comparativamente a outros países, Malta possui a quinta maior densidade populacional dentre os Estados nacionais soberanos do

mundo, com uma média de 1.505,4 habitantes por quilômetro quadrado. Localiza-se 80 quilômetros a sul da ilha italiana da Sicília, 284 quilômetros a leste da Tunísia e 333 quilômetros a norte da Líbia – estes dois últimos, países do norte da África.

Figura 1 – Mapa da localização de Malta no Mar Mediterrâneo



Fonte: Elaboração própria baseado em wikimedia.org.

Atualmente há duas línguas oficiais em Malta, o maltês¹³ e o inglês. A primeira é uma língua de família semítica, com estrutura gramatical e vocabulário essencial similares ao árabe. A segunda é herança do período de colonização britânica sobre o arquipélago, que durou de 1813 até 1964. O italiano possui um *status* informal de terceira língua do país, sendo bem compreendida entre grande parte dos habitantes do arquipélago, mas não possui caráter oficial.

¹³ A língua maltesa é um idioma derivado do sículo-árabe medieval, possuindo muitas semelhanças com o árabe em sua estrutura gramatical e vocabulário. As raízes da língua maltesa se deram no período de ocupação do arquipélago pelos califados islâmicos provenientes do norte da África, entre os anos de 870 e 1091 (221 anos, entre os séculos IX e XI). Embora não tenham conseguido islamizar Malta em definitivo, deixaram como herança a língua, que passou a ser a língua materna dos malteses desde então.

O catolicismo romano é a religião predominante do país, com fortes raízes sociais e históricas, que ajudou a moldar a cultura do país ao longo dos últimos dois milênios, desde quando o apóstolo Paulo naufragou na costa da ilha de Malta e, segundo a tradição católica, cristianizou a população local no ano 60 d.C.

Habitado há mais de 7.000 anos, o arquipélago maltês foi colonizado por fenícios, cartagineses, romanos, bizantinos, árabes, normandos e sicilianos antes da chegada da Ordem Militar Hospitalária de São João, também conhecida atualmente como a Ordem Militar de Malta¹⁴, em 1530, através de concessão do então rei da Espanha, que dominava a região sul da Itália e o Mediterrâneo ocidental.

O período de governo e domínio da Ordem Militar de Malta sobre o arquipélago levou a profundas transformações, bem como gerou um ciclo de grandes construções e prosperidade, que durou mais de dois séculos e meio.

Com as Guerras Napoleônicas, Malta foi ocupado pelos franceses em 1798 e, dois anos depois, pelos ingleses, que formalizaram o domínio sobre o arquipélago maltês, incorporando-o formalmente ao Império Britânico em 1814.

O domínio britânico sobre Malta durou precisamente 150 anos. Foi um período em que Malta consolidou sua importância estratégica no Mar Mediterrâneo, como um entreposto marítimo para a frota militar e mercante do Reino Unido, em um período que o Canal de Suez, no Egito, estava em projeto, construção e início de operações. Este canal liga o Mar Mediterrâneo e o Oceano Atlântico ao Mar Vermelho e ao Oceano Índico, aumentando a importância estratégica do domínio da rota marítima a este canal, em que Malta fazia parte, por se situar no meio do caminho entre o Estreito de Gibraltar e o Canal de Suez. Economicamente, o período de domínio britânico sobre Malta fortaleceu a indústria de construção naval, criando uma massa de trabalhadores nas docas portuárias maltesas.

Como parte do Império Britânico, Malta foi estratégico no teatro de guerra do Mar Mediterrâneo em resistir aos ataques aéreos da Itália fascista na Segunda Guerra Mundial, de 1940 a 1943.

Malta obteve sua independência em 21 de setembro de 1964, após acordo

14 A Ordem Militar de Malta oficialmente é chamada de Ordem Soberana e Militar Hospitalária de São João de Jerusalém, Rodes e Malta, sendo uma organização internacional militar católica e soberana, fundada durante o período das Cruzadas, reconhecida atualmente como um ente de direito internacional e soberano, com embaixadas e representações diplomáticas em diversos países – inclusive no Brasil – mas sem possuir um território próprio. A Ordem Militar passou a ser conhecida como “de Malta” por ter governado o arquipélago maltês (ilhas de Malta, Gozo e Comino) entre 1530 e 1798, sendo expulsa pela invasão francesa de Napoleão Bonaparte.

com o Reino Unido. Nos primeiros 10 anos de independência, o Estado de Malta manteve a Rainha Elizabeth II como chefe-de-Estado, proclamando a República de Malta somente em 13 de dezembro de 1974.

As últimas tropas britânicas deixaram Malta em 31 de março de 1979, após novo acordo com o Reino Unido. O Estado iniciou os procedimentos de candidatura à então Comunidade Econômica Europeia – futura União Europeia – em 16 de julho de 1990. Após mais de uma década de intensos debates na política nacional maltesa sobre a adesão ao bloco europeu, Malta tornou-se um Estado-membro da União Europeia em 1º de maio de 2004, adotando o Euro como moeda nacional em 1º de janeiro de 2008 – em substituição à Lira maltesa.

Figura 2 – Mapa da República de Malta e suas principais cidades



Fonte: Elaboração própria baseado em foto via satélite disponível em wikimedia.org.

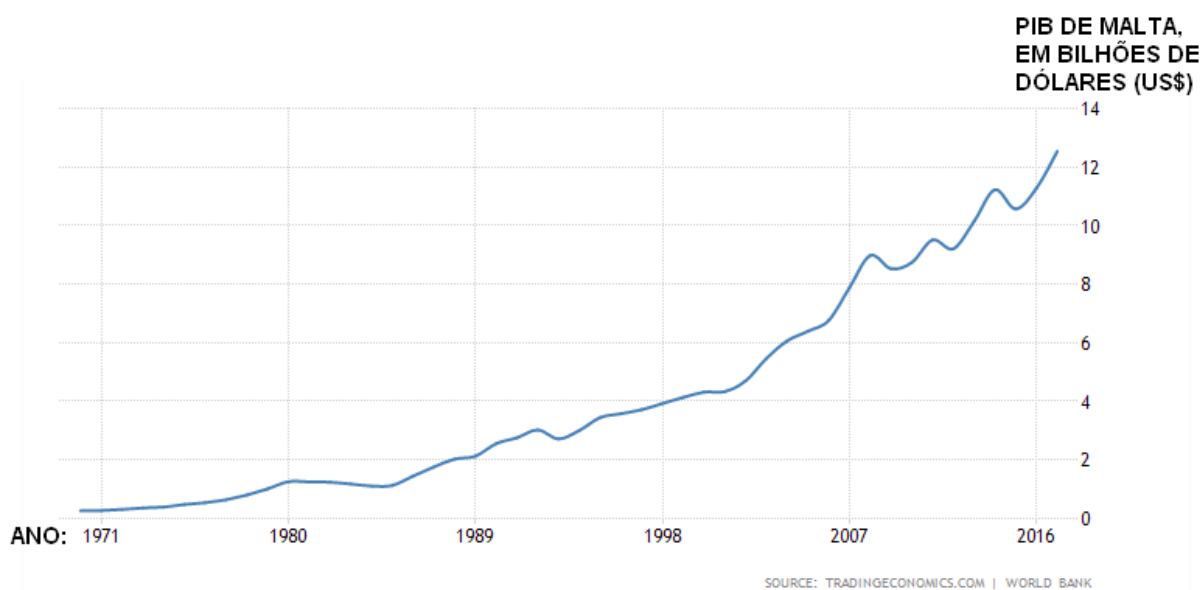
Com a capital da República de Malta situando-se na cidade de Valletta, atualmente o país possui no setor terciário, especialmente na indústria do turismo, sua principal fonte de renda. Outra importante fonte de renda obtida por meio de atividades no setor terciário se encontra na indústria cinematográfica, já que Malta obtém o ingresso de recursos através da locação de cenários para a produção de filmes. Mais uma importante atividade terciária que atualmente se encontra em

crescimento é a indústria de jogos e apostas *online*. O setor financeiro e de registro de navios continua relevante no país.

Em termos de matérias-primas, por ser um país de pequenas dimensões territoriais, há grandes limitações em termos de recursos naturais. O calcário é o principal recurso explorado com fins de exportação.

Há limitações para a obtenção de água potável, considerando os meses de seca durante o verão. A produção agrícola é limitada, permitindo que o país produza somente 20% dos alimentos que consome. O pequeno setor secundário local se concentra na produção industrial de eletrônicos e produtos têxteis.

Figura 3 – Evolução do Produto Interno Bruto (PIB) da República de Malta entre 1971 e 2016



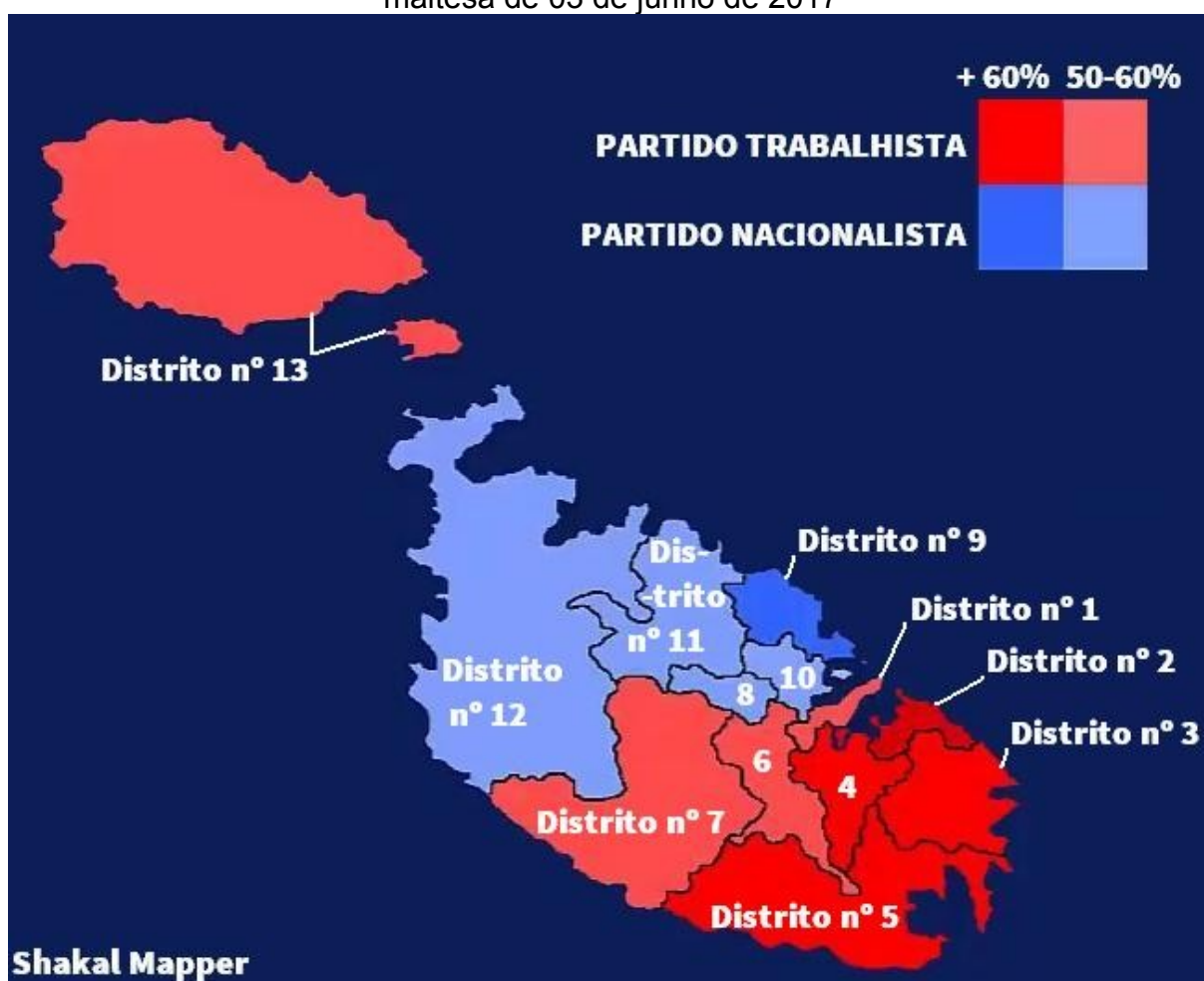
Fonte: <https://pt.tradingeconomics.com/malta/gdp> e Banco Mundial

O sistema político de Malta é o de uma república parlamentarista, cujo governo é composto por um Parlamento unicameral e um executivo chefiado pelo primeiro-ministro. Devido ao fato que Malta foi uma colônia britânica durante 150 anos, o sistema político maltês foi moldado espelhando-se no estilo de Parlamentarismo *Westminster* do Reino Unido (BULMER, 2014). Neste modelo de sistema parlamentarista, o primeiro-ministro tem o poder de nomear e demitir os demais ministros, algo que não ocorre no estilo de parlamentarismo adotado, por exemplo, na vizinha Itália (SARTORI, 1996).

O sistema eleitoral de Malta é composto pelo Voto Único Transferível (VUT), sendo um dos dois países no mundo a adotar esse sistema de votação nas eleições

nacionais – o outro é a República da Irlanda (SARTORI, 1996). No VUT, cada eleitor classifica seus cinco candidatos favoritos na cédula eleitoral, desde que estes concorram pelo mesmo distrito eleitoral onde esse eleitor é registrado para votar. São contados os votos em primeira escolha – classificados na posição número um em cada cédula eleitoral – para definir o quociente eleitoral daquele distrito. Os candidatos que ultrapassam o número desse quociente são eleitos, e para preencher as demais cadeiras, transfere-se os votos destes candidatos eleitos para aqueles classificados na posição número dois em cada cédula eleitoral. Prossegue-se as transferências até o preenchimento de todas as cadeiras parlamentares.

Figura 4 – Mapa dos distritos eleitorais de Malta e resultados da eleição geral maltesa de 03 de junho de 2017



Fonte: Elaboração própria baseado em electoral.gov.mt e vídeo do canal “Shakal Mapper” em [YouTube.com](https://www.youtube.com).

Os 13 distritos eleitorais malteses possuem a magnitude de cinco cadeiras parlamentares cada, totalizando 65 assentos no Parlamento. Desde os meses anteriores à eleição geral maltesa de 1987 há um dispositivo na Constituição

(MALTA, 1964, §52) que estabelece a criação de cadeiras adicionais no Parlamento, em uma determinada legislatura, caso o partido que obtiver o maior número de votos totais de primeira escolha no VUT não consiga eleger o maior número de representantes dentre as 65 cadeiras originais (HOWE, 1987; CINI, 2002).

Essa mudança foi realizada para evitar a mesma situação ocorrida após as eleições gerais de dezembro de 1981, em que o Partido Nacionalista obteve a maioria dos votos totais em primeira escolha, mas o Partido Trabalhista acabou elegendo a maioria dos representantes no Parlamento¹⁵, devido à obtenção de mais cadeiras em distritos eleitorais menos populosos.

O sistema partidário de Malta é composto por duas organizações políticas relevantes, e várias outros pequenos partidos que estão muito distantes de atingir o mesmo porte dos dois maiores protagonistas. O Partido Trabalhista (*Partit Laburista*) e o Partido Nacionalista (*Partit Nazzjonalista*) dominam a política partidária maltesa desde a década de 1940, apesar de serem existentes desde algumas décadas antes.

Com a independência de Malta em 21 de setembro de 1964, realizada de forma transicionada entre o governo colonial britânico e o Partido Nacionalista – então majoritário no Parlamento de Malta –, as duas organizações partidárias dominaram as eleições maltesas e as cadeiras parlamentares.

Antes da independência de Malta, haviam pequenas legendas que obtinham sucesso em eleger representantes parlamentares. Entre 1966 e 2016 somente os dois maiores partidos políticos malteses conseguiram eleger membros para o Parlamento do país. Atualmente, há duas cadeiras no Parlamento de Malta sendo ocupadas pelo pequeno Partido Democrático, cuja figura da dissidente trabalhista Marlene Farrugia foi essencial na obtenção dessas vagas na eleição geral maltesa de 2017, em que este pequeno partido, fundado em 2016, coligou-se com o

¹⁵ Nas eleições gerais maltesas, ocorridas em 12 de dezembro de 1981, o então opositor Partido Nacionalista obteve a maioria dos votos totais, com 114.132 sufrágios (50,9% dos votos válidos), enquanto o governista Partido Trabalhista obteve 109.990 sufrágios (49,1% dos votos válidos). Porém, na distribuição das cadeiras no parlamento, por razões das peculiaridades do Voto Único Transferível, o sistema eleitoral maltês, além da distribuição de 5 cadeiras para cada um dos 13 distritos eleitorais do país, o Partido Trabalhista obteve 34 cadeiras, três a mais que as 31 do Partido Nacionalista. Com menos votos totais, os trabalhistas obtiveram mais cadeiras parlamentares e permaneceram no governo. A reação dos nacionalistas foi realizar um boicote no Parlamento, não comparecendo os parlamentares do Partido Nacionalista às atividades da casa legislativa durante os anos seguintes. Essa profunda crise política gerou uma alteração na Constituição de Malta ao final de 1986, que para as eleições a partir de então o partido que obtivesse mais votos, e não alcançasse a maioria das cadeiras, seria contemplado com cadeiras adicionais para que de fato obtenha a maioria parlamentar (HOWE, 1987; CINI, 2002).

oposicionista Partido Nacionalista.

Tabela 1 – Resultados das eleições gerais maltesas de 03 de junho de 2017

Distrito eleitoral	% de votos no Partido Trabalhista	% de votos na coligação entre o Partido Nacionalista e o Partido Democrático
Nº 1	57	42
Nº 2	71	28
Nº 3	70	29
Nº 4	68	31
Nº 5	66	33
Nº 6	59	40
Nº 7	56	42
Nº 8	45	53
Nº 9	42	56
Nº 10	38	60
Nº 11	43	55
Nº 12	47	51
Nº 13	51	48
TOTAL Nacional	55	43,7
Cadeiras no Parlamento	37	30*
Líder partidário	Joseph Muscat (reeleito primeiro-ministro)	Simon Busuttil

* Baseado no artigo número 52 da Constituição de Malta (MALTA, 1964, §52), cadeiras adicionais são alocadas para um partido político ou coligação conforme a regra de proporcionalidade de votos em primeira escolha. Por essa razão, a coligação entre o Partido Nacionalista e o Partido Democrático obteve duas cadeiras adicionais, fazendo com que a legislatura após as eleições de 2017 seja composta por 67 parlamentares.

Fonte: Elaboração própria baseado em electoral.gov.mt

Desde a independência, em 1964, a política de Malta é conduzida essencialmente pelos dois maiores partidos, que nunca formaram uma coalizão, e se comportam em frontal oposição um ao outro nas questões mais relevantes do país. Com tamanho antagonismo, o bipartidarismo em Malta é um dos mais puros do mundo na atualidade (CINI, 2002; FENECH, 2013), fazendo com que um dos dois partidos esteja no governo, enquanto o outro está compondo a maior oposição.

O bipartidarismo maltês encontra suporte e se alimenta de uma cultura política fortemente polarizada, cuja maioria dos eleitores malteses se identifica fortemente com um dos dois maiores partidos, e rejeita o partido adversário.

Essa polarização bipartidária é uma característica com grande força, que

influencia muitos dos demais elementos da sociedade e política de Malta. Nos próximos subcapítulos serão expostas as razões que a polarização e o bipartidarismo foram fundamentais para o desenvolvimento da ideia de criar grupos de mídia partidários neste país.

3.2 Origens da polarização bipartidária em Malta

Desde muitas décadas, a sociedade maltesa se encontra profundamente dividida entre aqueles que simpatizam com os trabalhistas e aqueles que preferem os nacionalistas (CINI, 2002; FENECH, 2009; 2013; HOWE, 1987; BULMER, 2014; SAMMUT, 2007). Essa condição relativamente recente do quadro socio-político maltês encontra raízes profundas, que podem ser explicados pela História e por disputas ocorridas em períodos anteriores ao estabelecimento dessas duas maiores agremiações político-partidárias.

Disputas que remetem aos posicionamentos de dois diferentes agrupamentos sobre a questão da segunda língua oficial do país – a disputa entre o idioma italiano e o idioma inglês –, passando pelas controvérsias entre a Igreja e adeptos da política não-confessional, em meio a uma cultura política de práticas clientelistas. Esse conjunto de fatores ajuda a compreender como emoldurou esse quadro de bipartidarismo em uma nação como Malta.

Nos próximos subcapítulos, cada um desses fatores será brevemente exposto, visando contribuir na apresentação do contexto ao redor dos dois maiores partidos malteses, que posteriormente viriam a estabelecer grupos de mídia próprios – estes, serão expostos no capítulo 4.

3.2.1 A questão da língua

Por razões de localização geográfica, as relações do arquipélago maltês com a península itálica possuem raízes milenares, tendo Malta sido parte do Império Romano, e também do Reino da Sicília na Idade Média. Após a década de 1520, Malta passou a ser governada pela Ordem Militar Hospitalária de São João, também conhecida atualmente como a Ordem Militar de Malta, que exerceu o controle sobre as ilhas maltesas até a invasão napoleônica de 1798.

No período governado pela Ordem Militar de Malta, o arquipélago maltês

cultivou um forte vínculo cultural com a língua italiana, por razões da intensa presença da Igreja Católica nas ilhas. Apesar do elo cultural com a península itálica, e os Estados Papais, a população das ilhas de Malta e Gozo¹⁶, majoritariamente, mantiveram como língua materna o maltês, língua de raiz semítica.

Desde a ocupação britânica do arquipélago em 1800, e a transformação oficial de Malta em colônia britânica no ano de 1813, gradualmente se acirraram divisões por questões linguísticas no arquipélago. Ao passar das décadas ao longo do século XIX, a língua inglesa foi sendo introduzida em Malta, e o italiano possui um papel cada vez mais restrito.

Por conta dessa coexistência entre duas línguas estrangeiras no arquipélago – o italiano do período da Ordem Militar de Malta *versus* o inglês dos colonizadores britânicos –, Malta desenvolveu um período profundamente marcado pela divisão acirrada quando da questão do segundo idioma do arquipélago durante os séculos XIX e XX, transpondo-se para a questão político-partidária em meados do século XX – nacionalistas itálofonos *versus* trabalhistas anglófonos – simbolizando um distanciamento cultural e político entre ambas as facções que derrotou a proximidade territorial e física de grupos que compartilhavam o mesmo território (SAMMUT, 2007, p. 37).

A forte cultura católica em Malta, com a aura teológica cristã de amor e fraternidade, não impediu o surgimento de fissuras sociais geradas pelas políticas partidárias, cultivando uma polarização que lembra as táticas de velhos colonizadores: *Divide et Impera*, dividir para conquistar (BOISSEVAIN, 1974 *apud* SAMMUT, 2007, p. 27).

Uma parte menor da elite local e indivíduos da classe trabalhadora almejavam ascensão social e apoiavam a plataforma anglófona, visando obter simpatias dos colonizadores britânicos. A elite tradicional e a então pequena classe média possuíam maiores raízes culturais através do idioma italiano e formaram uma frente de defesa de seus elos tradicionais e mais antigos com a cultura italiana – daí surgindo o Partido Nacionalista (*PN*) no final do século XIX.

O vernacular da língua maltesa anteriormente era rejeitado pelas elites tradicionais do país antes do século XIX, por causa de suas origens semíticas e associação com as classes mais desprestigiadas e analfabetas de Malta

¹⁶ Gozo é a segunda maior ilha da República de Malta, se localizando a norte da ilha de Malta, que é a maior do arquipélago. A ilha de Gozo possui 67m², com mais de 32.000 habitantes, possuindo características mais rurais do que a urbanizada ilha de Malta.

(FRIGGIERI, 1988 *apud* SAMMUT, 2007, p. 37-8). Com a valorização da língua maltesa no século XIX, uma consciência social foi difundida, providenciando uma voz através do qual os indivíduos socialmente desprestigiados poderiam desafiar as elites tradicionais itálicas e o governo anglófono.

O contexto de diferenças sociais e ambições políticas que existiam em Malta nas primeiras décadas do século XX contribuíram para acentuar as distinções linguísticas – apesar da existência de uma língua nacional –, em que a promoção de duas línguas estrangeiras polarizou e criou “duas nações” no país, em vez de uma nação unitária.

Durante as décadas de 1920 e 1930, os embates políticos entre o governo colonial britânico anglófono e as elites tradicionais maltesas itálicas e clericais criaram uma situação polarizada em que apenas um dos lados poderia sair “vencedor”. O Partido Nacionalista representava a classe das elites tradicionais maltesas itálicas e clericais, havendo um aumento no número e intensidade de nacionalistas simpatizantes do regime fascista italiano de Benito Mussolini.

Com a ameaça do fascismo pairando sobre Malta, o governo colonial britânico empreendeu uma série de medidas para conter o avanço dos simpatizantes fascistas no arquipélago, inclusive perseguindo membros do Partido Nacionalista, que chegou a ser colocado na ilegalidade durante alguns anos durante a Segunda Guerra Mundial.

Em 1934, o governo colonial britânico retirou o *status* de língua oficial do idioma italiano em Malta, substituindo-o pelo idioma maltês, em resposta à ascensão do fascismo entre os partidários nacionalistas em Malta. Desde então, há em Malta dois idiomas oficiais: maltês e inglês. Atualmente, a língua italiana é bem compreendida pela maioria dos malteses, porém, sem a mesma proficiência que o inglês.

3.2.2 Os embates político-religiosos em Malta

Os embates político-religiosos no século XX em Malta foram relevantes para fortalecer a distinção entre os dois polos sociopolíticos do país: os trabalhistas com tendência política secular e os nacionalistas com tendência política clerical. Malta é um país com quase dois mil (2.000) anos de cristianização, fortemente católico, que já foi governado pela Ordem Militar de Malta, desenvolvendo um forte senso de

pertencimento ao catolicismo em sua população, ao passar das gerações (SAMMUT, 2007, p. 26).

A cultura social maltesa é fortemente vinculada com o *ethos* católico de rito romano, e mesmo na esfera política o catolicismo é um fator sempre relevante. Na história de Malta, o clericalismo político foi o fator relevante, e a ideia de secularismo gerava resistências e reações adversas. Malta foi descrito por Baldacchino (2002, p. 56-57) como uma “nação sem Estado”, com pouca experiência de “laicização política” (MAZZOLENI, 1987, p. 82 *apud* SAMMUT, 2007, p. 26).

As duas maiores crises político-religiosas da história de Malta coincidiram com emendas constitucionais que concederam mais poder aos políticos seculares (SAMMUT, 2007, p. 26). A primeira delas ocorreu no começo da década de 1920, em que a Igreja Católica se posicionou contrária ao então domínio britânico sobre Malta após os eventos trágicos de 7 de Junho de 1919¹⁷, que culminou na Autonomia Constitucional de Malta em 1921¹⁸ – permanecendo o país como parte do Império Britânico. A segunda crise se deu na década de 1960, em que membros da Igreja Católica possuíam tendências pró-Nacionalistas – um partido mais alinhado ao clericalismo – e excomungaram membros do Partido Trabalhista (*PL*) – um partido mais alinhado ao secularismo – culminando na Constituição de Malta de 1964.

A influência dos clérigos na vida política maltesa durou até 1993, quando ocorreu o estabelecimento de Concelhos Locais seculares nas cidades e vilas maltesas. Antes disso, os padres das paróquias eram “de fato” os chefes locais, e mantinham o poder na ausência de autoridades locais seculares (SAMMUT, 2007, p. 26).

Com o passar do tempo, os embates político-religiosos das décadas de 1920 e 1960 alimentaram um anticlericalismo. No início do embate, o partido condenado pela igreja perdia as eleições legislativas – tendo ocorrido após 1928 quando o pró-britânico Partido Constitucional do lorde Gerald Strickland teve o governo bloqueado

17 Em 07 de Junho de 1919, manifestantes malteses protestavam contra o aumento de preços do pão quando a guarda britânica, que dominava o país, abriu fogo contra os manifestantes, assassinando quatro deles. Os eventos desse dia causaram imensa comoção em Malta, tornando-se um ponto de virada na história do arquipélago, na reivindicação por maior autonomia ou independência do domínio britânico. Desde então, a data de 07 de Junho é feriado nacional em Malta, conhecido em sua grafia italiana, *Sette Giugno*.

18 Quando da Autonomia Constitucional de Malta em 1921, o arquipélago já era oficialmente governado pelos britânicos desde 1813, mas essa autonomia permitiu que partidos políticos malteses participassem das eleições legislativas locais, sendo a partir desse ponto da história de Malta que o arquipélago passou a contar com o cargo de primeiro-ministro.

por senadores clericais, e em 1962 e em 1966, quando o pró-secular Partido Trabalhista teve membros excomungados pela igreja – posteriormente reforçando uma perda de lealdade absoluta da Igreja Católica junto a parte da população maltesa. Isso foi mais agudo no embate da década de 1960, quando parte dos quadros trabalhistas preferiu sofrer excomunhão do que abrir mão de sua afiliação política (SAMMUT, 2007, p. 26-7).

A igreja retirou as sanções de pecado mortal contra os trabalhistas no final da década de 1960, e o Partido Trabalhista voltou a ganhar adeptos (SAMMUT, 2007, p. 44), e desde então a Igreja Católica em Malta evita tomar posições políticas, para não ser acusada de estar repetindo erros do passado.

3.2.3 O clientelismo como parte da cultura política de Malta

O clientelismo é um fator muito importante na dinâmica entre eleitores/cidadãos e representantes políticos. Mesmo organizações como sindicatos e a Igreja Católica funcionam em Malta como estruturas patriarcais, que alimentam o clientelismo, e este se inseriu como parte da cultura política maltesa (HOWE, 1987; CINI, 2002; SAMMUT, 2007).

O sistema de “assistência pessoal” sucede em uma relação de patronagem, consequentemente tornando-se clientelista, sendo os representantes políticos muitas vezes algum profissional liberal influente na vila ou na cidade – como um médico, comerciante ou advogado – que angaria uma gama variada de amigos no local, assim obtém a lealdade e os votos necessários para ser um candidato competitivo nas eleições gerais. Os parlamentares malteses, em sua maioria, são políticos de tempo parcial, precisando manter suas atividades profissionais usuais – como médicos ou advogados – para obter melhores rendimentos (SAMMUT, 2007, p. 30).

No paradigma do liberalismo, patronagem é visto como um tipo de corrupção. Porém, na região do Mar Mediterrâneo e no sul da Europa, as redes de patronagem são uma das formas tradicionais de se fazer política na região (SAMMUT, 2007, p. 30) – estando inserida na cultura local. Em vez de corrupção, o clientelismo é visto como um “serviço direto à comunidade” (SAMMUT, 2007, p. 31) que gera o interesse local no processo político. As pessoas apoiam candidatos que elas conhecem pessoalmente, que são considerados mais prováveis “a ajudar”

(SAMMUT, 2007, p. 207).

Nessa relação clientelista do eleitorado maltês com seus representantes, há uma pequena minoria de eleitores com mentalidade mais aberta – e menos tradicional – que reflete sobre as questões sociopolíticas do país, e escolhe seus candidatos desapaixonadamente (SAMMUT, 2007, p. 207), sem considerar ou desenvolver uma relação clientelista com figuras políticas.

A patronagem em Malta também se desenvolveu de forma patriarcal, já que também ocorre o fenômeno – comum em muitos países do Ocidente cristão – de uma maior quantidade de homens na política do que mulheres. Em Malta a divisão entre as esferas públicas e domésticas é maior do que em muitos outros países europeus (SAMMUT, 2007, p. 32), e a assimetria política entre homens e mulheres resulta dos tradicionais “códigos de honra e desonra” das sociedades mais conservadoras (SAMMUT, 2007, p. 31). A polarização existente decorre das práticas de patronagem, clientelismo, burocracia e tribalismo, constituindo em um obstáculo para a boa governança (SAMMUT, 2009, p. 97).

3.3 O forte bipartidarismo em Malta: fenômeno de origens sociais

Na cultura política que se desenvolveu em Malta, indivíduos consideram possível colocar interesses de afiliação partidária antes de interesses nacionais malteses, já que os indivíduos em Malta consideram mais benéfico tomar um lado (PIROTTA, 1997), providenciando um contexto de fervorosos rituais partidários, muito fora do usual para os olhares europeus (SAMMUT, 2007, p. 161).

Como consequência desse elo afetivo mais forte ao pertencimento a uma religião e a uma corrente partidária do que ao próprio pertencimento à nacionalidade maltesa, as pessoas em Malta geralmente veem elas próprias como sendo católicas e nacionalistas ou católicas e trabalhistas antes de se considerar maltesas (SAMMUT, 2007, p. 38).

No jogo de interação dos cidadãos com a política partidária, as maiores bases de eleitores e apoiadores de cada um dos partidos respeita um relativo padrão de origem social e geográfica. A maior e mais forte base de apoio do Partido Trabalhista vêm das áreas proletárias urbanas, dos estaleiros navais na parte sul da ilha de Malta, e dos trabalhadores da pequena indústria local. Por outro lado, a base mais leal de apoio ao Partido Nacionalista está nos centros comerciais do conurbado

ao redor das grandes cidades de Valletta, Birkirkara, Sliema, da área central e norte da ilha de Malta – como também na ilha de Gozo – em que vivem os comerciantes, empreendedores, empresários, funcionários públicos e fazendeiros, classes com maiores tendências nacionalistas (BALDACCHINO, 2002).

A fidelidade do eleitorado maltês aos seus partidos políticos de preferência é tão enraizada que se reflete nas taxas de comparecimento eleitoral, mesmo não havendo obrigatoriedade para o voto¹⁹. Desde a independência do país, em 1964, o comparecimento eleitoral fica sempre em torno dos 90% nas eleições gerais maltesas, e isso não vem se alterando ao longo das décadas, mas mantendo-se este padrão até a atualidade (PESSOA, 2015, p. 37), a mais alta taxa de participação eleitoral da Europa e uma das maiores do Ocidente.

A alta taxa de participação eleitoral deriva de um fenômeno social, em que o meio social privado de cada cidadão maltês é permeado por pressões informais, principalmente dentro da família (SAMMUT, 2007, p. 29), reforçando e mantendo as tendências e lealdades para com um lado da política partidária local através de influências advindas da dinâmica interpessoal – que devido ao pequeno tamanho de Malta facilmente se estabelece um contexto social composto por poucas pessoas.

O bipartidarismo como fenômeno social se acentuou principalmente no período pós-Guerra, tendo atingido seu ápice nas primeiras décadas após a independência – entre as décadas de 1960 e o final da década de 1980. O período entre as décadas de 1970 e 1980 foi o mais turbulento politicamente na história de Malta, havendo frequentes incidentes de violência política causado por antagonismos bipolares, em um momento de ferrenho acirramento de ânimos entre os dois lados.

Dentre os mais lamentáveis episódios de violência política ocorrido naquele período, que derivaram de questões de tensões bipartidárias, pode-se citar o caso da carta-bomba que assassinou a adolescente Karin Grech em 1977²⁰; o caso da

19 No artigo 57 da Constituição de Malta (MALTA, 1964, §57) constam os critérios para que as pessoas possam estar qualificadas para se registrar como eleitores. Por não haver afirmação explícita de obrigação ao voto escrito na Constituição ou na lei eleitoral, essa omissão na lei sobre a referência à obrigatoriedade de votar torna o voto facultativo no país.

20 Em 28 de dezembro de 1977 um pacote contendo uma carta-bomba foi enviada para a residência do Professor Edwin Grech, diretor do departamento de obstetria e ginecologia do Hospital São Lucas (*L-Isptar San Luqa*, no original em maltês) em Malta. O pacote foi aberto por sua filha de quinze anos, Karin Grech, matando-a. O inquérito aberto nunca apresentou uma conclusão. Suspeita-se que a carta-bomba tenha sido enviada por causa do envolvimento do Professor Edwin Grech em uma greve de médicos ocorrida no hospital durante o ano de 1977. Este caso chocou Malta, e foi considerado um dos mais emblemáticos episódios de terrorismo no país.

controversa consequência da eleição geral de 1981 com o boicote do Partido Nacionalista ao Parlamento maltês durante os anos seguintes à eleição; o caso do assassinato do militante nacionalista Raymond Caruana em um clube do partido em 1986²¹; o incidente de agressão e tumulto entre militantes nacionalistas e trabalhistas ocorrida em Tal-Barrani – distrito do município de Zejtun – durante um comício do Partido Nacionalista antes das eleições gerais de 1987²².

As tensões políticas em Malta somente se apaziguaram após as eleições gerais de 1987, com a vitória do Partido Nacionalista, que gerou um período de negociações entre os dois maiores partidos políticos do país. O retorno do Partido Nacionalista ao poder em 1987, após 16 anos na oposição, favoreceu uma gradual diminuição nas tensões políticas, a qualidade da poliarquia maltesa foi se incrementando, já que o acesso à contestação pública – um dos conceitos elementares da Poliarquia (DAHL, 2005) – passou a ser tratado como uma demanda relevante.

Tais tensões, bipolarização e conflitos também foram acentuados por um elemento na cultura política maltesa em que o público trata, com alguma frequência, seus líderes seculares como se possuíssem dotes pseudo-religiosos. Um exemplo é o do ex-primeiro-ministro, Dom Mintoff (1971-1984), cujos seguidores trabalhistas atribuíam a ele conotações divinas, como o “Salvador de Malta” (SAMMUT, 2007, p. 35), especialmente após o estabelecimento de um Estado de bem-estar social durante a década de 1970, que gerou grandes e positivos impactos na classe trabalhadora maltesa – base eleitoral do Partido Trabalhista. Algo similar se passou na base eleitoral do partido adversário, na década seguinte, quando o martírio do líder nacionalista Eddie Fenech Adami comoveu muitos de seus seguidores, principalmente após a vandalização de sua casa, em 15 de outubro de 1979, por

21 Em 5 de dezembro de 1986 um ativista do Partido Nacionalista chamado Raymond Caruana foi assassinado após o disparo de tiros vindo de um automóvel que trafegava na rua, em frente ao clube político nacionalista no município de Gudja. No início do inquérito, um outro militante nacionalista, Peter Paul Busuttil, foi considerado o assassino. Porém, posteriormente surgiram versões que o então governo do Partido Trabalhista realizou manobras para manipular o inquérito junto à polícia e responsabilizar o militante nacionalista. O caso permanece sem solução, e Busuttil foi absolvido.

22 O então oposicionista Partido Nacionalista programou atividades políticas, como um comício e caminhada, para o dia 30 de novembro de 1986 no distrito de Tal-Barrani, parte do município de Zejtun, no sul da ilha de Malta. O local é considerado bastião de eleitores e militantes do Partido Trabalhista e, apesar das advertências das autoridades sobre os sérios riscos de realizar atividades políticas nacionalistas em um forte reduto trabalhista, o Partido Nacionalista seguiu adiante seu propósito de realizar as atividades na data. Durante o evento, militantes trabalhistas confrontaram os nacionalistas que estavam realizando o evento, e o episódio se transformou em dos mais icônicos casos de violência política da história de Malta, com dezenas de feridos, e vários danos às propriedades, como veículos e casas (HOWE, 1987).

partidários trabalhistas²³. Posteriormente, Fenech Adami se tornou primeiro-ministro de Malta entre 1987 e 1996, novamente entre 1998 e 2004, e seus seguidores o consideram como o principal responsável pela entrada de Malta na União Europeia (UE), em 2004.

Os partidos políticos malteses tentam construir um senso de pertencimento dentro de cada comunidade partidária (SAMMUT, 2007, p. 210) – neste caso, pertencimento ao partido –, cujos aderentes se beneficiam da sensação de segurança com o abrigo social, em pertencer a um agrupamento mais harmônico e homogêneo. Figuras paternais, como foram Mintoff e Fenech Adami no passado de Malta, embora idealizadas, contribuíram para manter a imagem, os símbolos e a coesão quase familiar dos seguidores dos respectivos partidos por algum tempo.

Com o declínio econômico dos estaleiros navais e docas portuárias – embora ainda sejam relevantes no contexto econômico de Malta –, o seu proletariado se realocou em uma nova dinâmica de força de trabalho, do setor industrial para o setor de serviços, induzindo à mobilidade social, que trouxe um “emburguesamento” dos valores, levando os trabalhadores a adotar normas, aspirações e atitudes políticas da classe média (SAMMUT, 2007, p. 123).

A mobilidade social foi um fenômeno que ocorreu em Malta nas décadas de 1980 e 1990, principalmente após o estabelecimento do Estado de bem-estar social na década de 1970 pelo governo do Partido Trabalhista. A classe trabalhadora maltesa ascendeu, ocorreu uma recomposição social, que refletiu em uma crise existencial para o Partido Trabalhista entre as décadas de 1990 e 2000. Uma nova geração de jovens oriundos das classes trabalhadoras ascendentes passou a ter novas aspirações, assimilou percepções e valores liberais ao abraçar o consumismo (SULTANA, 1994 *apud* SAMMUT, 2007, p. 35). O discurso do Partido Trabalhista, anteriormente voltado às classes trabalhadoras e ancorado em princípios do Socialismo Democrático, perdeu a maior parte do seu efeito junto à sua base

23 Em 15 de outubro de 1979 o então primeiro-ministro trabalhista Dom Mintoff sofreu um atentado contra sua vida, quando estava na frente da sede do governo maltês, o *Auberge de Castille*, em Valletta. Tiros foram disparados, mas não atingiram o primeiro-ministro, que se abrigou no edifício-sede do governo. Em reação contra o atentado, militantes e seguidores do Partido Trabalhista acusaram os adversários nacionalistas de estarem por trás do atentado. Enfurecidos, foram até a casa do líder do Partido Nacionalista, Eddie Fenech Adami, vandalizaram a casa do líder da oposição, espancaram uma senhora idosa, mãe do líder nacionalista, além da esposa dele e os cinco filhos do casal. Paralelamente, ocorreram outros atos de vandalismo contra a redação do principal jornal privado do país, o *The Times of Malta*. Estes atos de violência política ocorridas naquele dia foram conhecidos como “A segunda-feira negra” (no original em maltês: *It-Tnejn l-Iswed*), e nunca foram investigados pela polícia, ou mesmo aberto um processo judicial para a devida condenação dos culpados.

eleitoral, oferecendo aos trabalhistas um grande desafio: o de se reinventarem.

Enquanto os trabalhistas perdiam parte dos aderentes junto às classes trabalhadoras, os nacionalistas abriam mão de sua imagem elitista, agregando simpatias de parte das classes menos abastadas, devido ao discurso moderado e dentro dos princípios Democrata-Cristãos, a partir de meados da década de 1980, mantendo o Partido Nacionalista no governo por quase um quarto de século, entre 1987 e 2013 – com um breve hiato de governo trabalhista entre 1996 e 1998.

Essas transformações sociais das últimas quatro décadas foram induzindo os dois maiores partidos políticos malteses a adotar algumas características de partidos *catch-all*²⁴ (SAMMUT, 2007, p. 123). Desde março de 2013 o Partido Trabalhista está no governo de Malta, adotando características de um partido social-democrata, com posições bastante distintas daquelas sustentadas em meados e fins do século passado.

Em 1989, um terceiro partido foi fundado, com pretensão de ser um agrupamento político relevante, a Alternativa Democrática (*AD, Alternattiva Demokratika*, no original em maltês), tendo disputado eleições gerais desde 1992 sem conseguir eleger algum parlamentar até a atualidade. A dificuldade da Alternativa Democrática eleger representantes ao Parlamento se deve à lealdade do eleitorado maltês com a identidade partidária e suas figuras políticas patronais manteve intacto o bipartidarismo puro até 2016, em que somente membros do Partido Trabalhista e do Partido Nacionalista obtinham cadeiras parlamentares.

Em 2016 a dissidente trabalhista Marlene Farrugia fundou o Partido Democrático (*Partit Demokratiku*, no original em maltês) e foi eleita parlamentar nas eleições gerais de junho de 2017. Porém, a presença desse terceiro partido no Parlamento não está, até o momento, alterando o balanço entre governo e oposição. O Partido Democrático disputou a eleição geral de 2017 em coligação com o Partido Nacionalista.

Há outros partidos registrados em Malta, como o Movimento Patriotas Malteses (*Moviment Patrijotti Maltin*, no original em maltês), um agrupamento anti-imigração com um discurso de extrema-direita, contrário ao multiculturalismo; e a Aliança Mudança (*Alleanza Bidla*, no original em maltês), com plataforma

²⁴ Partidos *catch-all*, também conhecidos como *big tent*, são aqueles tipos de partido que visam atrair eleitores de diferentes pontos de vista e distintas ideologias, contrastando com os partidos políticos ideológicos, que visam eleitores que são aderentes de uma determinada corrente ideológica. Os partidos *catch-all* abarcam uma ampla gama de eleitores, geralmente se posicionando próximo ao centro do espectro político.

conservadora porém eurocética.

Desde a fundação da Alternativa Democrática, em 1989, os dois principais partidos políticos temiam que um terceiro partido forte poderia desestabilizar o sistema político maltês (SAMMUT, 2007, p. 36).

4 EXPOSIÇÃO DO FENÔMENO DE GRUPOS DE MÍDIA PERTENCENTES A PARTIDOS POLÍTICOS EM MALTA

Após a apresentação dos elementos básicos sobre Malta no capítulo 3, neste capítulo será descrito o contexto que envolve o objeto deste estudo, os grupos de mídia pertencentes aos maiores partidos políticos malteses.

A criação dos veículos de comunicação malteses se deu em um quadro de força social e política dos partidos, que, como fortes instituições no país, estiveram em posição de vantagem para fazer uso do sistema de mídia maltês para reforçar sua posição dominante.

Em um período em que vários países europeus se abriam ao pluralismo na mídia, Malta adotou um modelo diferente das demais nações ocidentais democráticas, concedendo veículos de comunicação audiovisuais – rádios e televisões – para os partidos políticos, estabelecendo um tipo de propriedade de mídia pouco usual.

O objetivo deste capítulo é desvendar como esta mídia partidária funciona, sua dinâmica interna, seus dilemas em busca de credibilidade e faturamento, bem como a reação da audiência local a este fenômeno.

Em grande parte, a construção desse capítulo se tornou possível graças a obra de Sammut (2007), *Media and Maltese Society*, em que a autora expõe detalhes profundos e reveladores sobre a mídia partidária maltesa, bem como realiza uma profunda análise sobre o quadro de mídia do país, que inclui a mídia partidária, realizando entrevistas com jornalistas, políticos e membros da audiência.

4.1 A história da mídia em Malta: dos jornais anglófilos aos canais bipartidários

Em Malta, o bipartidarismo se tornou um fator decisivo em muitas instituições, havendo influência dos dois maiores partidos no setor de mídia do país. O estabelecimento da mídia partidária em Malta ocorreu após um processo em que a sociedade maltesa estava imersa em um contexto de religiosidade e partidarismo. Nas últimas décadas há uma tendência de declínio da imprensa partidária na Europa (SAMMUT, 2007, p. 25), enquanto em Malta surgiu um fenômeno inédito, o tipo de jornalismo partidarizado se reinventou sobre um novo tipo de formato: o audiovisual.

A ligação entre partidos políticos e imprensa em Malta deriva do período inicial de dominação britânica sobre o arquipélago, quando o governo colonial de então concedeu liberdade de imprensa em 1835 (SAMMUT, 2007, p. 42). Durante as primeiras décadas do século XX, o setor de jornais impressos era dominado pela Igreja Católica ou por veículos privados pró-dominância britânica. A Igreja possuía o jornal *Leñen is-Sewwa*, iniciado em 1928, cujo ápice de influência obteve durante as duas crises político-religiosas em Malta (SAMMUT, 2007, p. 47), nas décadas de 1920 e 1960, ajudando a marcar a posição da Igreja junto à opinião pública maltesa.

Dentre os grupos privados anglófonos e pró-britânicos na mídia impressa de Malta, alguns deles pertenciam a grupos de origem britânica, como a *Strickland Foundation*, proprietário do jornal diário *The Times of Malta* e do semanal *The Sunday Times*, concebidos na década de 1930 como porta-vozes do então existente Partido Constitucional (SAMMUT, 2007, p. 45), cuja principal figura política era o proprietário desses jornais, o lorde Gerald Strickland.

Até a independência de Malta, em 1964, esses jornais refletiam a posição pró-britânica do seu proprietário. E até o final da década de 1980 o *The Times of Malta* mantinha uma perspectiva colonial, colocando notícias internacionais em maior destaque do que o noticiário local maltês, pois considerava que o valor das notícias de Malta não seriam maiores que aquelas oriundas do exterior (SAMMUT, 2007, p. 45).

Existindo controvérsias dos trabalhistas contra o então governo colonial britânico, visando contrabalancear os ataques que os veículos de mídia privados pró-britânicos realizavam contra opositores, o movimento sindical em Malta, através da *General Workers' Union (GWU)* – braço sindical do Partido Trabalhista – aperfeiçoou a estrutura de maquinários de prensa, contratou jornalistas e expandiu suas publicações na década de 1950, consolidando o semanário dominical *It-Torċa* e o diário *L-Orizzont* (SAMMUT, 2007, p. 43).

Em 1970, o Partido Nacionalista iniciou a publicação do seu jornal diário, o *In-Nazzjon Tagħna*, atualmente conhecido somente como *In-Nazzjon*. No ano seguinte lançou a publicação semanal *Il-Mument*. Antes desse ano, o principal diário em língua maltesa que simpatizava com os nacionalistas era o jornal *Il-Berqa*, de propriedade da *Strickland Foundation* – também proprietário do diário em língua inglesa *The Times of Malta* – que era simpático ao governo nacionalista de George Borg Olivier (1962-1971), e com inclinações anti-trabalhistas (SAMMUT, 2007, p.

44), mas que deixou de ser publicado durante a década de 1960.

O diário nacionalista *In-Nazzjon Tagħna* passou alguns anos entre as décadas de 1970 e 1980 conhecido somente como *In-..... Tagħna*, por conta de uma lei de regulação de “uso de certas palavras”²⁵, retornando ao uso do nome *In-Nazzjon* em 1987 (SAMMUT, 2007, p. 44).

O grupo hoje estatal de audiovisual – *PBS (Public Broadcasting Services)* – iniciou suas atividades como um ente privado, a *Rediffusion*, implantada através de concessão emitida pelo então governo colonial britânico no arquipélago (SAMMUT, 2007, p. 51). Primeiramente, como uma estação de rádio desde 1935, para conter a propaganda fascista vinda da Itália e, posteriormente, também como um canal de televisão a partir de 1962 (DINGLI; VASSALLO, 2014, p. 12).

Nas décadas anteriores à independência de Malta, as primeiras transmissões de rádio foram introduzidas no arquipélago para infundir lealdade ao Império Britânico (SAMMUT, 2007, p. 50). Isso significa que, desde o início, a mídia audiovisual em Malta tem sido relacionada com a política de maneira muito próxima (DINGLI; VASSALLO, 2014, p. 12).

Durante embates contra o então governo colonial, o Partido Trabalhista realizou uma campanha para seus membros, militantes, simpatizantes e eleitores desligarem seus aparelhos de rádio, em protesto contra o arbítrio do governo colonial britânico (SAMMUT, 2007, p. 111), em um dos primeiros grandes casos de mobilização da audiência em Malta. A *Rediffusion* era o único canal de rádio e televisão, e seletivamente simpatizava com o governo colonial britânico antes da independência do país em 1964 (SAMMUT, 2007, p. 43).

Em 1975, a *Rediffusion* foi nacionalizada pelo então governo do Partido Trabalhista, do primeiro-ministro Dom Mintoff, e se tornou *Xandir Malta*, possuindo o monopólio estatal de transmissão de audiovisual. Após a estatização do único canal de televisão de Malta, o então opositor Partido Nacionalista acusou o governo então trabalhista de manipular o noticiário do canal, e solicitou para si a concessão de uma estação em 1979, o que foi ignorada pelo governo (SAMMUT, 2007, p. 51).

25 O jornal diário nacionalista *In-Nazzjon Tagħna* (“A Nossa Nação”) alterou seu nome para *In-..... Tagħna* (“A Nossa”), retirando a palavra *Nazzjon* e substituindo por asteriscos por causa do “*Use of Certain Words Regulation Act*” (Ato de regulação sobre o uso de certas palavras), de 1º de novembro de 1978, em que palavras utilizadas no título de associações ou organizações não deveriam ser usadas caso pudessem ser confundidas com o governo de Malta. Assim, o uso da palavra “Nação” (*Nazzjon*) não foi permitido, e o Partido Nacionalista se recusou a alterar o nome do jornal, preferindo realizar um protesto colocando pontos no lugar da palavra “Nação” (SAMMUT, 2007, p. 44), induzindo à crença que o nome do jornal sofreu censura.

O único telejornal diário na televisão e rádio maltesa entre os anos de 1975 e 1991 era emitido pela estatal *Xandir Malta*, cujo nome é *L-Aħbarijiet*²⁶, não havendo um outro boletim eletrônico que pudesse apresentar uma visão alternativa, ou contraditória, àquele transmitido pelo canal estatal (DINGLI; VASSALLO, 2014, p. 13).

Para compensar a falta de um meio de comunicação audiovisual que fizesse contraponto à *Xandir Malta* – então em mãos do governista Partido Trabalhista – o Partido Nacionalista buscou meios de emitir conteúdo radiofônico a partir da ilha da Sicília, na Itália (DINGLI; VASSALLO, 2014, p. 13), geograficamente muito próximo a Malta, através das rádios clandestinas *Radio Onda Resistenza* e *Radio Libertà* (AZZOPARDI, 1996 *apud* SAMMUT, 2007, p. 51), recebendo colaboração do Partido Democrata-Cristão italiano para operá-las (HOWE, 1987).

A *Xandir Malta* passou a sofrer boicote de anunciantes – muitos deles, simpatizantes nacionalistas – no início da década de 1980, o que fez decair a receita do canal com publicidade. Este foi um outro momento de mobilização da audiência, cujo boicote dos nacionalistas e seus simpatizantes contribuiu para danificar a integridade e as finanças do grupo de mídia estatal (SAMMUT, 2007, p. 111).

A década de 1980 foi considerado um período de manipulação da opinião popular pelo monopólio do sistema estatal de mídia de então (DINGLI; VASSALLO, 2014, p. 12). Em uma época em que Malta não possuía tanto pluralismo nos meios de comunicação, com exceção dos jornais impressos – alguns poucos privados em língua inglesa, em meio aos jornais dos partidos políticos em língua maltesa – só havendo os canais estatais de rádio e televisão, a Igreja Católica temia os “efeitos disfuncionais da mídia na sociedade” (SAMMUT, 2007, p. 14), e para isso incluiu nas escolas de sua propriedade²⁷ a disciplina “Educação em Mídia”, em 1981 (SAMMUT, 2007, p. 13) nos ensinos fundamental e médio, com estudos obrigatórios sobre as habilidades de mídia, constando posteriormente dentre os objetivos do Currículo Mínimo Nacional do sistema educacional maltês (SAMMUT, 2007, p. 60).

Durante o período de monopólio estatal das transmissões de audiovisual – de 1975 a 1991 – o partido que esteve na oposição durante a maior parte desse período, o Partido Nacionalista, acusou os rivais trabalhistas de utilizarem os canais

²⁶ Em maltês, *L-Aħbarijiet* significa “As notícias”.

²⁷ A Igreja Católica Romana em Malta é proprietária de uma vasta rede de colégios particulares, de ensino básico, no país. Cerca de um terço da população estudantil frequenta escolas pertencentes à Igreja (SAMMUT, 2007, p. 26).

da *Xandir Malta* para promover “doutrinação da audiência” (DIMECH, 1987 *apud* SAMMUT, 2007, p. 51), buscando meios de boicotar as estações públicas. Portanto, não foi surpresa quando o Partido Nacionalista voltou ao poder em 1987 e buscou meios de quebrar esse monopólio, mesmo sendo acusado pela nova oposição trabalhista de também praticar interferência governamental nos canais públicos. A compensação para diminuir tais acusações veio através da implantação de pluralidade nas transmissões de audiovisual em 1991, permitindo concessões de televisão e rádio para cada um dos dois grandes partidos políticos do país (SAMMUT, 2007, p. 51).

A partir desse ponto, Malta se tornou a primeira democracia ocidental em que partidos políticos puderam ser proprietários de estações de rádio e televisão. Em Belize, um pequeno país anglófono na América Central, desde a primeira década do século XXI há estações de rádio e jornais locais que são de propriedade dos dois maiores partidos políticos daquele país centro-americano²⁸, fazendo com que atualmente Malta não seja o único país no mundo em que partidos políticos são donos de algum relevante veículo de comunicação audiovisual.

Como uma reação à situação de manipulação da mídia estatal maltesa pelo partido que estivesse no poder, que paralelamente induzia à manipulação da opinião pública (DINGLI; VASSALLO, 2014, p. 12), em 1º de junho de 1991 entrou em vigor o *Broadcasting Act* (DINGLI; VASSALLO, 2014, p. 13; MALTA, 1991, p. 1), abrindo o espectro televisivo e radiofônico para o pluralismo.

Esta abertura possuía a pretensão de evitar que o noticiário pudesse ser originado de apenas uma única fonte. As primeiras licenças foram concedidas pela *Broadcasting Authority* (BA)²⁹ – o órgão estatal de controle das transmissões de

28 Em Belize, há um sistema bipartidário, em que ambas as organizações são diretamente proprietários de estações de rádio e jornais. O *People's United Party* é dono, desde 2006, da estação de rádio *Positive Vibes FM*, uma das quatro maiores do país. Em 1956 o mesmo partido estabeleceu o jornal *The Belize Times* o publicando até os dias atuais. O *United Democratic Party* é dono, desde 2002, da estação de rádio *Wave Radio*, também uma das quatro maiores do país. O mesmo partido estabeleceu em 1998 o jornal local *The Guardian*, sendo produzido nos dias atuais. Os dois maiores partidos de Belize não possuem canais de televisão, sendo estes concedidos essencialmente para grupos privados de comunicação.

29 Estabelecido em setembro de 1961 (DINGLI; VASSALLO, 2014, p. 16), a *Broadcasting Authority*, pertencente ao governo maltês, é um órgão regulador das transmissões televisivas e radiofônicas do país, previsto nos artigos 118 e 119 da Constituição de Malta (DINGLI; VASSALLO, 2014, p. 16). A *Broadcasting Authority* supervisiona todos os canais de rádio e televisão que operam no país, focando no conteúdo emitido por essas estações, para evitar viés político, bem como na publicidade (DINGLI; VASSALLO, 2014, p. 23). Desde 1991 a *Broadcasting Authority* tem o poder de escolher quem pode obter licenças para uso do espectro radiofônico e televisivo no país.

audiovisual em Malta³⁰ – aos dois maiores partidos políticos do país (DINGLI; VASSALLO, 2014, p. 13), a saber: o Partido Trabalhista de Malta – *Partit Laburista* – e o Partido Nacionalista de Malta – *Partit Nazzjonalista*.

Inicialmente, os membros da *Broadcasting Authority* eram contrários à ideia de outorgar concessões de rádio e televisão para os maiores partidos (DINGLI; VASSALLO, 2014, p. 13). Apesar da resistência inicial, as primeiras licenças foram emitidas aos partidos e, posteriormente, outras licenças foram concedidas a grupos privados e à Igreja Católica (SAMMUT, 2007, p. 25; DINGLI; VASSALLO, 2014, p. 13), muito forte no país, e que também abriu duas estações de rádio³¹, mas nenhuma de televisão³². Os demais partidos políticos malteses, menores e sem representação no Parlamento, que não possuíam uma base substancial de “clientes” como aquela dos dois maiores partidos, estiveram em uma condição secundária no processo de propriedade de grupos de mídia no país.

O fator determinante para que as primeiras concessões de rádio e televisão não-estatais em Malta fossem tão rapidamente direcionados aos dois maiores partidos políticos do país se deveu ao Parlamento de Malta, que logo em seguida ao

30 Segundo o Artigo nº 119 da Constituição de Malta, a *Broadcasting Authority*: “119. (1) It shall be the function of the Broadcasting Authority to ensure that, so far as possible, in such sound and television broadcasting services as may be provided in Malta, due impartiality is preserved in respect of matters of political or industrial controversy or relating to current public policy and that broadcasting facilities and time are fairly apportioned between persons belonging to different political parties.(2) The function of the Broadcasting Authority referred to in sub-article (1) of this article shall be without prejudice to such other functions and duties as may be conferred upon it by any law for the time being in force in Malta” (MALTA, 1964, §119). Em tradução livre: “(1) Deve ser a função da *Broadcasting Authority* garantir que, dentro do possível, em tais sistemas de transmissão sonoras ou televisivas que possa ser provido em Malta, a devida imparcialidade seja preservada no que diz respeito a assuntos de controvérsia política ou industrial, ou relacionadas a atual política pública e que as estruturas de transmissão e tempo sejam honestamente alocadas entre pessoas pertencentes a diferentes partidos políticos. (2) A função da *Broadcasting Authority* referida no subartigo (1) deste artigo deve ser sem prejuízo a tais outras funções e deveres que possam ser conferidos por qualquer lei pelo tempo que esteja em vigor em Malta”.

31 A Igreja Católica Romana obteve da *Broadcasting Authority* em 1991 a concessão de um canal de rádio: *RTK – Radju ta’ Kulhadd* (Rádio de Todos, em maltês), que mescla programas de variedades com conteúdo religioso, apresentados sob um ângulo católico. A rádio *RTK* em sua primeira década possuía o segundo lugar em audiência no país, somente atrás da rádio trabalhista *Super One*. Em 2004, a Igreja Católica inaugurou sua segunda estação de rádio, a primeira com alcance 100% nacional, também sintonizável na ilha de Gozo, a *Radju Marija* (Rádio Maria), possuindo ligações com a organização mundial católica *World Family of Radio Maria* (SAMMUT, 2007, p. 57-8), e se tornando uma rádio com ótimos índices de audiência, contribuindo para preservar a hegemonia da Igreja Católica em Malta com a existência de duas estações de rádios que se complementam.

32 As concessões de canais de televisão pela *Broadcasting Authority* em 1991 contemplavam a forte Igreja Católica Romana no país, mas os esforços para este empreendimento de estação televisiva foram abortados pela Igreja devido ao alto risco do negócio, pouco potencial de lucro, e altos custos de operação dos canais de televisão para uma audiência de massas (SAMMUT, 2007, p. 25). Entretanto, a Igreja realizou alguns acordos com os três principais canais de televisão de Malta – a estatal *TVM*, a trabalhista *One TV* e a nacionalista *Net TV* – para transmitir produções religiosas (SAMMUT, 2007, p. 58).

estabelecimento do pluralismo na transmissão de audiovisual pela *Broadcasting Authority*, protelou as solicitações feitas por empreendedores privados, para antes garantir concessões aos dois partidos políticos mais fortes, atendendo mais rapidamente às solicitações destes (SAMMUT, 2007, p. 54).

O fato da direção da *Broadcasting Authority* ser nomeada após acordo entre os dois principais partidos políticos do país³³ teve influência no rápido atendimento das solicitações de ambos, já que estes principais partidos desfrutavam de conjunta influência sobre a *Broadcasting Authority* (SAMMUT, 2007, p. 39; DINGLI; VASSALLO, 2014, p. 19).

O fato do órgão constitucional que regula as comunicações audiovisuais em Malta ser composto por cinco membros nomeados pelas lideranças políticas do país³⁴ – como o Primeiro-ministro e o Líder da Oposição – faz com que os interesses dos maiores partidos sejam favorecidos, aumentando a percepção pública que os interesses partidários se sobrepõe aos interesses públicos nas ações e decisões da *Broadcasting Authority*, erodindo sua credibilidade (DINGLI; VASSALLO, 2014, p. 16-17), criando uma situação em que os membros do órgão regulador são indicados por aqueles que devem ser regulados (PULLICINO, 2004 *apud* DINGLI; VASSALLO, 2014, p. 17).

Esta situação, combinado com as interpretações sobre “imparcialidade” (DINGLI; VASSALLO, 2014, p. 21) contidas na cláusula 13 (2) do *Broadcasting Act*³⁵

33 Segundo os três primeiros subartigos do Artigo nº 118 da Constituição de Malta: “118. em tradução livre: “(1) Deve haver uma Autoridade de Transmissão para Malta que deve consistir de um diretor e tal número de outros membros não sendo menos do que quatro como pode ser prescrito por qualquer lei pelo tempo que estiver em vigor em Malta. (2) Os membros da *Broadcasting Authority* devem ser apontados pelo Presidente, agindo de acordo com a recomendação do Primeiro-ministro dado após ele haver consultado com o Líder da Oposição. (3) Uma pessoa não deve ser qualificada para manter um cargo como membro da *Broadcasting Authority* se ele é um Ministro, um Secretário Parlamentar, um membro do, ou candidato a eleição para, a Casa dos Representantes, um membro de uma autoridade de governo local ou se ele é um oficial público” (MALTA, 1964, §119; DINGLI; VASSALLO, 2014, p. 16).

34 Como um corpo estatutário independente, a direção da *Broadcasting Authority* é oficialmente celebrada pelo Presidente da República de Malta, após acordo com os dois principais partidos políticos do país (SAMMUT, 2007, p. 39; DINGLI; VASSALLO, 2014, p. 16). Dois membros da *Broadcasting Authority* são escolhidos pelo Primeiro-ministro, outros dois são escolhidos pelo Líder da Oposição, enquanto o quinto membro, o diretor, é nomeado pelo ministro responsável pelas comunicações em Malta (DINGLI; VASSALLO, 2014, p. 16).

35 A cláusula 13 (2) do *Broadcasting Act* (MALTA, 1991, p. 11) diz, em tradução livre: “(2) No que diz respeito aos serviços de radiodifusão de interesse geral e em que a [*Broadcasting*] *Authority* permite que programas de notícias e atualidades sejam difundidos por tais serviços, deve ser o dever da [*Broadcasting*] *Authority* satisfazê-la que, o quanto seja possível, os programas transmitidos por qualquer serviço de radiodifusão de interesse geral cumpre com todas ou qualquer dos seguintes requerimentos que a [*Broadcasting*] *Authority* impõe na licença de transmissão, que é para dizer - (c) que tempo suficiente é dado às notícias e atualidades e que todo o noticiário dado nos programas (qualquer que seja a forma) é apresentado com a devida imparcialidade; (f) que a devida

(MALTA, 1991, p. 11) pelos membros partidários indicados para a *Broadcasting Authority*, faz com que o ambiente regulatório das transmissões audiovisuais em Malta não sirva aos melhores interesses públicos (DINGLI; VASSALLO, 2004, p. 19). Em síntese, a *Broadcasting Authority* regula o setor audiovisual de Malta sob o princípio que considera cada estação partidária como exercendo um contrapeso e balanço sobre a outra (SAMMUT, 2009, p. 85).

Nos primeiros dez anos de pluralismo, a *Broadcasting Authority* emitiu dez licenças para novas estações de rádio nacionais e cinco licenças para novas estações de televisão, além de 18 licenças para estações de rádio comunitárias – a maioria pertencente às paróquias da Igreja Católica, em vários municípios das ilhas de Malta e Gozo – para competir com os 15 jornais impressos já existentes (SAMMUT, 2007, p. 40).

Nesse contexto, ergueram-se grupos de comunicação utilizando o espectro audiovisual no país, permitindo que os canais de rádio e televisão partidários contassem os fatos de forma parcial, considerando a ideia que um possa compensar o viés do outro (SAMMUT, 2007, p. 40). Isso criou uma situação em que os grupos de mídia pertencentes aos partidos políticos sentem-se constantemente estimulados a reagir ao viés da mídia adversária com igual força (DINGLI; VASSALLO, 2014, p. 20).

O Partido Trabalhista decidiu mudar sua imagem no início dos anos 1990. Parte desse projeto de renovação se encontrava no lançamento de seus próprios canais de rádio e televisão (SAMMUT, 2009, p. 87). Por isso, as primeiras estações partidárias a entrar no ar foram aquelas de propriedade do Partido Trabalhista (DINGLI; VASSALLO, 2014, p. 13), através da *Rainbow Productions Ltd.* e que, posteriormente, alterou seu nome para *One Productions Ltd.* Em 1991, este partido inaugurou sua estação de rádio, a *Super One Radio*, que posteriormente alterou seu nome para *One Radio 92.7*, e em 1994 colocou no ar seu canal de televisão, a *One TV*.

Na realidade, o Partido Trabalhista somente estabeleceu um subsistema de mídia próprio quando lançou seus canais de rádio e televisão nos anos 1990 (SAMMUT, 2007, p. 44), sendo os jornais *L-Orizzont* e *It-Torċa* diretamente vinculados ao braço sindical do partido, a *General Workers' Union*. O partido e a

imparcialidade é preservada em respeito dos assuntos de controvérsia política ou industrial ou relacionados a atual política pública".

central sindical operam separadamente, por vezes eles abertamente discordam um do outro, embora os jornais pertencentes a *General Workers' Union* visem um público de leitores mais fiéis ao Partido Trabalhista, enquanto a central sindical confia nos canais de rádio e televisão trabalhistas – *One Radio* e *One TV* – para expor suas posições (SAMMUT, 2007, p. 44).

O Partido Nacionalista de Malta iniciou as operações da sua estação de rádio, a *Radio 101*, atualmente chamada *Net FM*, no mesmo ano de seu partido rival, 1991, enquanto o canal de televisão nacionalista, *Net TV*, iniciou suas transmissões somente em 1998. Inicialmente, os estrategistas políticos do Partido Nacionalista eram contrários ao estabelecimento de um canal de televisão próprio do partido (SAMMUT, 2007, p. 56; DINGLI; VASSALLO, 2014, p. 13), apesar de já ter obtido a concessão da *Broadcasting Authority*, em 1991. Porém, quando os nacionalistas foram para a oposição após a derrota eleitoral de outubro de 1996, o partido sentiu a necessidade de mudar de estratégia, e o canal televisivo nacionalista *Net TV* foi inaugurado em meados de 1998³⁶.

O terceiro partido político de Malta, a Alternativa Democrática, possuiu veículos de comunicação próprios durante alguns anos entre as décadas de 1990 e 2000. Primeiramente, o jornal impresso *Alternattiva*, que passou a circular em 1989, e obteve um sucesso relativo por alguns anos, diminuindo o número de leitores após as eleições de 1996, e sendo extinto em dezembro de 1997 (SAMMUT, 2007, p. 44). O partido também manteve no ar por vários anos um veículo de comunicação audiovisual: a estação de rádio *Radju Alternattiva*, que ganhou uma concessão da *Broadcasting Authority* logo após a abertura ao pluralismo em 1991, mudando de nome em 1998 para *Capital Radio 88.7*. Porém, o partido considerava que o espaço para conteúdo político na rádio era insuficiente, e frequentemente percebia que a sustentabilidade financeira da rádio era obtida às custas de emitir pouco conteúdo político (SAMMUT, 2007, p. 57). Ela acabou sendo vendida em 2009 (UPDATED... 2009).

O partido Alternativa Democrática nunca conseguiu eleger um parlamentar em seus mais de 25 anos de existência, se mantendo parte da arena partidária

36 A abertura do canal de televisão nacionalista *Net TV* em meados de 1998 foi oportuna, a tempo de poder seguir as crises do então governista Partido Trabalhista naquele mesmo ano, e contribuir na bem-sucedida campanha eleitoral nacionalista (SAMMUT, 2007, p. 56) das eleições antecipadas de 1998, retornando ao poder em 07 de setembro de 1998, menos de dois anos após o partido deixar o governo.

maltesa sem representantes, apesar de algumas boas votações³⁷. Durante os anos de operação da rádio do partido – que por vários anos foi financeiramente viável³⁸ (SAMMUT, 2007, p. 57) – não conseguiu alcançar a mesma projeção e importância das emissoras dos dois principais partidos, a nacionalista *Radio 101* e a trabalhista *Radio One*.

Os três canais de televisão privados são de pequena estrutura e baixa audiência, que junto com as várias estações de rádio privadas, nunca obtiveram recursos jornalísticos suficientes para produzir conteúdo e noticiário que efetivamente representassem um desafio aos maiores canais radiofônicos e televisivos malteses, de propriedade do estado, dos partidos políticos ou da Igreja (SAMMUT, 2007, p. 98). Em Malta, as pequenas estações de rádio e televisão tendem a ecoar os pontos de vista institucionais (SAMMUT, 2007, p. 59).

As principais organizações de mídia de massas de Malta possuem suas próprias estruturas de redação para realizar a cobertura dos fatos locais (SAMMUT, 2007, p. 41), como o grupo de mídia *Media.Link Communications*, de propriedade do Partido Nacionalista, que possui sua redação de rádio, televisão, publicações impressas e internet funcionando no mesmo prédio da sede do partido em Pietà, a *Dar-Centrali* (“Casa Central”, em maltês). Já o Partido Trabalhista, possui parte das instalações do seu grupo de mídia *One Productions Ltd.* operando no município de Marsa³⁹, enquanto a sede principal do partido fica no município de Ħamrun.

37 Devido ao sistema eleitoral de Voto Único Transferível (VUT) que há em Malta, combinado com a magnitude de 5 cadeiras parlamentares para cada um dos 13 distritos eleitorais, e a fidelidade do eleitorado a algum dos dois principais partidos políticos, a Alternativa Democrática se mantém há quase 30 anos com poucas chances de eleger um representante nas eleições gerais maltesas. Porém, a Alternativa Democrática obteve 9% dos votos totais nas eleições maltesas para o Parlamento Europeu em 2004, que foi considerado o melhor resultado eleitoral de um terceiro partido desde a independência de Malta. Aquela eleição europeia de 2004, logo após a ascensão de Malta à União Europeia, representou um espaço libertador para os eleitores, que puderam votar sem temor de desestabilizar o tradicional balanço bipolar entre os dois maiores partidos (SAMMUT, 2007, p. 159).

38 A *Capital Radio 88.7* do partido Alternativa Democrática celebrou uma parceria com a empresa *Mediacoop Ltd* em 1998 para a administração da rádio, tendo permanecido o partido com o controle sobre o noticiário e o conteúdo político emitido pela estação (SAMMUT, 2007, p. 57), enquanto a empresa administrava a programação musical. Esse modelo foi inédito em Malta, e explica a razão da rádio ter se mantido no ar por tantos anos, apesar dos insucessos da Alternativa Democrática em eleger um parlamentar. A *Capital Radio 88.7* teve sua concessão vendida para um grupo privado em 1º de abril de 2009, e desde então não possui nenhuma ligação com a Alternativa Democrática.

39 A estrutura de mídia do Partido Trabalhista que se localiza no município de Marsa foi inaugurada no início dos anos 1960, por um tempo sendo também foi a sede principal do partido, construída por voluntários trabalhistas para sediar a estrutura de imprensa onde se produzia o jornal *Il-Ħelsien*, através da *Freedom Press*, o então braço trabalhista para a redação e impressão do jornal (SAMMUT, 2009, p. 87). Na década de 1990, o partido projetou e construiu uma nova sede, maior e com estrutura para redação jornalística, no município de Ħamrun, o Centro Nacional Trabalhista – *Centru Nazzjonalí Laburista*, em maltês (SAMMUT, 2009, p. 87), enquanto a produção audiovisual

Quadro 1 – Principais veículos de comunicação malteses ⁴⁰

Tipo de propriedade	Grupo de mídia	Proprietário	Tipo de mídia				
			Canal de televisão	Estação de rádio	Jornal impresso diário	Jornal impresso semanal	
Estatal	<i>Public Broadcasting Services (PBS)</i>	Governo de Malta	<i>TVM, TVM2 e Parliament TV</i>	<i>Radju Malta 93.7 FM, Radju Malta 2 105.9 FM e Magic Malta 91.7 FM</i>			
	Universidade de Malta			<i>Campus FM 103.7 FM</i>			
Partidário	Nacionalista	<i>Media.Link Communications</i>	Partido Nacionalista (PN)	<i>Net TV</i>	Net FM 101.0 FM (antiga Radio 101)	<i>In-Nazzjon</i>	<i>Il-Mument</i>
	Trabalhista	<i>One Productions Ltd.</i>	Partido Trabalhista (PL)	<i>One TV</i>	One Radio 92.5 FM		<i>Kullhadd</i>
		<i>General Worker's Union (GWU) – Central sindical vinculada ao Partido Trabalhista</i>					<i>L-Orizzont</i>
	Ambientalista	Alternativa Democrática (AD)			Capital Radio 88.7 FM (extinta em 2009)		Alternattiva (extinto em 1998)
Privado	<i>The Strickland Foundation</i>					<i>The Times of Malta</i>	<i>The Sunday Times of Malta</i>
	<i>Standard Publications</i>					<i>Malta Independent</i>	<i>Malta Independent on Sunday</i>
	<i>Media Today</i>	Saviour Balzan e Roger de Giorgio					<i>Malta Today, Business Today e Illum</i>
	<i>Calypso Media Communications</i>			<i>Xejk TV</i>	<i>Calypso Radio 101.8 FM</i>		
	<i>Smash Communications</i>			<i>Smash TV</i>	<i>Smash Radio 104.6 FM</i>		
	<i>Eden Entertainment</i>	<i>Eden Leisure Group</i>			<i>Bay Radio 89.7 FM</i>		
	<i>Capital Communications Ltd.</i>				<i>Vibe FM 88.7 FM</i>		
	<i>Bonaci Media Entertainment</i>	Karl Bonaci e Romina Bonaci		<i>F Living Channel</i>			
	<i>Valentina Communications Ltd.</i>				<i>XFM 100.2 FM</i>		
Religioso	<i>Media Centre</i>	Igreja Católica Romana – Arquidiocese de Malta			<i>Radio RTK 103 FM</i>		
	<i>Assoċjazzoni Radju Marija</i>				<i>Radju Marija 102.3 FM</i>		<i>Leĥen is-Sewwa</i>

Fonte: Elaboração própria utilizando dados das seguintes referências: SAMMUT (2007); UPDATED... (2009); "IL-LEHEN"... (2018); DEPARTMENT OF INFORMATION (2018a); DEPARTMENT OF INFORMATION (2018b); BROADCASTING AUTHORITY (2019).

dos canais da *One Productions Ltd.* e a impressão de jornais continuou sendo realizada em Marsa.

40 Há estações de rádio comunitárias pertencentes a paróquias da Igreja Católica em Malta que não estão listadas nesta tabela por não possuir alcance nacional.

Como Malta tem baixa difusão via satélite, nenhuma das estações maltesas de televisão transmite via satélite (SAMMUT, 2007, p. 49) devido aos altos custos (SAMMUT, 2007, p. 137). Porém, os canais partidários transmitem sua programação também *online*, via *streaming*, em que alcançam uma audiência mais ampla e em outros continentes, incluindo malteses que vivem no exterior (SAMMUT, 2007, p. 137).

No caso de Malta, os canais de rádio e televisão dos partidos são meras extensões da imprensa partidária impressa (SAMMUT, 2007, p. 17). Os principais grupos de mídia – partidários ou não-partidários – dão menos atenção e importância para o noticiário de suas rádios do que aquele veiculado pelos seus canais de televisão (SAMMUT, 2007, p. 114). As notícias políticas emitidas pelas rádios partidárias tendem a ser similares, se não idênticas, às aquelas emitidas pelos respectivos canais de televisão partidários (SAMMUT, 2007, p. 42).

A mídia é um importante canal de mobilização, pois os partidos encorajam seus respectivos seguidores para colocar pressão em alvos da mídia não-partidária sempre que percebem apoio ao lado rival (SAMMUT, 2007, p. 111). As pressões políticas tendem a aumentar demasiadamente em períodos prévios às eleições gerais. Neste mesmo período, o partido que está na oposição tende a obter maior cobertura da mídia do que o partido que está no governo, já que este obtém a vantagem da cobertura espontânea através da exposição de seus membros que ocupam cargos no governo (SAMMUT, 2007, p. 52). Geralmente, um grupo de mídia partidário adota um tom mais moderado e suave sempre que seu partido-proprietário está ocupando os cargos de governo, por outro lado, se torna mais beligerante e agressivo quando seu partido-proprietário está na oposição (SAMMUT, 2007, p. 78). Isso gera implicações nos índices de audiências de alguns veículos de comunicação desses grupos de mídia, que pode ser ilustrado pelo exemplo das estações de rádio partidárias, que tendem a perder um pouco de audiência quando seus partidos-proprietários estão no governo, enquanto que suas audiências crescem quando estão na oposição (SAMMUT, 2007, p. 60).

4.1.1 Mídia impressa: principal fonte de notícias dos malteses até os primeiros anos após a abertura ao pluralismo em 1991

Desde 1934, com a elevação do maltês como língua oficial, surgiram

publicações jornalísticas utilizando este idioma, que é a língua materna da maioria dos nativos de Malta há cerca de mil anos. Porém, as publicações em língua inglesa permaneceram mais fortes, pois visavam aos leitores de maior nível de educação e renda, em contraste com as publicações em língua maltesa, que encontraram seu nicho na imprensa partidária, visando os grupos socioeconômicos de menor instrução e renda (SAMMUT, 2007, p. 38).

Os jornais foram o principal meio de comunicação em Malta até o final da década de 1980. Durante este período floresceram essencialmente dois tipos de jornais impressos: os privados em língua inglesa e os partidários em língua maltesa.

Dentre os atuais jornais privados em língua inglesa há os seguintes periódicos no país: o diário *The Times of Malta*, fundado em 1935, pertencente ao grupo *The Strickland Foundation*; o diário *The Malta Independent*, fundado em 1992, pertencente ao grupo *Standard Publications*; e o semanal *Malta Today*, fundado em 1999, pertencente ao grupo *Media Today*, que também publica um jornal semanal em língua maltesa, o *Illum*⁴¹, e um periódico semanal sobre economia e negócios em língua inglesa, *Business Today*.

Os jornais partidários em língua maltesa existentes atualmente no país são: o diário *In-Nazzjon*⁴², e o semanal *Il-Mument*⁴³, fundados respectivamente em 1970 e 1971, pertencentes ao grupo *Media.Link Communications*, de propriedade do Partido Nacionalista; o diário *L-Orizzont*⁴⁴, e o semanal *It-Torċa*⁴⁵, fundados respectivamente em 1962 e na década de 1950, pertencentes ao grupo *Union Print Co.*, de propriedade da central sindical *General Worker's Union*, fortemente vinculada ao Partido Trabalhista. Este último, edita um jornal semanal, *Kullĥadd*⁴⁶, fundado em 1992, pertencente diretamente ao Partido Trabalhista. Anteriormente, o mesmo partido editava o jornal *Il-Ħelsien*⁴⁷, que sofreu condenação eclesiástica da Igreja Católica, no período dos conflitos partidários-religiosos da década de 1960 em Malta (SAMMUT, 2009, p. 87). Neste mesmo período, o Partido Trabalhista contou com o apoio do Partido Social-Democrata da Suécia para estruturar sua imprensa, tendo

41 Em maltês, a palavra *Illum* significa "Hoje".

42 Em maltês, a palavra *In-Nazzjon* significa "A Nação".

43 Em maltês, a palavra *Il-Mument* significa "O Momento".

44 Em maltês, a palavra *L-Orizzont* significa "O Horizonte".

45 Em maltês, a palavra *It-Torċa* significa "A Tocha".

46 Em maltês, a palavra *Kullĥadd* significa "Todo mundo", ou "Toda a gente". Mas também pode ser interpretado como a junção de "Todo domingo", já que domingo em maltês é *Il-Ħadd*, e o jornal semanal trabalhista é publicado somente aos domingos.

47 Em maltês, a palavra *Il-Ħelsien* significa "A Liberdade".

recebido a doação de máquinas de impressão de jornais do partido sueco (BARBARA, 1998 *apud* SAMMUT, 2009, p. 87).

A circulação de jornais impressos em Malta não é auditada, e as cifras publicadas são infladas de maneira suspeita (SAMMUT, 2007, p. 42). Os diários partidários, os jornais *L-Orizzont* e *In-Nazzjon* possuíam cerca de 29,1% das vendas de jornais diários em 2001 (SAMMUT, 2007, p. 43), sendo o *L-Orizzont* um diário vendido principalmente entre trabalhadores qualificados e não-qualificados da classe média baixa maltesa (SAMMUT, 2007, p. 124).

Como o número de leitores dos jornais partidários se encontra em declínio no início do século XXI, o perfil médio dos leitores desses jornais partidários é composto por pessoas de faixa etária média cada vez maior, e pertencendo a grupos socioeconômicos menos abastados (SAMMUT, 2007, p. 42).

No estudo de Sammut (2007, p. 49), há um quadro de comparação entre os diferentes tipos de meios de comunicação, e a preferência da audiência como principal fonte de notícias. Neste quadro comparativo, percebe-se que em 1991 – quando da abertura ao pluralismo – o rádio era o meio de comunicação preferido de 40% do público consumidor de notícias. Em 1994 esse meio reduziu seu *share* para menos de 20%, permanecendo estável pelos seis anos seguintes. Os jornais impressos tinham a preferência de mais de 20% da audiência em 1991. Após os primeiros anos da abertura ao pluralismo na mídia, a preferência caiu para cerca de 10%, e um pouco menos nos anos seguintes. Em contrapartida, a televisão disparou na preferência da audiência como principal fonte de notícias: era cerca de 30% em 1991, e obteve expressivos aumentos nos anos seguintes até atingir cerca de 70% da preferência em 1994, ano da inauguração do canal de televisão do Partido Trabalhista, a então *Super One TV* – hoje *One TV*. Nos anos seguintes essa preferência se manteve alta, ultrapassando a marca dos 70% no final da década de 1990, quando o Partido Nacionalista colocou no ar o seu próprio canal televisivo, a *Net TV*, em 1998.

Tendo a televisão se tornado o principal meio de comunicação para a informação do público maltês a partir de 1994, baseado nos dados de Sammut (2007, p. 49), pode-se contatar que a abertura ao pluralismo produziu efeitos rápidos nesse fenômeno. A abertura do primeiro canal de televisão partidário também pode ter sido importante na cristalização da televisão como principal meio informativo dos malteses, por vezes retirando a influência da imprensa partidária escrita (SAMMUT,

2007, p. 203). Enquanto os jornais – principalmente os partidários – têm sofrido do declínio no número de leitores, os canais partidários de rádio e televisão são seguidos, mas não são considerados confiáveis (SAMMUT, 2007, p. 226).

Apesar do incremento das fontes de notícias devido às novas tecnologias – como internet, celulares e redes sociais –, a televisão em Malta mantém sua posição como uma das principais e maiores fontes de notícias no país, exercendo um impacto nas crenças e atitudes dos telespectadores (DINGLI; VASSALLO, 2014, p. 11). O cenário de transmissões audiovisuais passou por vários desafios devido à emergência de novas tecnologias de mídia, em que o meio de comunicação é menos relevante do que o conteúdo – este, disponível por meio de uma ampla gama de dispositivos (DINGLI; VASSALLO, 2014, p. 16). Mesmo com a importância preservada da televisão e a emergência de novas tecnologias da informação, os jornais permanecem centrais na vida política, levando a debates políticos, e servindo como um panorama da interpretação da audiência (SAMMUT, 2007, p. 48).

4.2 A influência dos dois maiores partidos malteses sobre os grupos de mídia não-partidários

No contexto de Malta, desde várias décadas, há uma cultura de escasso pensamento crítico aberto e em público que desafia o duopólio partidário (SAMMUT, 2007, p. 37), e mesmo essas vozes independentes caem em uma “espiral de silêncio” (SAMMUT, 2007, p. 162).

Embora a violência política seja majoritariamente considerada parte do passado, recentemente um episódio de violência, possivelmente com propósitos políticos, comoveu o povo maltês, e sintetiza as condições difíceis das vozes independentes e não-alinhadas aos dois maiores partidos de Malta: a jornalista investigativa Daphne Caruana Galizia foi assassinada na explosão de uma bomba instalada em seu carro, em 16 de outubro de 2017⁴⁸.

Uma voz independente em Malta, Caruana Galizia era famosa no país por manter um *blog* pessoal, *Running Commentary*, em que denunciava casos de corrupção envolvendo famosos políticos malteses, de ambos os partidos, e expressava abertamente suas críticas, desafiando o duopólio partidário. Em meados

48 Fonte: < <https://www.dw.com/pt-br/jornalista-que-expôs-corrupção-em-malta-é-morta-por-bomba/a-40978568?maca=pt-BR> > Acesso em: 14 jan. 2019.

de 2019, as investigações ainda estão em curso, não há provas sobre quem são os mandantes do crime, e não há evidências concretas que os possíveis perpetradores do crime tenham ligação com algum dos dois maiores partidos políticos do país, apesar das suspeitas de parte do público.

A força da influência dos dois maiores partidos políticos malteses transcende as suas esferas de simpatizantes e eleitores, ou mesmo o âmbito dos seus próprios apêndices institucionais. A influência dos dois principais partidos se faz sentir em outras instituições de Malta, como os canais públicos de rádio e televisão, o órgão regulador das telecomunicações do país, ou mesmo nos grupos de mídia privados que existem no país – como aqueles que publicam diários e semanários.

Neste subcapítulo trataremos dos aspectos que envolvem a influência dos dois maiores partidos políticos malteses nos outros veículos de comunicação do país, destacadamente os estatais e privados.

No capítulo 5, que trabalhará a análise dos grupos de mídia partidários sob o marco teórico, será justificada a importância da exposição dessa influência, por meio de várias citações a características e aspectos dessa influência que serão abordados nesse subcapítulo.

4.2.1 Influência bipartidária nos jornais privados em língua inglesa

Em um contexto de noticiário polarizado, há pouco espaço para uma ampla cobertura não-partidária, e uma interpretação não-partidária desse noticiário, já que além dos partidos políticos influenciarem diretamente a agenda do noticiário em seus respectivos grupos de mídia, através de várias estratégias (SAMMUT, 2007, p. 232), estes dois maiores partidos malteses exercem certo tipo de influência inclusive nas produções realizadas por outros grupos de comunicação – os não-partidários.

Em um contexto em que a mídia – impressa ou audiovisual – em língua maltesa é dominada pelos veículos de comunicação pertencentes aos dois principais partidos, bem como pelos veículos pertencentes à Igreja Católica, a mídia em língua inglesa – notadamente os mais vendidos jornais impressos – pertencem a grupos privados, como o *The Times of Malta* e o *The Malta Independent*. Estes jornais privados anglófonos são considerados meios cruciais de comunicação política nas arenas jornalística e política do país, sendo importantes referências para os cidadãos moderados e menos partidarizados (SAMMUT, 2007, p. 93).

Enquanto os jornalistas partidários retratam duas diferentes perspectivas, os jornalistas dos veículos de comunicação não-partidários acreditam que deve ser preciso apresentar um balanço entre as duas perspectivas partidárias, implicando que a verdade se situa “em algum lugar no meio” (SAMMUT, 2007, p. 139).

Os jornais em língua inglesa possuem uma abordagem jornalística que inspira maior confiança nas instituições, reforçando sua hegemonia em meio a uma cultura política polarizada, contrapondo-se aos jornais partidários em língua maltesa, cujos leitores são percebidos como oriundos de estratos sociais mais baixos e de menor nível educacional (SAMMUT, 2007, p. 103), principalmente alcançando um grupo de leitores da classe trabalhadora (SAMMUT, 2007, p. 244) e, portanto, costumam ler os jornais partidários. O uso da língua inglesa nos jornais privados visa conquistar as classes mais educadas e abastadas do país, principalmente na região norte da ilha de Malta, na área de Sliema (SAMMUT, 2007, p. 125).

A divisão entre as duas línguas na arena midiática maltesa espelha as divisões socioeconômicas do país, em que os jornais são meios tradicionais através do qual a elite econômica e social maltesa reproduz seu domínio pela influência sobre a opinião pública, e pela exclusão daqueles que não conseguem ler em uma língua de origem estrangeira, excluindo todo um estrato social das críticas e análises (SAMMUT, 2007, p. 125).

Nos jornais privados anglófonos de Malta, que visam um público mais educado, há maior espaço para os escritores interpretarem os fatos (SAMMUT, 2007, p. 140), apesar de estar fora do controle partidário (SAMMUT, 2007, p. 42), os jornais privados em língua inglesa operam em um contexto de forte bipolarização política. Esses jornais privados oferecem à audiência as alegações de cada um dos principais partidos políticos malteses, o que o Partido Nacionalista disse, o que o Partido Trabalhista alega, e talvez o que a Alternativa Democrática defende, e embora isto possa parecer um tratamento balanceado da cobertura política, os jornais podem não tratar questões mais amplas, e não apresentar perspectivas críticas suficiente (SAMMUT, 2007, p. 93).

Apesar da imagem de “neutralidade”, os jornais privados em língua inglesa tomam parte nas lutas partidárias, refletindo as simpatias e interesses dos proprietários desses jornais, refletindo-se também no recrutamento dos jornalistas. As simpatias em relação aos partidos políticos frequentemente dependem das disposições pessoais de cada jornalista individualmente, além do corpo editorial da

publicação, dos interesses dos proprietários e acionistas, além da percepção dos jornalistas sobre o que os leitores esperam e desejam (SAMMUT, 2007, p. 95-98).

O jornal *The Times of Malta*, em seus primórdios, tinha vinculação direta com o Partido Constitucionalista, do lorde Gerald Strickland – fundador do jornal – e atualmente possui uma base tradicional de leitores e considerável receita publicitária, apesar do desafio apresentado nas últimas décadas pelo *The Malta Independent* (SAMMUT, 2007, p. 93). Sendo os jornais privados de língua inglesa mais inclinados a apoiar os interesses da elite empresarial maltesa, a maior parte do público mais cativo desses jornais pertence ao segmento do eleitorado que apoia o Partido Nacionalista (SAMMUT, 2007, p. 45).

Até mesmo os leitores do jornal partidário nacionalista em língua maltesa *In-Nazzjon* usualmente leem algum dos jornais anglófonos, normalmente o *The Times of Malta*, que estabeleceu uma posição de mercado que apela melhor ao eleitorado nacionalista. A linha editorial do jornal privado anglófono é frequentemente simpática ao Partido Nacionalista (SAMMUT, 2007, p. 93-4). Relevantes figuras políticas do Partido Nacionalista já possuíram envolvimento com o *The Times of Malta*, como o nacionalista Guido de Marco – ex-Presidente de Malta⁴⁹ entre 1999 e 2004 – que exerceu a função como um dos curadores da *The Strickland Foundation*, a fundação proprietária do jornal (SAMMUT, 2007, p. 95).

Um episódio que sintetiza bem a convergência entre nacionalistas e leitores do *The Times of Malta* ocorreu quando do intenso debate sobre a ascensão à União Europeia em 2003, em que pressões, polarizações e faccionalismo aumentaram quando o país se aproximava do referendo sobre o ingresso de Malta no bloco europeu, sufragado em março de 2003. Nessa oportunidade, o bloco europeu foi retratado nos grupos de mídia partidários de forma a espelhar as exigências condizentes com as estratégias de campanha de cada partido (SAMMUT, 2007, p. 166). A frágil autonomia jornalística dos veículos de comunicação malteses dissipou ao longo da acalorada campanha (SAMMUT, 2007, p. 72).

Neste episódio, a linha editorial do jornal privado anglófono buscava meios de refutar o euroceticismo dos trabalhistas⁵⁰ (SAMMUT, 2007, p. 45), se posicionando

49 Em Malta o cargo de Presidente da República não possui funções governativas, sendo um cargo meramente cerimonial. O Presidente da República é apenas um “Chefe de Estado”, sendo eleito pelo Parlamento de Malta a cada cinco (5) anos. O “Chefe de Governo” do país é o primeiro-ministro.

50 O Partido Trabalhista foi contrário ao ingresso de Malta como membro da União Europeia, desde as primeiras negociações do país com o bloco europeu, iniciadas pelo então governo nacionalista em 1987, até a derrota trabalhista no referendo de 2003, em que os eleitores malteses decidiram

favorável ao ingresso de Malta na União Europeia em 2004, tal como os nacionalistas, por vezes assumindo editoriais pró-União Europeia com inclinações aos argumentos do Partido Nacionalista⁵¹.

Os jornalistas que trabalhavam naquela época nos jornais privados *The Times of Malta* e *Malta Independent*, no grupo de mídia nacionalista – dos canais *Radio 101* e *Net TV* –, além daqueles que trabalhavam nos canais de rádio e televisão estatais – *Radju Malta* e *TVM (Televixin Malta)*, controlados naquela altura por um governo nacionalista – formaram uma espécie de “bloco” (SAMMUT, 2007, p. 82) midiático favorável à entrada de Malta na União Europeia, se contrapondo à mídia trabalhista – *Radio One* e *One TV* – que era contrária à adesão. Naquele processo eleitoral, foi um encontro de “David contra Goliath” (SAMMUT, 2007, p. 153), já que os trabalhistas conseguiram disseminar sua mensagem – retratando a União Europeia de maneira muito negativa (SAMMUT, 2007, p. 177) – somente através de seus próprios veículos de comunicação⁵², enquanto o relacionamento de muitos jornalistas não-trabalhistas com o partido atingia seu ponto mais baixo (SAMMUT, 2007, p. 123).

Após o referendo de 2003, a pobre relação do Partido Trabalhista com os demais grupos de mídia privados foi considerada pela liderança trabalhista como um problema central (SAMMUT, 2007, p. 156), que deveria ser melhor tratada daquele ponto em diante. Os leitores trabalhistas percebiam a simpatia pró-nacionalista como evidência do antagonismo do *The Times of Malta* em relação ao Partido Trabalhista, por vezes visto como uma “ameaça” pela cúpula trabalhista, frequentemente

favoráveis ao ingresso no bloco. A nível europeu, o Partido Trabalhista entre 1987 e 2003 foi um raro caso de partido de centro-esquerda com postura eurocética – contrária ou reticente à integração europeia – posição geralmente sustentada por partidos de direita nos países do continente (SAMMUT, 2007, p. 157).

51 O Partido Nacionalista, em sua postura pró-União Europeia, difundiu uma mensagem coletivista e de “humanismo personalizado” como algo compatível com seus valores democrata-cristãos. Por outro lado, o então eurocético Partido Trabalhista discursou favoravelmente ao individualismo e a valores orientados à família e a moral (SAMMUT, 2007, p. 158), algo completamente contraditório com suas características como um partido de centro-esquerda. Para contrabalancear, e justificar o euroceticismo trabalhista, o partido difundiu a proposta de Malta como uma “Suíça no Mediterrâneo: pequena, bem-sucedida, neutra e não-membro da UE” (SAMMUT, 2007, p. 171).

52 Considerando que a vasta maioria de partidos políticos eurocéticos na Europa são de matriz ideológica direitista, o então eurocético Partido Trabalhista de Malta, de matriz ideológica de centro-esquerda, evitava menções na mídia trabalhista – principalmente no jornal partidário *L-Orizzont* – ao campo ideológico de muitos partidos eurocéticos dos demais países europeus, para evitar constrangimentos desnecessários, apesar dos avisos de Antony Beumer, secretário-geral do Partido dos Socialistas Europeus (SAMMUT, 2007, p. 157) – frente partidária no Parlamento Europeu que agrega partidos de centro-esquerda dos países do continente – que uma aliança dos trabalhistas malteses com partidos eurocéticos de outros países seria algo problemático do ponto de vista ideológico.

detonando hostilidades abertas em que os trabalhistas utilizam seus próprios veículos de mídia para contra-atacar a agenda e conteúdo dos jornais privados anglófonos, e estes viam as “agressões” trabalhistas como uma tentativa de “condicioná-los” a ser menos críticos no conteúdo jornalístico e editorial em relação ao Partido Trabalhista (SAMMUT, 2007, p. 94-96).

Após o ingresso de Malta na União Europeia, o Partido Trabalhista atenuou o tom de confronto com a mídia privada. Isso se deveu a um fenômeno ocorrido em sua base eleitoral: nos estaleiros navais, importantes para a economia maltesa, a tradicional base de apoio trabalhista também lê com frequência o *The Times of Malta* – que possui inclinações nacionalistas –, pois os trabalhadores do setor naval sabem que o jornal partidário que eles leem, *L-Orizzont*, é parte da máquina de propaganda pró-trabalhista, e nem sempre acreditam no que aquele jornal publica (SAMMUT, 2007, p. 122).

Apesar das controvérsias, o *The Times of Malta* permanece sendo uma referência para jornalistas estrangeiros que realizam cobertura em Malta (SAMMUT, 2007, p. 142), e mesmo para os leitores malteses, em que apesar da leve inclinação do *The Times of Malta* em favor do Partido Nacionalista, há quem considere que esse tendenciosismo não é extremo e o jornal “não publica mentiras” (SAMMUT, 2007, p. 197).

Dentre os outros jornais privados, no grupo privado *Standard Publications*, os interesses dos proprietários do *The Malta Independent* geram um tipo de produção política e jornalística que por muitas vezes lembra aquelas do *The Times of Malta*, em forma de notícias e editoriais simpáticos às posições nacionalistas, já que grande parte de seus leitores é composto de simpatizantes do Partido Nacionalista. Por vezes, críticas de jornalistas do *The Malta Independent* ao Partido Nacionalista são “censuradas” internamente, na redação do jornal (SAMMUT, 2007, p. 94-95).

Dentre os jornais privados em língua inglesa, outra publicação possui tendências partidárias não assumidas, o *Malta Today*, cuja figura de Saviour Balzan está por trás da concepção do jornal, e paralelamente, do partido Alternativa Democrática (SAMMUT, 2007, p. 46).

4.2.2 A disputa bipartidária por influência e espaço nos canais estatais de rádio e televisão

Quando as estações públicas de rádio e televisão – pertencentes à *PBS*⁵³, como a *Radju Malta* e a *TVM* – perderam seu monopólio em 1991, mais pessoas passaram a utilizar a televisão e o rádio como sua principal fonte de notícias (SAMMUT, 2007, p. 48). Apesar de não priorizar a obtenção de maiores índices de audiência, a administração da estatal *PBS* por vezes se surpreende com os aumentos anuais nos índices de audiência do canal televisivo *TVM* (SAMMUT, 2007, p. 113).

Desde então, a *Broadcasting Authority* monitora minuciosamente o noticiário da televisão estatal *TVM* e da rádio estatal *Radju Malta*, para garantir um balanço entre os dois lados político-partidários, enquanto o noticiário dessas emissoras públicas faz uso de fontes formais (SAMMUT, 2007, p. 51).

Em comparação com os outros canais de televisão e rádio de Malta, principalmente os partidários, os canais estatais da *PBS* provêm o noticiário considerado mais balanceado do país, atraindo uma audiência significativa (DINGLI; VASSALLO, 2014, p. 14). Por conta da ênfase no balanço, a *PBS* é considerada menos enviesada, mais confiável e mais credível do que os outros canais de rádio e televisão, oferecendo alguma garantia qualificada através do balanço obtido pelo escrutínio da *Broadcasting Authority* (SAMMUT, 2007, p. 197).

A ênfase no balanço da cobertura institucional contribuiu severamente para o estabelecimento da política editorial e dos parâmetros para a transmissão audiovisual pública em Malta (SAMMUT, 2007, p. 90). O balanço apenas abre uma estreita margem que vagamente permite uma visão dividida da realidade social, sendo considerado inadequado, principalmente quando visões de mundo conflitantes não estão devidamente interpretadas (SAMMUT, 2007, p. 198).

Mesmo com a ênfase no balanço, os canais da *PBS* se juntam aos canais de rádio e televisão partidários e caem no mesmo ciclo vicioso, dependendo de quem

53 O grupo de mídia estatal *PBS*, composto principalmente pela *Radju Malta* e *TVM* mantém uma estrutura de controle pela *Broadcasting Authority* no qual participam os dois principais partidos políticos do país – Partido Trabalhista e Partido Nacionalista – influenciando na opinião do público que o grupo *PBS* não possui a devida isenção. A elite política de ambos os partidos predetermina a agenda de notícias, aplicando táticas de manipulação do noticiário, transformando os jornalistas da *PBS* em meros “porta-vozes”, com pouco espaço para atuar fora desse domínio pré-definido (SAMMUT, 2007, p. 85-6).

esteja no governo. Enquanto a mídia trabalhista emite notícias contrárias ao Partido Nacionalista, a mídia nacionalista busca notícias que possam danificar a imagem do Partido Trabalhista (SAMMUT, 2007, p. 83).

A mídia partidária fortalece a pressão sobre a mídia pública, principalmente o grupo de mídia pertencente ao partido que estiver na oposição. O partido opositor possui um “potencial mobilizador” (DOWNING, 1986, p, 153 *apud* SAMMUT, 2007, p. 86), esse poder é convertido em influência a este agrupamento, apresentando um desafio ao Estado e ao partido no poder. Por isso, o grupo de mídia daquele partido que estiver na oposição frequentemente coloca a mídia estatal da *PBS* sob suspeita e vigilância, disseminando versões sobre forma de intrusão política (SAMMUT, 2007, p. 88).

Desse modo, o partido que estiver na oposição apela à *Broadcasting Authority* para garantir a equidade, já que esta agência reguladora age como uma observadora que visa um balanço entre os dois lados na mídia (SAMMUT, 2007, p. 86). Os canais da estatal *PBS* são a principal estrutura de transmissão de audiovisual do país que pode realizar uma junção entre as distintas visões de mundo bipolarizadas, ajudando a audiência a ter um senso mais apurado sobre o mundo, encaixando as peças e fragmentos da informação que vêm de fontes conflituosas e de posições bipolares (SAMMUT, 2007, p. 197).

Apesar dos objetivos de balanço e equilíbrio no jornalismo praticado pelos canais da estatal *PBS*, a audiência nem sempre tem total confiança nesse grupo de mídia público. Isso se deve, parcialmente, por conta do histórico de interferências do partido que estiver no governo, e em outra parte, pela composição da diretoria da *PBS* sendo nomeada diretamente pelo ministro responsável pelas comunicações no país (DINGLI; VASSALLO, 2014, p. 14).

Os jornalistas da *PBS* não conseguem permanecer distanciados das questões políticas bipartidárias, deixando perceptível suas tendências políticas – algumas vezes assumidas abertamente – por conta da dinâmica de pequena escala da política maltesa, o que mina os esforços em fazer a redação desse grupo de mídia estatal parecer balanceado e neutro (SAMMUT, 2007, p. 88).

Os jornalistas que possuem simpatias partidárias assumidas são geralmente escalados para realizar a cobertura do seu respectivo partido, evitando tensões e controvérsias. Por outro lado, isso faz com que a cobertura sobre determinado partido fique aquém do desejado, e os repórteres da *PBS* não questionam os temas

mais sensíveis e importantes (SAMMUT, 2007, p. 88).

Os jornalistas do grupo de mídia estatal não conseguem interpretar e analisar os eventos e questões (SAMMUT, 2007, p. 140) de forma apropriada. Além disso, mesmo quando jornalistas novos são recrutados, o grupo estatal *PBS* continua sendo condicionada por pressões partidárias, controle direto do governo e decisões da *Broadcasting Authority* (SAMMUT, 2007, p. 93). O balanço e a neutralidade nem sempre são logrados e, paralelamente repórteres trabalhistas e nacionalistas que operam dentro da estatal *PBS* frequentemente atuam ocultamente como denunciadores, permitindo o vazamento de certas informações e notícias, geralmente para o grupo de mídia da oposição (SAMMUT, 2007, p. 86). Os vazamentos de informações partidárias são mais comuns quando a liderança não está comandando a lealdade dos indivíduos no núcleo do estabelecimento (SAMMUT, 2007, p. 83).

Após a abertura ao pluralismo, os canais estatais de rádio e televisão – *TVM* e *Radju Malta* – tiveram que se sustentar financeiramente do mesmo modo que qualquer outro canal comercial. Desde 1991, os canais de rádio e televisão da *PBS* são geridos financeiramente por meio de um modelo que combina captação de anunciantes comerciais e o repasse de verbas do governo para a estatal. Em torno de dois milhões de Euros anuais são repassados pelo Governo de Malta para que o serviço público de rádio e televisão continue operando (DINGLI; VASSALLO, 2014, p. 14).

A *PBS* produz alguns dos programas emitidos pelos seus canais de rádio e canais de televisão e também compra conteúdo de produtoras privadas independentes. Essa prática foi introduzida após o *Broadcasting Act* de 1991 (DINGLI; VASSALLO, 2014, p. 14), abrindo caminho para as companhias produtoras de audiovisual fornecerem conteúdo para estes canais (SAMMUT, 2007, p. 53-4). Após uma reestruturação da *PBS* em 2005, a aquisição de conteúdo junto a produtoras independentes se intensificou (SAMMUT, 2007; DINGLI; VASSALLO, 2014, p. 14).

Desde a década de 1990 a televisão pública de Malta, a *TVM*, adotou uma política de conceder a produtoras independentes a produção de programas de variedades e atualidades – também conhecido como *infotainment* – para aparentar sentir-se livre do controle partidário (SAMMUT, 2007, p. 91). As produtoras independentes obtêm acordos junto à direção da *PBS*, pagando pelo tempo que suas produções ficarão no ar na televisão ou rádio estatal, obtendo receita e lucros

através da venda de publicidade comercial, a ser inseridas dentro desse tempo no ar nos veículos da *PBS* (DINGLI; VASSALLO, 2014, p. 14).

Durante um curto período de governo trabalhista, entre outubro de 1996 e setembro de 1998, uma dessas produtoras de conteúdo televisivo foi vencedora de uma licitação pública da *PBS* e ganhou o direito de exibir no canal estatal de televisão – *TVM* – às sextas-feiras à noite um novo programa de variedades e *talk show*, chamado *Xarabank*⁵⁴ (SAMMUT, 2007, p. 92) a partir de abril de 1997.

A produtora *Where is Everybody?* venceu a licitação e iniciou a produção do programa *Xarabank* com novos paradigmas para um *talk show* na mídia televisiva maltesa. Rapidamente o programa se tornou o mais popular do país, um sucesso instantâneo (SAMMUT, 2007, p. 92), e seu apresentador, Joe “Peppi” Azzopardi, uma das figuras mais famosas e influentes em Malta.

O programa televisivo *Xarabank* teve – e ainda tem – um tremendo impacto na cultura televisiva maltesa, sendo o primeiro a incluir um auditório no estúdio para debater questões relevantes do momento (SAMMUT, 2007, p. 131). Ele representa a consolidação do formato de programa televisivo que visa as grandes e variadas audiências, adicionando uma visão de mundo colorida e diversificada (SAMMUT, 2007, p. 146).

Desde o início o programa *Xarabank* desafiou os partidos políticos e a regulação da *Broadcasting Authority* abertamente (SAMMUT, 2007, p. 91), apresentando conteúdos que quebravam paradigmas do público sobre importantes instituições como a Igreja, o Estado, os partidos. Estes tentaram restringir a produção do programa *Xarabank* através de pressões sobre a administração da *PBS* e recusas de convites para participar do programa (SAMMUT, 2007, p. 91).

Os produtores da companhia *Where is Everybody?* indicam como a audiência os fortalece para confrontar as pressões que vem do partido que está no governo, do Estado, da mídia estatal, do partido de oposição, da *Broadcasting Authority*, da Igreja, e de entidades comerciais, entre outros membros da comunidade jornalística do país. Os produtores do programa *Xarabank* sobreviveram a boicotes, frustraram expectativas desejadas pela direção da *PBS*, conseguiram se financiar mesmo com menos anunciantes, entre algumas acusações de partidarismo (SAMMUT, 2007, p. 142).

Como a *Broadcasting Authority* geralmente defende os interesses partidários,

54 A palavra *Xarabank* significa “ônibus”, em maltês.

inclusive nas confrontações deste órgão com os produtores do programa televisivo *Xarabank*, o órgão regulador aplica o princípio de proteger os interesses dos partidos como uma “salvaguarda” dos direitos democráticos dos cidadãos em serem representados por esses partidos (SAMMUT, 2007, p. 136). Porém, o apresentador “Peppi” Azzopardi e a produtora *Where’s Everybody?* não temeram as pressões, não permitindo que condicionem o conteúdo do programa, seguindo adiante com os programas planejados, contornando as ausências de figuras políticas, governamentais e religiosas convidando indivíduos críticos a eles (AZZOPARDI, 2003 *apud* SAMMUT, 2007, p. 91). Pela primeira vez, produtores de conteúdo televisivo, empoderados pela audiência, saíram vitoriosos em um confronto com um segmento da classe política tradicional (SAMMUT, 2007, p. 137). O próprio apresentador, Joe “Peppi” Azzopardi tinha experiência com militância política, ao liderar um grupo de pressão anti-trabalhista na década de 1980 chamado *Tan-Numri*⁵⁵, posteriormente sendo cofundador e expoente do partido Alternativa Democrática.

Mesmo em tempos recentes, os canais públicos de rádio e televisão são frequentemente percebidos como sendo uma ferramenta propagandística nas mãos do partido que estiver no governo (SAMMUT, 2007, p. 50), apesar de possuir um potencial de encorajar o debate público mais coesivo e racional, tornou-se um símbolo da cultura política polarizada, controlada pelos dois polos, que a impele de focar em obter uma aparência de equilíbrio e balanço (SAMMUT, 2007, p. 85).

4.3 O conflito entre duas tradições jornalísticas em Malta: jornalismo com paradigmas liberais e objetivos *versus* o jornalismo advocatício

Os sistemas de mídia de pequenos Estados podem oferecer uma excelente oportunidade para que os estudos sobre política e mídia saiam do etnocentrismo anglo-americano de paradigma ortodoxo (SAMMUT, 2007, p. 18). No estudo de caso de Sammut (2007), demonstra que a propriedade das estruturas de mídia maltesa e os objetivos desses proprietários se sobrepõe à importância dos ideais jornalísticos, não ocorrendo somente nos grupos de mídia partidários, mas também nos veículos privados, estatais e religiosos (SAMMUT, 2007, p. 73).

Considerando as circunstâncias do contexto maltês, foi possível a

⁵⁵ *Tan-Numri*, em tradução livre do maltês, significa “Dos Números”.

sobrevivência de práticas jornalísticas de tipo “tradicional” – liberal e objetivo (SAMMUT, 2007, p. 230). Porém, Malta difere do paradigma profissional, mais comum nos EUA e Reino Unido, pois o pequeno arquipélago mediterrâneo é um dos países com contexto em que o jornalismo advocatício é parte da corrente principal, mesmo quando muitos jornalistas são treinados para seguir os paradigmas profissionais (SAMMUT, 2007, p. 7).

O contexto dos países mediterrâneos próximos a Malta, como Itália, Grécia, Espanha e Portugal, são culturalmente favoráveis às práticas do jornalismo advocatício (SAMMUT, 2009, p. 85; HALLIN; MANCINI, 2004).

No contexto maltês, o jornalismo advocatício é parte da corrente principal, coexistindo com o jornalismo comercial ou público (SAMMUT, 2007, p. 1), com um sistema de mídia altamente polarizado que desafia a ideologia profissional (SAMMUT, 2007, p. 21).

Devido a isso, existe um embate de duas culturas jornalísticas dentro do cenário do jornalismo maltês, entre a influência dos ideais de objetividade e profissionalismo de matriz anglo-americano, e as regras políticas tradicionais que criam as condições para o exercício do jornalismo de tipo advocatício (SAMMUT, 2007, p. 102).

Devido à forte presença do jornalismo advocatício, o jornalismo maltês possui alguns traços de “imprensa alternativa”, por priorizar missões sociais e políticas, visando mobilizar os cidadãos em várias questões. O processo diário de produção de noticiário está longe das práticas professadas pela teoria liberal de jornalismo (SIEBERT *et al*, 1956 *apud* SAMMUT, 2007, p. 69), mesmo existindo alguns jornalistas não-partidários que tendem a fazer referências aos princípios de autonomia, independência e honestidade nas práticas jornalísticas (SAMMUT, 2007, p. 71).

Algumas das razões que explicam o fenômeno da mídia de estilo advocatício em Malta vão, desde um histórico de dominação estrangeira, falta de industrialização capitalista, condições econômicas de pequena escala, limitado alcance da audiência, desenvolvimento tardio de instituições liberais, além da proximidade cultural e geográfica da Itália (SAMMUT, 2007, p. 11), já que nos sistemas jornalísticos do sul da Europa há um modelo “pluralista polarizado” (HALLIN; MANCINI, 2004), em que o jornalismo advocatício típico do sul da Europa exige uma reflexão própria, não podendo ser automaticamente enquadrado nas

características da literatura predominantemente liberal e objetiva.

Os jornalistas malteses aspiram por uma ideologia profissional, que se assemelha àquela de outras nações europeias. Mas, por outro lado, estão colocados sobre uma endêmica tradição politizada de jornalismo que vê a objetividade como um mito (SAMMUT, 2007, p. 71), que coincide com a posição de Lippmann (1922), em que os veículos de mídia não se portam com distanciamento e isenção perante os assuntos públicos, pois defendem os interesses de quem os controla. Pode-se, assim, crer que nenhum veículo de mídia é imparcial neste caso, havendo a representação dos interesses de alguém ou de alguma instituição.

Muitos jornalistas que trabalham nos veículos de imprensa partidários malteses não acreditam ser antiprofissional promover agendas políticas assumidas em suas coberturas e reportagens. Esse ponto de vista é também adotado pelos produtores independentes não-partidários do país (SAMMUT, 2007, p. 103). Os jornalistas que trabalham nos grupos de mídia partidários aparentam ter posições subalternas em relação ao partido-proprietário (SAMMUT, 2007, p. 141), mas, na realidade, eles também praticam os jogos de poder dentro da organização-mãe, o partido político, estando na linha de frente da política. Eles dão um rosto à instituição política a qual são leais e, em troca, recebem o respeito de seus correligionários por sua identificação partidária (SAMMUT, 2007, p. 231). Com essa troca, os jornalistas derivam seu poder da habilidade em ganhar influência nas instituições, e através do empoderamento deles pelas suas audiências (SAMMUT, 2007, p. 145).

Dentre os jornalistas que trabalham nos grupos de mídia não-partidários, quem quer que se recuse a operar nas sombras das estruturas partidárias principais pode ser colocado de lado, não obter acesso a entrevistas e fontes, já que os partidos desejam que os jornalistas tomem parte em uma espécie de “performance orquestrada” (SAMMUT, 2007, p. 97). Um exemplo que ilustra essa situação ocorria entre as décadas 1990 e 2000, quando o ex-líder do Partido Trabalhista entre 1992 e 2008, Alfred Sant, concedia entrevistas somente para jornalistas do grupo de mídia do partido a qual liderava – a *One Productions Ltd.* – e para jornalistas com simpatias trabalhistas que estavam empregados nos grupos de mídia não-partidários (SAMMUT, 2007, p. 96-7). Esse caso específico ilustra o modo como opera a mídia com atuação partidária direta e assumida, relegando-se os oponentes a uma cobertura negativa, enquanto que as mensagens positivas de um respectivo partido serão maximizadas, em cooperação com os agentes políticos beneficiados.

O caso de Malta dá pistas que o jornalismo de paradigma “profissional” – objetivo e liberal (TUCHMAN, 1972) – mais frequente na mídia comercial – não precisa ser retratada como o ideal, natural ou o único caminho (SAMMUT, 2007, p. 246), considerando que um sistema de mídia como o de Malta, sem homogeneidade de tipos de propriedade de mídia, permite distintas culturas jornalísticas (SAMMUT, 2007, p. 60).

4.3.1 O recrutamento de jornalistas na mídia partidária

A forte bipolarização política de Malta exerce uma pressão sobre o campo de formação acadêmica, sendo que muitos experientes formadores de jornalistas possuem origens em instituições partidárias e professores universitários envolvidos em estruturas partidárias (SAMMUT, 2007, p. 69-70). Para tratar do conteúdo político que interessa diretamente às estratégias do partido-proprietário, é essencial a contratação de mão de obra com as credenciais mais desejáveis – principalmente, as inclinações políticas. Para ilustrar as implicações da bipolarização político-partidária maltesa sobre a mídia, a tal ponto que a principal associação de jornalistas do país, o *Istitut tal-Ġurnalisti Maltin* (IGM) – Instituto de Jornalistas Malteses, no original em maltês – foi “sequestrado” pelos partidos, e o utilizam como uma plataforma a mais para a realização de seus interesses (SAMMUT, 2007, p. 70).

Para responder às necessidades e estratégias partidárias e, ao mesmo tempo, se adaptar às contingências, é imprescindível que a estrutura de mídia mantida pelos partidos políticos seja flexível, elástica e maleável, cuidando para recrutar os jornalistas que mesclam lealdade com preparo profissional⁵⁶, conscientes na necessidade de atingir os objetivos da organização sem a necessidade de controle rigoroso, mesclando mensagens políticas planejadas por estrategistas com as notícias reais, mantendo os objetivos operativos acima das metas idealizadas (SAMMUT, 2007, p. 84), evitando a fricção e competitividade interna e estimulando uma visão unitária do partido (SAMMUT, 2007, p. 73).

No estágio de recrutamento, a bagagem cultural do jornalista, a origem familiar, a educação e os meios sociais são cuidadosamente pesquisados para que

⁵⁶ Segundo Massa (2000 *apud* SAMMUT, 2007, p. 69), a preparação profissional e acadêmica dos jornalistas malteses melhorou no final do século XX. Cerca de 40,7 % dos jornalistas malteses possuem um grau de nível superior em Estudos da Comunicação, enquanto que outros 25 % possui nível superior em outras áreas.

os proprietários de grupos de mídia recrutem jornalistas que melhor se enquadrem dentro dos objetivos da organização (SAMMUT, 2007, p. 119), em que também há impacto na interpretação da audiência. A imagem jornalística da audiência é frequentemente uma extensão do mundo social do jornalista (McQUAIL, 1994, p. 113), em que a percepção da audiência é influenciada por respostas dos proprietários, pares, fontes, familiares, amigos e o impacto dos indivíduos interessados e conhecedores, tal como críticos e simpatizantes (SAMMUT, 2007, p. 118).

Apesar dos cuidados, o processo de seleção dos profissionais da mídia tem falhas, em que a qualificação formal de um jornalista em áreas correlatas às da Comunicação Social nem sempre é um pré-requisito, e as maiores exigências se dão no pertencimento ao grupo cristalizado que forma a “família partidária estendida” (SAMMUT, 2007, p. 74), muitos deles pertencendo às redes de patronagem e clientelismo locais, em que se oferece a oportunidade de um emprego estável para seus jornalistas partidários.

Quando ocorre a troca de grupos no controle da máquina partidária – e por consequência, do braço midiático –, é difícil que o novo poder emergente conquiste a confiança dos jornalistas comprometidos com o velho comando. As mudanças de facções partidárias no topo da organização política causam transformações nos seus apêndices, e por isso, as redações jornalísticas dos grupos de mídia partidários mantêm uma alta flexibilidade e ajustes informais para permitir rápidas transformações derivadas da troca de comando (SAMMUT, 2009, p. 93).

Durante os períodos de campanhas eleitorais, os jornalistas dos grupos de mídia partidários tendem a formar um grupo mais cristalizado, buscando manter os interesses da “família política estendida” (SAMMUT, 2007, p. 78), relevando rivalidades internas entre os jornalistas. Aqueles que trabalham em um canal de rádio ou televisão partidário são identificados como sendo parte ou uma parcela do partido, que estão em uma contínua missão partidária (SAMMUT, 2007, p. 77), e são considerados como portadores de uma “missão” a cumprir, por vezes os deixando em difícil situação de planejar suas vidas privadas ao frequentemente serem chamados a trabalhar horas extras, sendo considerado um sério infringimento evitar estender a jornada de trabalho, considerando a natureza imprevisível do trabalho em uma redação de notícias (SAMMUT, 2007, p. 81).

Sendo identificados com o partido-proprietário, os jornalistas que trabalham

nesses meios de comunicação partidários são frequentemente incluídos em eventos de campanha, como realizar entrevistas com os líderes do partido na frente de uma audiência de apoiadores partidários e militantes. Eles adotam uma postura mais passiva quando cobrem assuntos relativos ao seu partido – proprietário do grupo de mídia em que trabalham – não questionando as notícias do seu próprio agrupamento político (SAMMUT, 2007, p. 78-79).

Como geralmente os jornalistas do grupo de mídia partidário reportam as notícias do próprio partido de forma passiva, acabam produzindo notícias generalistas, enquanto os jornalistas menos experientes não possuem o preparo e a formação adequada para decifrar o significado de certos eventos (SAMMUT, 2007, p. 79). De modo geral, jornalistas aprendem como escrever para suas bases, como também para atender aos interesses presumidos de sua audiência, sendo essa característica mais favorecida nos grupos de mídia partidários, em que o partido-proprietário concede regularmente diretrizes aos diretores durante as reuniões e também informalmente através do contato interpessoal (SAMMUT, 2007, p. 119-20).

Os jornalistas mais envolvidos com a rede de relacionamentos pessoais dentro de ambas as organizações – o partido político proprietário e o grupo de mídia partidário – tendem a se adaptar às dinâmicas dos grupos informais dentro da redação, bem como identificar neste local de trabalho os parâmetros invisíveis permitidos pelo partido-proprietário (SAMMUT, 2007, p. 84-5).

Mesmo possuindo pouca autoridade formal, os jornalistas que trabalham em grupos de mídia partidários possuem considerável influência, e estendem o seu poder trabalhando em outros veículos de comunicação do mesmo grupo (SAMMUT, 2007, p. 143). Aos jornalistas em formação é ensinado que eles devem atuar de forma objetiva, mas a partir do momento que alguns deles são empregados nos grupos de mídia partidários, estão trabalhando para um partido político que possui o interesse de difundir uma mensagem. Mesmo que tentem resistir a empregar um viés partidário em suas coberturas e reportagens, não é fácil resistir e o tendenciosismo estará lá (SAMMUT, 2007, p. 102-103).

Nem sempre são bem-sucedidos os esforços para cultivar uma visão unificada dentro desses veículos de mídia partidários, havendo fontes de tensão dentro do grupo cristalizado de profissionais. Profissionalmente, os jornalistas competem entre si por fontes, reportagens e progressos na carreira, e politicamente frequentemente se envolvem em tensões intrapartidárias e lutas pelo poder

(SAMMUT, 2009, p. 93).

Para os jogos de poder intraorganizacionais, o viés e o entrelaçamento entre grupo de mídia e partido pode ser favorável aos jornalistas que saibam praticar o jogo. Externamente, as pessoas confundem o grupo de mídia partidário com o partido-proprietário e quando isso ocorre os jornalistas se aproveitam para obter um *status* mais alto e uma posição maior. Mesmo quando os jornalistas partidários não desfrutam de uma boa imagem junto ao público, eles atraem *status* dentro do veículo de mídia partidário e da organização política, pois são profissionais identificados como parte de uma estrutura de poder (SAMMUT, 2007, p. 142; SAMMUT, 2009, p. 93).

Nas áreas mais profissionalizadas das redações tenta-se resistir à prática de patronagem, por ser algo danoso à imagem dos interesses coletivos do partido, e abastecer tensões internas (SAMMUT, 2007, p. 74). Mesmo assim, nos primeiros anos, os grupos de mídia partidários recrutavam repórteres fiéis, porém inexperientes, moldados sob o escrutínio de um mentor, com características mais maleáveis. Com o passar dos anos, a quantidade de repórteres mais qualificados foi aumentando, coexistindo nas redações alguns jornalistas menos qualificados, contudo mais leais, e outros profissionais mais qualificados, todavia menos leais, com comprometimento com tendência a ser mais baixo, os “carreiristas” (SAMMUT, 2007, p. 76), que não derivam sua afirmação social somente pelo vínculo partidário, mas também por suas aspirações e qualidades profissionais.

Estes profissionais carreiristas, na medida que foram aumentando seu espaço nas redações, geraram ciúmes e ressentimentos dos jornalistas mais antigos no veículo de mídia, que estavam lá em grande medida por sua fidelidade e militância partidária, e de repente acompanhavam a chegada de novos colegas, profissionais do jornalismo, que eles consideravam ter sido “moldados diferentemente”, já que como um *outsider*, este nem sempre discerne parâmetros e a dinâmica intraorganizacional (SAMMUT, 2007, p. 76-77).

A identificação que os jornalistas partidários possuem com a organização frequentemente causa ressentimentos também entre aqueles que visam obter maior poder dentro do grupo de mídia e seu respectivo partido-proprietário (SAMMUT, 2007, p. 144). Apesar das rivalidades internas, a autocrítica geralmente é restrita, pode-se dizer que “lava-se a roupa suja em casa” (SAMMUT, 2007, p. 79), não se criticando os pares em público.

Alguns jornalistas que trabalharam em grupos de mídia partidários de Malta posteriormente optaram por se mudar para veículos de comunicação não-partidários, em busca de autonomia jornalística. Porém, alguns deles concluíram estar perseguindo uma miragem, pois, ao trabalhar na mídia não-partidária, descobriram que influências políticas e comerciais também são muito fortes nesses veículos (SAMMUT, 2007, p. 76-7), havendo lutas polarizadas no interior dos grupos de mídia estatais, privados e clericais, que ofuscam seu conteúdo (SAMMUT, 2007, p. 85), um misto de decepção e miragem que mantém os repórteres coagidos a não desprezar a agenda política e comercial do grupo.

No geral, jornalistas partidários não são completamente subservientes, eles podem exercer considerável influência nas estruturas internas do partido-proprietário, segundo a teoria de “estruturação” de Giddens (1984, p. 25), em que os atores sociais podem moldar seu ambiente social. Muitos jornalistas consideram algo positivo o empoderamento das pessoas – como consumidores de notícias – em busca da aproximação da verdade através da leitura de vários noticiários veiculados por diversos meios de comunicação (SAMMUT, 2007, p. 107).

Expressivas figuras do recente quadro político de Malta se lançaram na carreira política após trabalhar alguns anos como jornalistas, sendo o melhor exemplo o atual primeiro-ministro maltês, Joseph Muscat – do Partido Trabalhista – que trabalhou de 1992 a 1997 como radialista na *One Radio* (GOVERNMENT OF MALTA, 2018), foi editor do portal trabalhista na internet – o site *MaltaStar.com* – e também no canal televisivo do partido, a *One TV*, tendo sua exposição na mídia utilizada como uma catapulta para a carreira política⁵⁷.

Outro político ilustre em Malta que trabalhou em veículo de comunicação do próprio partido antes de se projetar em uma carreira política foi Simon Busuttil, ex-líder do Partido Nacionalista entre 2013 e 2017⁵⁸, que trabalhou brevemente como

57 O trabalhista Joseph Muscat foi eleito Deputado no Parlamento Europeu nas eleições europeias de junho de 2004, representando Malta. Posteriormente, foi eleito líder do Partido Trabalhista após a derrota do partido nas eleições gerais maltesas de 2008. Como Líder da Oposição entre 2008 e 2013, se viabilizou para disputar o cargo de primeiro-ministro nas eleições gerais maltesas de 2013, com excelentes chances de vitória, e a obteve. Tornou-se primeiro-ministro de Malta em março de 2013, e desde então é o chefe de governo do país, tendo sido reeleito nas eleições gerais maltesas de junho de 2017.

58 O nacionalista Simon Busuttil foi eleito Deputado no Parlamento Europeu nas eleições europeias de junho de 2004, representando Malta. Posteriormente, foi eleito líder do Partido Nacionalista após a derrota do partido nas eleições gerais maltesas de 2013, em que o então primeiro-ministro nacionalista Lawrence Gonzi renunciou à liderança partidária. Como Líder da Oposição entre 2013 e 2017, Busuttil se viabilizou para disputar as eleições gerais maltesas de 2017, em que seu partido mais uma vez foi derrotado, e Busuttil renunciou à liderança partidária, sendo substituído em setembro de 2017 por Adrian Delia, atual líder nacionalista e Líder da Oposição.

jornalista na *Radio 101* (SAMMUT, 2007, p. 153) – atual *Net FM*.

Da dinâmica da relação entre os jornalistas partidários e os demais membros da organização política, muitos quadros internos desses partidos se ressentem contra os correligionários que são jornalistas, alimentando uma situação que gera rivalidades internas. Os membros do partido que não são jornalistas protestam contra os correligionários jornalistas por estes desfrutarem de uma vantagem de exposição junto ao público que os demais não possuem (SAMMUT, 2009, p. 93).

A visibilidade oferece aos jornalistas as melhores oportunidades de progresso na carreira política. Durante a pesquisa de campo de Sammut (2007), e suas observações durante mais de uma década e meia, ela notou uma migração de leais jornalistas partidários para cargos de confiança na estrutura estatal (SAMMUT, 2009, p. 94), quando o partido-proprietário se torna governo. O partido-proprietário que estiver na oposição não poderá oferecer o mesmo incentivo para seus leais jornalistas, havendo restrição no progresso da carreira política destes.

Com o recrutamento de vários profissionais simpatizantes e partidários, certos controles explícitos se tornam desnecessários, já que vários desses jornalistas frequentemente sucumbem à autocensura consciente ou não-consciente (SAMMUT, 2007, p. 75). Entretanto, como em outros tipos de veículos de comunicação – privados, clericais ou estatais –, os editores de redação esclarecem aos jornalistas e repórteres quais tipos de questões e pautas devem ser abordadas e a mensagem que deve fazer parte da cobertura da notícia (SAMMUT, 2007, p. 77-8).

Apesar da influência editorial do partido-proprietário no noticiário e nos programas de atualidades, os diretores dos grupos de mídia partidários – e seus diretores de redação e editores – possuem autonomia na administração da programação audiovisual e no conteúdo escrito nos veículos de comunicação partidários (SAMMUT, 2009, p. 88). Os editores de redação são os “porteiros” colocados pela liderança partidária para colocar em prática as estratégias de mídia do partido, selecionar quais conteúdos estão mais alinhados com a agenda política do partido (SAMMUT, 2007, p. 75, 80), entre outras atividades, até mesmo supervisionar o trabalho dos repórteres. Por isso, o noticiário maltês reflete principalmente os interesses das fontes oficiais e dos proprietários (SAMMUT, 2007, p. 98) e, por vezes, dos anunciantes.

Em essência, o recrutamento de jornalistas nos grupos de mídia partidários reflete a fidelidade política dos recrutados, sendo a lealdade ao partido mais importante

do que as qualificações profissionais e experiência (SAMMUT, 2007, p. 230). No que diz respeito às metas organizacionais desses grupos de mídia partidários, os objetivos operativos possuem maior importância do que os objetivos idealizados e isso influencia no comportamento dos jornalistas selecionados para trabalhar nesses veículos de comunicação (SAMMUT, 2009, p. 94).

4.4 Dilema “lógica da mídia” versus “lógica do partido” como obstáculo para viabilizar um cumprimento mais eficaz da “missão política”

Neste subcapítulo será exposto o dilema criado entre a necessidade de cobrir os custos de operação da mídia audiovisual partidária maltesa e a necessidade que esses veículos de comunicação cumpram com seu objetivo dentro da estrutura partidária.

Os proprietários dos principais grupos de mídia partidários de Malta se beneficiam da sinergia entre os vários veículos de comunicação que pertencem a seus grupos, estando com maiores possibilidades de captar anunciantes e oferecer a estes pacotes de publicidade cruzada em seus veículos de rádio, televisão, jornal, revista e portais *online* (SAMMUT, 2007, p. 40).

Apesar da vantagem de possuir propriedade cruzada de meios de comunicação, os dois principais partidos políticos do país sofrem pesadas pressões financeiras pelos altos custos de operação dos seus canais de televisão (SAMMUT, 2007, p. 41) combinados com uma limitada oferta de anunciantes comerciais em um pequeno Estado-nação como Malta (DINGLI; VASSALLO, 2014, p. 14).

Neste contexto, os custos se mostram relevantes, mesmo que não ocorra o excedente de ganhos conhecido como lucro. Isso ilustra as frequentes tensões que existem entre as missões institucionais – políticas – dos veículos de comunicação pertencentes a partidos, e a necessidade econômica de fazer crescer os índices de audiência e, conseqüentemente, reduzir as perdas financeiras (SAMMUT, 2007, p. 56). Mesmo assim, as redações dos grupos de mídia partidários malteses colocam os objetivos institucionais antes dos lucros, resultando em uma produção do noticiário guiado pela tradição e pelos interesses dos proprietários (SAMMUT, 2007, p. 145) – nesse caso, os partidos. O grande dilema está na obtenção dos recursos para cobrir os caros custos de operação em um país de limitadas dimensões econômicas.

Como a direção partidária frequentemente insiste em dar maior ênfase ao conteúdo político, enquanto a direção profissional do veículo de comunicação partidário tenta priorizar os interesses financeiros e de popularidade junto à audiência para tentar sobreviver (SAMMUT, 2007, p. 56), as tensões e controvérsias emergem. Enquanto o jornalismo focado no mercado tende a buscar saciar os desejos da audiência para obter lucros, no jornalismo focado no partido político as classificações são usadas para técnicas promocionais visando maximizar os dividendos políticos (SAMMUT, 2007, p. 123).

Nesse contexto de um pequeno Estado-nação, a força da mídia partidária deixou pouco espaço para a viabilidade da mídia comercial, que tem desmotivado as empresas locais ou estrangeiras em tentar manipular o fluxo de informações através de interesses corporativos, a baixa presença desse tipo de interesse torna o sistema de mídia muito menos suscetível a agendas comerciais ocultas, que são mais sutis do que a propaganda política (SAMMUT, 2007, p. 239).

Para o cumprimento da missão política designada a estes grupos de mídia partidários, o controle total da linha editorial nos canais de rádio e televisão pertencentes aos partidos – principalmente nas notícias, reportagens e programas de atualidades – é exercida pelos próprios partidos, através de reuniões semanais entre a equipe editorial do grupo de mídia e a liderança partidária, em que são definidas as estratégias (SAMMUT, 2007, p. 54).

Os jornalistas que trabalham nos grupos de mídia partidários são peça importante no cumprimento da missão política, pois é imprescindível que haja um recrutamento de repórteres que sejam leais às missões políticas do grupo de mídia para manter uma visão unitária da organização. Esses repórteres muitas vezes são selecionados dentre os simpatizantes partidários que possuem as devidas qualificações profissionais ou escolhidos entre militantes partidários sem as devidas qualificações (SAMMUT, 2007, p. 55).

Os simpatizantes com qualificação profissional geralmente possuem maior potencial de colocar ênfase na lógica da operação profissionalizada de um grupo de mídia – a “lógica da mídia” – enquanto os militantes partidários sem qualificação profissional possuem o potencial de colocar maior ênfase na “lógica do partido”, na missão política, mesmo havendo um amadorismo na prática do jornalismo.

Na mídia partidária é evidente que a “lógica do partido” prevalece sobre a “lógica da mídia” (SAMMUT, 2007, p. 55), embora a constante tentativa de fazer

coexistir as duas no seio desses grupos cria tensões entre a estrutura de mídia e a organização proprietária. Para reduzir as tensões e a possibilidade de conflitos, os partidos sentem a necessidade de regular a relação entre seus jornalistas contratados e os políticos do quadro partidário através de procedimentos informais, que formam uma cultura de compartilhamento e negociação entre a redação do grupo de mídia partidário e o partido-proprietário (SAMMUT, 2007, p. 73).

Em suma, a lenta invasão da comercialização nesses grupos de mídia partidários não impede que essas estruturas de comunicação sejam utilizadas como parte das lutas políticas (SAMMUT, 2009, p. 84), em um cenário em que os interesses institucionais – partidários – substituem as preferências da audiência (SAMMUT, 2009, p. 96).

4.4.1 O viés nas matérias jornalísticas dos grupos de mídia partidários

Enquanto em outros países a imprensa se autodefine como sendo “autônoma”, em Malta é mais amplamente reconhecido que os partidos políticos possuem esmagadora influência sobre o conteúdo do noticiário local (SAMMUT, 2007, p. 71). Em geral, a mídia maltesa e os canais televisivos em particular aparentam apresentar uma gama restrita de pontos de vista (SAMMUT, 2007, p. 229), em que as notícias com mensagens institucionais dos partidos-proprietários, e também do governo, com o tempo foram sendo excluídas das programações de rádio e televisão, já que estas eram consideradas de baixa significância e de pouco valor, por vezes não sendo considerado notícia (SAMMUT, 2007, p. 205).

Os critérios utilizados pela mídia partidária para selecionar as notícias são diferentes, cujas manchetes e destaques dependem da intenção da mensagem política do partido (SAMMUT, 2007, p. 77). As redações dos grupos de mídia partidários priorizam as suas respectivas fontes partidárias, ignorando as fontes dos seus adversários, ou enquadrando com estereótipos negativos o conteúdo oriundo de fontes adversárias (SAMMUT, 2007, p. 233).

Nessa relação conflituosa intergrupos partidários, alguns jornalistas dos veículos de comunicações partidários seguem o noticiário do grupo de mídia do partido adversário, militando contra “o outro” (SAMMUT, 2007, p. 79), realizando uma cobertura muito negativa sobre o “outro lado” (SAMMUT, 2007, p. 166), usando táticas para denegrir e retratar o adversário com a imagem de um inimigo

(SAMMUT, 2009, p. 95), enquanto outros jornalistas seguem os líderes do partido-proprietário do grupo, buscando reforçar a imagem e as mensagens políticas emitidas pela liderança (SAMMUT, 2007, p. 78). Quando o partido-proprietário está no governo, os jornalistas do seu grupo de mídia buscam consolidar a prevalência da imagem desse partido, produzindo um noticiário cuja intenção é gerar bom humor e bem-estar na audiência, para obter resultados políticos positivos (SAMMUT, 2009, p. 95).

Nesse processo de reportar pseudo-eventos, a propaganda é transmitida como se fosse notícia (SAMMUT, 2007, p. 79), ocorrendo também um fenômeno que os jornalistas malteses chamam de “*tivvinta storja*” (“inventar história”, no original em maltês), em que histórias e acontecimentos são originados e investigados pela própria organização de mídia, em vez de itens promovidos por fontes formais (SAMMUT, 2007, p. 80), buscando, assim, preencher espaço nos jornais ou no canal de televisão.

Várias empresas produtoras independentes de conteúdo de informação e entretenimento são contratadas para fornecer programas para os canais partidários, pois os partidos consideram seus telejornais e serviço de noticiários como o emblema principal de seus próprios canais de televisão e, por isso, mantêm sob seu controle direto o conteúdo relacionado aos assuntos políticos do momento (SAMMUT, 2007, p. 73).

Os partidos-proprietários intercedem através de editoriais, programas de participação da audiência por telefone – *phone-in* – e programas de discussão política para explicar e reinterpretar as contradições que melhor se adéquam às estratégias partidárias (SAMMUT, 2007, p. 139-40). As interpretações que os partidos realizam através de seus próprios grupos de mídia induz os indivíduos a entender o mundo em termos da dicotomia “nossa verdade” *versus* “as mentiras e fabricações dos outros” (SAMMUT, 2007, p. 140), em que os jornalistas partidários empregam formatos restritos, excluindo vozes alternativas e apresentando versões que se enquadram dentro dos interesses do partido-proprietário (SAMMUT, 2007, p. 177).

No processo de produção de uma notícia ou reportagem é possível o repórter ou redator manipular sutilmente a interpretação do texto ou da fala, podendo tentar encontrar partes consideradas mais isentas, de fora dos partidos, para corroborar a posição partidária, e oferecer à matéria uma maior credibilidade (SAMMUT, 2007, p.

75). Os repórteres se habitam com esse processo, acostumados com as inclinações partidárias, alguns deles acreditam não conseguir trabalhar em um meio de comunicação com inclinação mais neutra, enquanto outros reconhecem que o viés vem “naturalmente e inconscientemente” (SAMMUT, 2007, p. 76).

Apesar das tentativas dos veículos de mídia partidários em propagandear negativamente os adversários políticos, nem sempre os efeitos junto à audiência são os desejados. Dentre os membros da audiência que não são fervorosamente fiéis e alinhados a algum dos dois principais partidos, as mensagens positivas prevalecem em termos de credibilidade, e por isso, a mídia não-partidária busca empregá-las (SAMMUT, 2007, p. 178), e os grupos de mídia partidário gradualmente aumentaram suas preocupações com a questão da credibilidade.

4.4.2 O desafio da credibilidade para os grupos de mídia partidários

Apesar das tentativas das instituições de mídia – sejam estatais, partidárias, privadas ou religiosas – em controlar o fluxo de informações, os partidos e seus jornalistas sabem que a confiança da audiência não é gerada automaticamente (SAMMUT, 2007, p. 122), pois é imprescindível que o veículo de comunicação possua credibilidade⁵⁹. A credibilidade dos jornalistas está no centro da confiança da audiência e, por consequência, o público pode ser prejudicado quando este não confia em suas fontes de notícias para retratar a verdade (McNAIR, 1998).

No caso de um país como Malta há a forte propensão para que a audiência frequentemente confunda a estação de televisão partidária com o partido-proprietário, não se considera que o noticiário com teor político antagonístico e emanado de um grupo de mídia partidário tenha um impacto direto na minoria de eleitores não-partidários, pois falta credibilidade aos veículos de comunicação partidários, já que seu noticiário ainda provém de uma fonte partidária (SAMMUT, 2007, p. 195).

Há muitos argumentos contrários à relação direta de propriedade entre os maiores partidos políticos malteses e seus grupos de mídia. Algumas críticas baseiam-se em questões do financiamento partidário dos grupos de mídia, a falta de

⁵⁹ Segundo Mosier e Ahlgren (1981), a credibilidade no jornalismo depende de três aspectos: 1) a clareza, que existe quando um texto pode ser compreendido facilmente; 2) a precisão, que existe quando uma informação está bem documentada; 3) a confiabilidade, que existe quando a informação é credível.

transparência entre partido e mídia, as tentativas de manipulação do noticiário e da opinião pública, a percepção de uma relação de clientelismo entre a mídia partidária e sua audiência cativa, entre outros argumentos (DINGLI; VASSALLO, 2014, p. 15).

Um exemplo que pode ilustrar essas críticas se encontra no contexto da campanha plebiscitária sobre o ingresso de Malta na União Europeia, no início de 2003, em que os grupos de mídia não-partidários, como os canais estatais da *PBS – TVM* e *Radju Malta* – e os jornais privados anglófonos – com destaque maior ao *The Times of Malta* – obtiveram uma audiência maior, presumidamente por serem veículos não-partidários estavam em melhor posição para lograr maior credibilidade e influência naquele período (SAMMUT, 2007, p. 167), principalmente junto ao eleitorado menos fervorosamente partidário.

A audiência aprecia as ocasiões em que os grupos de mídia partidários são críticos em relação ao seu próprio partido-proprietário no governo, em certas questões, pois confere uma aura de transparência, embora isso seja uma operação arriscada, que pode gerar casualidades políticas (SAMMUT, 2007, p. 121).

Se a audiência, em geral, não possui uma preferência maior pelo noticiário dos grupos de mídia partidários, a liderança do partido e seus ativistas temem ficar em posição de desvantagem caso suas redações e mídia falhem em responder ao adversário com efetividade (SAMMUT, 2007, p. 120), já que frequentemente um dos lados denigre a imprensa adversária, fazendo com que os dois partidos influenciem e ajam em resposta um ao outro (SAMMUT, 2007, p. 122).

Apesar do tabu existente sobre menções abertas e assumidas de intromissão política nas redações dos grupos de mídia partidários, no estudo de Sammut (2007) foram obtidas importantes confissões por parte dos editores de ambos os grupos de mídia partidários no início da década de 2000. Um dos entrevistados foi o então editor da Net TV, canal de televisão do Partido Nacionalista. Este entrevistado disse: “Nosso viés editorial favorece o partido, porém isso depende de nós em conseguir um balanço para obter credibilidade. Se nós falharmos, nos arriscamos a comunicar somente com convertidos cegos”⁶⁰ (SAMMUT, 2007, p. 120), o que denota que a mídia do partido almeja obter credibilidade para não se comunicar somente com a própria militância, ampliar o escopo da audiência. Paralelamente, o editor do canal de televisão do Partido Trabalhista, a *One TV*, disse para a mesma pesquisa:

60 Tradução livre do original: “Our editorial slant favors the party, but it is up to us to strike a balance to obtain credibility. If we fail, we risk communications only with blindfolded converts”.

[...] Nós temos que familiarizar os trabalhistas com a agenda do seu partido, e mostrá-los que eles pertencem a uma força social dinâmica. Nós temos que mostrar as deficiências do Partido Nacionalista (PN) para os telespectadores nacionalistas...e então há o eleitorado do campo do meio que tende a avaliar se nós estamos certos ou errados (SAMMUT, 2007, p. 120)⁶¹.

Por meio dessas declarações, percebe-se que algo importante para os grupos de mídia partidários é obter a credibilidade do eleitorado volátil, aquele que não é nem fielmente trabalhista tampouco nacionalista. Os editores de redação sabem que a efetividade de seu trabalho será obtida através da credibilidade com o eleitorado “neutro”, já que capturar a atenção dos simpatizantes e eleitores do lado rival é uma tarefa desafiadora, que nenhum dos lados conseguiu cumprir (SAMMUT, 2007, p. 120). Os entrevistados revelaram uma situação que contradiz a crença mantida por estrategistas dos partidos-proprietários, que estes podem influenciar a audiência através da simples repetição de mensagens políticas, já que os membros da audiência consideram a repetição como algo muito tedioso, e de certa maneira, param de acompanhar o canal partidário (SAMMUT, 2007, p. 204).

Por esse resultado, as reportagens e notícias emitidas pela mídia partidária acabam inclinando para o lado do partido-proprietário, caso contrário, não haveria meios seguros de tentar vencer as próximas eleições ou persuadir a própria audiência (SAMMUT, 2007, p. 84), mesmo que fragilmente os grupos de mídia partidária tentem aparentar o objetivo de informar o público. Apesar desses esforços em parecer credíveis e com a meta de informar a audiência, os grupos de mídia partidários malteses essencialmente pregam para convertidos, falhando em atingir outras camadas da audiência, como os eleitores voláteis (SAMMUT, 2009, p. 96).

4.4.3 A mídia partidária como ente comercial

Como as primeiras licenças para novos canais de rádio e televisão foram emitidas pela *Broadcasting Authority* para os maiores partidos políticos malteses, os grupos de mídia partidários *One Productions Ltd.* e *Media.Link Communications* obtiveram uma vantagem inicial para obter, absorver e manter a receita publicitária

61 Tradução livre do original: “We have to familiarise Labourites with their party’s agenda and show them they belong to a dynamic social force. We have to show the PN’s shortcomings to Nationalist viewers...and then there is the middle ground electorate with tends to assess whether we are right or wrong”.

emanada de anunciantes comerciais (DINGLI; VASSALLO, 2014, p. 13). Posteriormente, isso limitou o acesso às verbas publicitárias para outros veículos de comunicação audiovisual de Malta, destacadamente as mídias privadas, pela forte e persistente presença dos veículos de comunicação partidários no sistema de mídia do país, marginalizando outros potenciais veículos de mídia comercial (DINGLI; VASSALLO, 2014, p. 13).

Nos sistemas de mídia comerciais, voltados ao mercado, os meios de comunicação visam os lados consumidores da audiência, encorajando-a à absorção passiva do entretenimento e informação (SAMMUT, 2007, p. 237). No caso da mídia partidária, as necessidades institucionais dos partidos-proprietários prevalecem sobre os desejos passivos da audiência, e isso não se aplica somente aos grupos de mídia partidários, mas a outros meios de comunicação com necessidades institucionais (SAMMUT, 2007, p. 113), como os grupos de mídia católicos e estatais.

Com a ausência de uma política formal que dê autonomia aos grupos de mídia, o partido-proprietário fica empoderado e possui margem larga o bastante para canalizar o noticiário dos seus próprios grupos de mídia para a direção e viés que desejar (SAMMUT, 2007, p. 74).

Um exemplo da autonomia dos grupos de mídia partidários em relação ao partido-proprietário é que, quando este está na oposição, seu grupo de mídia é o mais propenso a desvendar as implicações das associações ocultas entre empresas e o Estado, mesmo quando conseqüentemente esses grupos de mídia oposicionista sofre cortes na sua receita publicitária, o que contrasta com a imprensa essencialmente comercial (SAMMUT, 2007, p. 239).

A maioria das redações jornalísticas em Malta possui objetivos não-lucrativos, em que a obtenção de maiores índices de audiência possui apenas influência secundária na produção do noticiário desses grupos de mídia partidários (SAMMUT, 2007, p. 113), já que meios de comunicação não-lucrativos visam dividendos ideológicos do que financeiros, ganhando através do seu poder sobre a informação pública (SAMMUT, 2007, p. 230).

Os grupos de mídia partidários possuem alternativas de financiamento que vão além da tradicional captação de anunciantes comerciais: eventos para arrecadação de fundos, doações junto a filiados e simpatizantes (DINGLI; VASSALLO, 2014, p. 13). Os veículos de comunicação privados não possuem essas

outras fontes de receita, já que são mídias que visam essencialmente o lucro, enquanto os veículos de comunicação partidários possuem no lucro um objetivo secundário.

Portanto, em vez de lucros, o noticiário visa estimular a participação com ênfase no debate público, as notícias geralmente colocam a audiência como um grupo de cidadãos do que meros consumidores (SAMMUT, 2007, p. 112). Nesse cenário, os grupos de mídia partidários estão à disposição para servir aos interesses da liderança partidária, de modo aparentemente irrestrito, com a exceção de um detalhe: as finanças.

Operar um canal de rádio ou televisão tem seus custos, sendo necessário atrair anunciantes publicitários para cobrir as despesas básicas de operação. A economia maltesa proporciona um pequeno mercado de publicidade, que desde a década de 1990 se encontra saturado com vários veículos de comunicação que disputam suas verbas de anúncios (SAMMUT, 2007, p. 99). Além das tensões causadas pelas divisões partidárias no meio jornalístico maltês, as organizações de mídia constantemente sofrem com a falta de recursos (SAMMUT, 2007, p. 70). Portanto, para esses veículos de comunicação é essencial tentar minimizar esse problema buscando uma maior audiência e maior captação de anunciantes, adquirindo características de mídia comercial. E para obter os recursos, bem como disseminar a propaganda na mensagem do partido, é importante para esta organização manter as pessoas sintonizadas na sua estação (SAMMUT, 2007, p. 208).

Sendo Malta um pequeno arquipélago, com uma população de pequenas dimensões se comparado a outros países, pressupõe um pequeno mercado para qualquer setor, o que não é diferente para as organizações de mídia, que lutam arduamente para se manter comercialmente viáveis (SAMMUT, 2007, p. 230). Isso faz com que este mercado de anunciantes comporte basicamente três canais de televisão, para onde se direcionam as receitas publicitárias: o principal canal da estatal *PBS*, *TVM*, além dos canais partidários da trabalhista *One TV* e da nacionalista *Net TV* (DINGLI; VASSALLO, 2014, p. 15). Além do mercado limitado de anunciantes, os custos de operação de um canal de televisão são “proibitivos” (DINGLI; VASSALLO, 2014, p. 25), em termos proporcionais, para muitas organizações maltesas.

Essa limitação de mercado publicitário, combinado com os altos custos

financeiros de uma operação televisiva neste país, reduz as possibilidades de representação de diferentes opiniões no espectro televisivo maltês.

As estações de rádio e televisão partidárias visam competir com as demais concorrentes em credibilidade das notícias, índices de audiência e verbas de publicidade (SAMMUT, 2007, p. 55). Para apelar a uma audiência mais ampla, os partidos-proprietários muitas vezes tentam fazer seus grupos de mídia próprios aparentar uma menor politização (SAMMUT, 2007, p. 78).

Considerando que as escolhas da audiência maltesa não são necessariamente vinculadas a convicções partidárias, sendo que a audiência prefere ser leal ao tipo de programação oferecida do que ter lealdade à estação de televisão ou rádio (SAMMUT, 2007, p. 60), visando maiores índices de audiência – quando este é um objetivo importante para as estratégias do partido-proprietário – os canais televisivos partidários emitem programação com conteúdo mais singelo. Este tipo de conteúdo suave é o que muitos telespectadores malteses preferem seguir, em certas faixas de horário e de dias da semana, voltados ao público menos interessado em conteúdo político, como por exemplo, mulheres, donas de casa, e por isso, buscam apelar a esse tipo de audiência com programas de moda, beleza, decoração interior, entre outros (SAMMUT, 2007, p. 127-8).

Esse conteúdo mais suave é considerado importante do ponto de vista comercial, mesmo que em geral o *status* desse conteúdo seja secundário nos canais partidários, considerado menos relevante para a missão política da organização partidária de mídia (SAMMUT, 2007, p. 128). Estrategicamente, os editores de redação sabem que não podem cumprir com sua missão se eles apenas estão reforçando as crenças dos convertidos (SAMMUT, 2007, p. 120).

Para apelar a uma audiência massiva, o noticiário dos canais televisivos – sejam estatais ou partidários – são transmitidos em língua maltesa, já que o uso do idioma inglês é utilizado majoritariamente nas transmissões de conteúdo audiovisual importado, sendo considerado “suicida” para a transmissão de noticiário local (SAMMUT, 2007, p. 124). Quando maiores índices de audiência se faz necessário, os canais de rádio e televisão partidários emitem conteúdo mais “popular” em sua programação durante períodos em que a *Broadcasting Authority* está realizando pesquisas de opinião pública (*surveys*), para que estes canais obtenham maiores índices na pesquisa registrada. Fora dos períodos de *surveys* da *Broadcasting Authority*, a despreocupação com os índices de audiência no noticiário contrasta

com os programas de debate e atualidades, em que há uma batalha permanente entre os canais partidários por maiores audiências (SAMMUT, 2007, p. 114).

Apesar da preferência dos anunciantes por veicular publicidade nos jornais privados anglófonos – *The Times of Malta*, *The Malta Independent* e *Malta Today* – por acreditarem que os leitores dessas publicações possuem maior poder aquisitivo (SAMMUT, 2007, p. 102), várias empresas anunciam nos veículos de comunicação pertencentes aos partidos políticos. Na interdependência entre negócios e política, anunciar nos veículos de mídia partidários é considerado um gesto de boa vontade dentro da tradição maltesa de patronagem, na esperança desses empresários estarem em uma melhor posição para assegurar recursos para seus negócios, e da característica de influência do Estado maltês sobre a economia (SAMMUT, 2007, p. 101) e das lógicas de patronagem e clientelismo em Malta.

4.5 O comportamento da audiência

No contexto geral deste estudo, é importante apresentar os resultados da investigação feita por Sammut (2007) sobre a ligação entre a mídia e aqueles que recebem as mensagens por ela emitidas, pois os leitores, telespectadores e ouvintes possuem, além do poder de consumi-las (SAMMUT, 2007, p. 61), o poder de interpretá-las de modo que possa influenciar politicamente no quadro político-eleitoral do país.

Cerca de um terço dos malteses afirmam acompanhar o noticiário político através da mídia, sendo comparativamente menos que a média europeia, enquanto que o ceticismo do público maltês em relação a sua imprensa está dentro da média da Europa. A confiança na mesma é mais baixa que em outras instituições, como a Igreja, o sistema educacional, o Parlamento, o judiciário e sindicatos (ABELA, 2000 *apud* SAMMUT, 2007, p. 60).

Segmentos da opinião pública maltesa possui uma visão negativa sobre a existência de mídia partidária no país (SAMMUT, 2009, p. 84-85). Pesquisas revelam que o público maltês possui baixos níveis de confiança no sistema de mídia do país, embora estas nem sempre captam as ambiguidades da audiência, principalmente na intimidade do lar (SAMMUT, 2007, p. 185). Com uma abordagem muito crítica por parte dos membros da audiência, em que o humor mais crítico da audiência advém dentre indivíduos que possuem maior nível educacional. O público

maltês em geral não vê a sua mídia como canais de informação, possuindo uma percepção de “conexão incestuosa” entre a política e a mídia, alimentando sua desconfiança sobre a mídia e suas visões críticas sobre o cenário político divisivo que sustenta esse sistema de imprensa, induzindo à desinformação (SAMMUT, 2007, p. 187-188).

Para melhor ilustrar o comportamento de audiência maltesa, é importante considerar o estudo publicado no capítulo seis de Sammut (2007) focando na interpretação e resposta das pessoas sobre informação polarizada e contraditória, em como elas se percebem e a maneira como se engajam com as mensagens emitidas pela mídia, considerando a identidade e experiência social – como percepções micro, dentro de uma formação macro mais ampla – feita através de uma “etnografia da audiência” (2007, p. 186), em um estudo que examinou a ligação entre produtores e receptores de noticiário.

Nas entrevistas realizadas como parte dessa pesquisa, para cada família entrevistada foram mostradas gravações de destaques do noticiário televisivo das três principais estações de televisão do país – a estatal *TVM* e as partidárias *One TV* e *Net TV* – visando desencadear um debate sobre como as pessoas produzem seu senso do contraditório em conteúdo fragmentado de notícias disseminado por diferentes canais (SAMMUT, 2007, p. 187). Nessa investigação, os receptores ativos de conteúdo noticioso, como indivíduos que são envolvidos pelo conteúdo da mensagem, são conceitualizados entre os que conseguem distinguir entre fontes de forte convencimento e fontes de pouca confiabilidade (SAMMUT, 2007, p. 187).

Nas entrevistas nota-se o retrato de alguns elementos da cultura política maltesa e também uma consciência sobre esses elementos, e até mesmo uma reação a eles. Dentre alguns ouvintes e telespectadores entrevistados, foi manifestada a sensação que existem contradições entre as informações, notícias e pontos de vista emitidos pelos canais partidários, criando a sensação de estar “sintonizado em um mundo diferente” ao trocar uma estação pela outra (SAMMUT, 2007, p. 197).

Os entrevistados consideram a polarização política maltesa como algo negativo, por “dividir Malta em duas partes”, ou, por fazer considerar-se como “duas separadas nações”, ou “duas comunidades superadas pela competição de *pika*⁶²”

62 Segundo Boissevain (1964 *apud* Mitchell 2002, p. 144), a tradição de *pika* na cultura maltesa se refere a uma competição entre apoiadores, organizadores e entusiastas de diferentes festas – quermesses – de santos padroeiros da Igreja Católica. A tradição de *pika* leva à intensa rivalidade

(SAMMUT, 2007, p. 188). Há até mesmo os casos em que alguns entrevistados consideram não estar em uma democracia como deveriam, sentindo-se pertencentes a “duas diferentes tribos”, em que “nossos cérebros são politizados” pelo ambiente político bipolar e pela mídia, e que os canais televisivos partidários “deveriam ser responsabilizados por tudo isso”, pois tratam meramente sobre política e “estamos programando nossos filhos para se tornar raivosos e com ódio” (SAMMUT, 2007, p. 188-9).

Estes tipos de manifestações, tecidas em privado para uma pesquisadora, retrata uma consequência do viés político na mídia partidária maltesa, em meio a um ambiente social bipolarizado e muito politizado.

Segundo Sammut (2007, p. 188), mesmo os membros da audiência que paralelamente são ativistas partidários admitem considerações como: “nós escutamos apenas meias-verdades”, em que se escuta apenas um lado da história, enquanto a verdade pode ser “composta de duas partes”. Ou comentários como: “A verdade depende de qual partido você apoia”, e que os dois maiores partidos políticos do país “em seu núcleo, compartilham crenças e valores similares”, que estes dois agrupamentos “embarcaram em uma cruzada para nos induzir a tomar lado” (SAMMUT, 2007, p. 189-90).

A audiência maltesa, consciente do viés que há nos veículos de comunicação do país, busca outros meios de informação além do grupo de mídia do seu partido favorito. Mesmo o mais obstinado seguidor partidário pode formar opiniões que não são meramente emitidas pelos grupos de mídia do seu partido, indivíduos de todos os grupos socioeconômicos podem buscar alternativas, ângulos e interpretações diferentes sobre temas relevantes (SAMMUT, 2007, p. 122) e, por isso, buscam meios alternativos de imprensa. No caso da audiência maltesa, algumas pessoas primeiro ouvem as notícias nas estações de rádio e televisão partidárias, depois sintonizam as estações de rádio católicas para corroborar (SAMMUT, 2007, p. 58), ou o canal de televisão estatal e as demais rádios privadas.

Até outubro de 2013 era frequente haver membros de audiência que assistiam aos três principais telejornais televisivos do país, transmitidos em horários diferentes no período noturno: o do canal trabalhista *One TV*, o do canal nacionalista

simbólica manifestada em exuberantes gastos nos principais elementos da *festa partiti* – a quermesse maltesa realizada no dia do santo padroeiro da vila: fogos de artifício, bandas de marchas musicais, entre outros. Por vezes, ocorrendo atos de violência direta e confrontação entre diferentes facções da *festa partiti*, já que entre as vilas maltesas há rivalidades entre apoiadores de diferentes santos padroeiros.

Net TV, e o do canal estatal *TVM*, este conhecido como *L-Aħbarijiet*. Porém, naquele mês o canal *Net TV* alterou o horário de sua programação, fazendo com que o telejornal deste canal televisivo nacionalista coincidissem com o telejornal do canal trabalhista *One TV* (DINGLI; VASSALLO, 2014, p. 14), deixando os telespectadores malteses com menos possibilidades de assistir e comparar as três versões do noticiário local.

Nas duas primeiras décadas do século XXI houve um incremento na aplicação de tecnologias das telecomunicações, destacadamente a internet de alta velocidade e a telefonia celular. No geral, a internet oferece uma oportunidade para as vozes críticas que estão fora dos dois maiores partidos políticos malteses, possuindo o potencial de expandir os debates políticos para outras esferas sociopolíticas do país (SAMMUT, 2009, p. 91).

O acesso às novas tecnologias da informação, e a disponibilidade de conteúdo *online*, torna possível que os membros da audiência tenham acesso aos conteúdos dos canais televisivos que estejam hospedados *online*. Em Malta, os provedores de conteúdo também encorajam seus consumidores a acessá-los nas mais diversas e possíveis plataformas, e as autoridades de comunicação buscam eliminar barreiras para isto (DINGLI; VASSALLO, 2014, p. 22).

A aplicação dessas novas tecnologias permite à audiência acessar os pontos de vista transmitidos pelos telejornais e noticiário local, assistindo ao conteúdo em diferentes tipos de mídia, seja pela televisão, seja pela internet (DINGLI; VASSALLO, 2014, p. 22).

Apesar das facilidades trazidas pelas novas tecnologias, é importante considerar que nem todos os membros da audiência maltesa assistem aos três principais telejornais do país. Seria irrealístico pensar que o balanço na cobertura jornalística maltesa, em geral, seria logrado com o simples acesso dos telespectadores a três canais televisivos com visões e posições diferentes. Vários destes telespectadores podem assistir a apenas um canal de televisão, não acompanhando os demais para contrabalancear o viés político, o que encoraja a polarização e desestimula a imparcialidade nos veículos de comunicação malteses (DINGLI; VASSALLO, 2014, p. 20).

Uma forma de se praticar o ativismo político é através do ativismo na mídia, buscando influenciar parte da audiência. No caso de Malta, o ativismo da audiência é diretamente ligado ao partidário (SAMMUT, 2007, p. 145), em que os membros da

audiência que exercem mais influência são ativistas do partido, cujas sugestões são consideradas adequadas aos interesses do partido e podem influenciar o conteúdo do noticiário (SAMMUT, 2007, p. 120).

Como exemplo, os partidos costumam ligar para seus seguidores solicitando doações, e alguns militantes ou simpatizantes se voluntariam para trabalhar algum tempo nas estações midiáticas partidárias, visando alimentar na audiência o sentimento de pertencimento à estrutura partidária, que inclui seus braços midiáticos.

Dentre as formas de interação da mídia partidária com sua audiência, ambas as rádios partidárias de Malta emitem programas – geralmente no período da manhã – em que os ouvintes telefonam para a rádio e opinam sobre os assuntos em pauta, os chamados programas *phone-in*, cujos custos de produção são baixos, há popularidade junto à audiência e impacto para a interpretação das notícias (SAMMUT, 128-9), servindo como referência para os comunicadores políticos, através de uma discussão pública participativa (BLUMLER; GUREVITCH, 1995, p. 219 *apud* SAMMUT, 2007). Até mesmo os editores dos grupos de mídia não-partidários, como a estatal *PBS* e a rádio católica *RTK (Radju tal-Kulhadd)* confessaram que ouvem os programas *phone-in* de participação da audiência nas rádios partidárias *One Radio* e *Net FM*, para estar informados sobre o que as pessoas estão discutindo (SAMMUT, 2007, p. 130).

Mesmo com os programas *phone-in* nas rádios partidárias sendo aberto à participação da audiência através de ligações telefônicas, os partidos algumas vezes tentaram influenciar o rumo de tais programas, plantando fortes contingentes de militantes na audiência que telefonava para o estúdio ou mesmo produzindo tais programas em suas sedes sociais, com um auditório composto por militantes e simpatizantes (SAMMUT, 2007, p. 131). Durante alguns programas radiofônicos de tipo *phone-in*, participantes da audiência telefônica cometiam o “inesquecível pecado” de não concordar com várias linhas do partido-proprietário, e suas ligações telefônicas eram simbolicamente desligadas por contra-argumentação do apresentador – a figura proselitista que tinha a palavra final (SAMMUT, 2007, p. 215).

Neste tipo de programa, com o tempo, controvérsias emergiram, a tal ponto que a *Broadcasting Authority* expressou preocupação junto a direção do grupo de mídia trabalhista – *One Productions Ltd.* – em que o apresentador do programa

phone-in da *Radio One* incitaria os seus ouvintes (SAMMUT, 2007, p. 129) com forte conteúdo antagonístico contra os rivais nacionalistas.

Há consistente e substancial pressão vinda da fatia da audiência dos canais partidários que é mais cativa e simpatizante do partido, causando influência nas decisões tomadas pelas redações partidárias, por vezes alertando os jornalistas e editores de redação sobre questões que estavam ignorando, enviando *feedbacks* aos grupos midiáticos, que se sentem pressionados a reagir quando seu partido é atacado pelo outro lado, fazendo retaliações contra o adversário (SAMMUT, 2007, p. 120-1).

Em suma, há discrepâncias entre demandas populares e requerimentos institucionais, que são frequentemente preenchidos a nível partidário, em um contexto em que a opinião pública não pode ser ignorada. Por isso, os partidos políticos testam a pulsação dos eleitores para estabelecer mensagens políticas que são canalizadas através dos seus grupos de mídia (SAMMUT, 2007, p. 116). Porém, as redações dos grupos de mídia partidários consideram as críticas, comentários e sugestões de seus apoiadores como desconexas das estratégias político-partidárias e de comunicação (SAMMUT, 2007, p. 118).

4.6 Síntese

O caso da mídia partidária maltesa precisa ser analisado considerando as características do ambiente em que se encontra, onde há um contexto de forte bipartidarismo, com práticas políticas clientelistas, que possuem origens sociais e raízes históricas em questões linguísticas e religiosas.

O desenvolvimento histórico maltês nos séculos XIX e XX levou ao quadro em que trabalhistas historicamente se alinhavam com o secularismo e tendiam ao uso do idioma inglês como segunda língua, assim como nacionalistas historicamente se alinhavam com o clericalismo e buscavam a valorização do idioma italiano como segunda língua do país.

Essa bipolarização favoreceu a consolidação de dois agrupamentos políticos opostos, cujas relações de clientelismo e patronagem arregimentavam adeptos, mantinham suas fidelidades, cujas distinções de classe também foram importantes para a cristalização desse fenômeno: a classe trabalhadora dos meios portuários malteses se alinhavam aos trabalhistas, enquanto a classe média, a elite

empresarial, profissionais liberais e empreendedores se alinhavam aos nacionalistas. É no processo de construção dessas identidades que surgem os primeiros veículos de comunicação partidários, os jornais impressos pertencentes aos partidos.

Em um contexto de consolidação do bipartidarismo, os dois maiores partidos políticos malteses adquiriram características de instituições, possuindo força social e estrutural o bastante para cultivar seus próprios braços de mídia. Como parte das disputas político-partidárias que já ocorriam – nacionalistas que contavam com a simpatia dos jornais privados *versus* trabalhistas, que buscavam contrabalancear utilizando seus próprios meios para difundir sua mensagem –, em diferentes períodos, ambos os partidos se sentiram compelidos a aperfeiçoar seus meios de comunicação, seja lançando novos periódicos, seja utilizando meios audiovisuais.

Em meio ao processo de obtenção da independência, entre fins dos anos 1950 e início dos anos 1960, os trabalhistas sentiram a necessidade de inaugurar um jornal próprio para se contrapor aos jornais privados pró-britânicos e aos jornais clericais pró-nacionalistas. Em um outro contexto, em que Malta já se encontrava independente, os nacionalistas enxergaram a necessidade de também publicar um jornal próprio assim que estivessem em vias de ir para a oposição no início dos anos 1970. Com a nacionalização do único canal maltês de rádio e televisão, criando a *Xandir Malta*, os trabalhistas – então no poder – vislumbraram a oportunidade de utilizar os canais estatais de rádio e televisão como um veículo com inclinações pró-trabalhistas e antinacionalistas.

Em reação a isso, os nacionalistas malteses buscaram apoio estrangeiro, através do então poderoso Partido Democrata-Cristão da Itália, para instalar equipamentos de difusão de rádio no sul da ilha italiana da Sicília, que pudesse ser receptada pelos ouvintes em Malta ao longo dos anos 1980.

Como os partidos políticos malteses já buscavam meios de “colonizar” todos os espaços da mídia, chegou-se mais facilmente ao acordo de distribuir concessões de rádio e televisão para os principais partidos do país – havendo até mesmo a concessão de uma estação de rádio para o terceiro partido do país, a Alternativa Democrática – quando da abertura do país ao pluralismo na mídia audiovisual.

Neste período de abertura, os jornais impressos deixaram de ser o principal meio de informação dos malteses, sendo substituída pela televisão – um meio de comunicação cujos partidos malteses obtiveram ampla participação ao longo dos

anos 1990. Os dois maiores partidos malteses se construíram como instituições no país que sua influência se faz sentir até mesmo nos veículos de comunicação não-partidários, como nos jornais privados anglófonos – majoritariamente pró-nacionalista – e no canal de televisão estatal –, cuja agência reguladora *Broadcasting Authority* realiza uma fiscalização para que o conteúdo seja balanceado, evitando que se favoreça o partido que estiver no governo.

Para os grupos de mídia partidários, é imprescindível a escolha dos jornalistas certos, para que a mão de obra dos veículos seja devidamente alinhada às estratégias e propósitos do partido. Por isso, é frequente o recrutamento de jornalistas por critérios de lealdade partidária, deixando a eficiência profissional em segundo plano, mas não absolutamente em escanteio: os partidos com o tempo buscaram balancear jornalistas leais com profissionais mais qualificados em suas redações, em busca de um melhor aperfeiçoamento da forma e conteúdo de seu noticiário.

A cobertura jornalística dos veículos de comunicação partidários obviamente é enviesada, fazendo uso de técnicas e de estratégias para disseminar a mensagem do partido-proprietário e denegrir a imagem do partido adversário, por vezes de formas sutis. O tom propagandístico destas mídias partidárias apresenta um desafio para sua credibilidade, o que faz com que os editores pensem em oferecer um conteúdo que aparente “informar o público”, buscando maior credibilidade e audiência junto ao eleitorado volátil, o eleitorado neutro que não se alinha com nenhum partido. Pelo forte contexto social bipartidário de Malta, o eleitorado neutro, ou volátil, não se encontra em número e força suficiente para que os veículos e mídia partidários priorizem esse alvo.

Assim sendo, esses veículos de comunicação mantêm seu foco na tarefa de propagandear favoravelmente ao seu partido-proprietário, buscando cativar o seu eleitorado no papel de audiência, mantendo alguma aparência de jornalismo informativo para fins comerciais.

A questão comercial também se manifesta com relevância, oferecendo um real obstáculo ao caminho livre para que estes veículos de mídia partidários se portem somente como mensageiros de seu partido-proprietário. O custeio da estrutura de redações, transmissões televisivas e radiofônicas tem um custo que somente as doações recebidas pelos partidos não é suficiente para bancar, sendo necessário adquirir a lógica de mídia comercial, oferecendo espaço para a

veiculação de anunciantes.

A atração desses anunciantes é uma tarefa que por muitas vezes exige com que o veículo de comunicação partidário adote lógicas de uma mídia que busca maior credibilidade e audiência, para atrair anunciantes e faturamento. Neste ponto se encontra o maior dilema para ambos os grupos de mídia partidários: priorizar a lógica de “mensageiro do partido” ou priorizar a lógica de mídia comercial, visando o custeio da estrutura midiática? Isso se reflete no conteúdo veiculado por essas mídias, ora contendo teor mais partidário para responder aos desafios políticos, ora contendo teor mais “suave” e não-partidário para atrair mais audiência. Nesse dilema, anunciantes são atraídos não somente por maiores índices de audiência e maior credibilidade do jornalismo praticado por esses grupos, mas também para estes empresários – anunciantes – cultivarem boas relações com os partidos, com vistas ao momento em que estes estiverem operando a máquina pública, o governo, visando simpatias dos governantes – havendo-se aí uma prática dentro das lógicas de patronagem e clientelismo maltês.

A audiência maltesa possui amplo conhecimento sobre as relações de propriedade entre os grupos de mídia partidários e os respectivos proprietários: os partidos políticos. Mesmo com essa transparência sobre as relações entre mídia e partidos, o público maltês possui baixa confiança em seu sistema de mídia, por vezes havendo críticas contundentes em direção ao partidarismo midiático, como exposto nas entrevistas realizadas por Sammut (2007) com membros da audiência.

Devido a essa postura crítica, a audiência maltesa busca diversificar suas fontes de informação, acompanhando o noticiário tanto dos grupos de mídia partidários quanto dos não-partidários, para comparar e balancear. A ala mais ativista da audiência busca meios de participação e *feedback* na mídia partidária, seja através de programas de interação com os ouvintes, seja através de sugestões para a redação desses grupos. Porém, muitas vezes essas sugestões nem sempre contribuem dentro das estratégias político-partidárias estabelecidas entre os editores e a liderança partidária para os próprios grupos de comunicação, o que denota uma certa “elitização” da tomada de decisões nesses veículos de mídia partidários.

5 UMA ANÁLISE INSTITUCIONALISTA HISTÓRICA E DE COMUNICAÇÃO POLÍTICA SOBRE O FENÔMENO DA MÍDIA PARTIDÁRIA MALTESA

Neste quinto capítulo será analisado o caso da mídia partidária de Malta sob a ótica da dependência de trajetória e da comunicação política. Os fatores precedentes ao período da escolha da trajetória para o pluralismo na mídia, o período da conjuntura crítica em que foi concretizada a opção pela existência de mídias partidárias, as trajetórias plausíveis que foram preteridas e a trajetória escolhida irão compor o marco analítico desse estudo, enquadrando os elementos da reconstrução histórica realizada no capítulo anterior. A descrição do objeto, que consta no capítulo 4, é importante para situar aspectos do fenômeno da mídia que serão retomados neste presente capítulo, sem o detalhamento e a profundidade que marcaram o capítulo anterior.

O fio condutor será o debate teórico construído no capítulo 2, analisando o caso empírico da mídia partidária de Malta, descrito no capítulo 4. Como exposto no capítulo de introdução, este objeto de estudo será tratado com uma metodologia bibliográfica, indutiva e qualitativa, com o objetivo de desvendar as razões e o funcionamento dessa trajetória de mídia partidária.

Primeiramente, busca-se uma explicação para desvendar a razão da existência dessa trajetória dentro do marco teórico de *path dependence*, de um arranjo conjuntural influenciado pelo ambiente e decidido pelos atores políticos. E, em seguida, explicar o funcionamento desse fenômeno ímpar, fruto da trajetória escolhida, dentro do marco teórico da comunicação política, e dos propósitos desse modelo, com fins de influência sobre a opinião pública.

5.1 As razões do fenômeno de relevantes grupos de mídia partidários

Não é usual haver em regimes democráticos e plurais o estabelecimento de grupos de mídia pertencentes a partidos políticos, que inclui desde mídia audiovisual a publicações, e a criação deste tipo de grupo de mídia precisa ser estudado em suas origens e nas motivações que levaram à sua criação.

Para conseguir explicar o motivo do estabelecimento desses grupos, a dissertação aplica uma visão neoinstitucionalista, focando nos grupos de mídia partidários como um apêndice de um tipo de instituição: os partidos políticos. Por

intermédio do conceito básico sobre o papel político de grupos de mídia – principalmente quando estes possuem um elo direto com grupos de interesse político, como os partidos –, é possível explicar o caso da mídia partidária de Malta sob uma ótica de dependência de trajetória (PIERSON, 2000; MAHONEY, 2000).

O neoinstitucionalismo, e a metodologia de institucionalismo histórico serão úteis para explicar as condições e processos políticos que culminaram na opção pela criação desses grupos de mídia partidários. Apesar de ser um conceito ainda em debate e em construção (BERNARDI, 2012), o ferramental do *path dependence* permitirá explicar a escolha por esse tipo de mídia partidária desde os antecedentes, passando pelo período de realização da escolha do modelo de mídia plural do país, que aqui se chama de “conjuntura crítica” (COLLIER, D.; COLLIER, B., 1991).

Para a análise de dependência de trajetória, a conjuntura crítica como a unidade de análise (CAPOCCIA, 2015) neste estudo se refere ao período da abertura ao pluralismo na mídia maltesa em 1991, bem como o período prévio a esta conjuntura crítica, cujos acontecimentos vinham se desdobrando desde a estatização dos únicos canais de rádio e televisão do país, o que ocorreu em 1975.

Em uma conjuntura crítica há várias opções para a escolha de uma trajetória. Analisar as trajetórias preteridas (MAHONEY, 2000) é importante para compreender os elementos do ambiente e dos agentes políticos que influenciaram para a opção daquela trajetória que foi realmente escolhida. No caso deste estudo, a não-escolha de outros modelos de mídia.

A trajetória escolhida passa a ser, então, o eixo central do restante dos subcapítulos da análise, sendo checado por meio das definições de Pierson (2000 e Mahoney (2000) se na época da conjuntura crítica havia imprevisibilidade dos resultados da trajetória escolhida, o que define que havia dependência nesta trajetória. Em sequência, será analisado o processo de mudança institucional que ocorreu, para em seguida analisar o processo de retroalimentação da trajetória, o autorreforço, que mantém a trajetória em seu rumo com cada vez menos chances de ser alterada.

O neoinstitucionalismo trazido nesta dissertação foca no fenômeno de grupos de mídia partidários como inseridos dentro de um contexto institucional, parte de um arranjo realizado pelas organizações locais que competem pelo poder, cuja força deriva dos costumes, da cultura política e fidelidade do eleitorado maltês. Assim, o fenômeno de grupos de mídia partidários malteses será estudado neste subcapítulo

sob uma ótica neoinstitucionalista aplicando o conceito de *path dependence*.

Em Malta há partidos políticos com tamanha força social e institucional que causaram o surgimento dos grupos de mídia próprios de cada um dos maiores partidos do país (SAMMUT, 2007). Aplicando uma visão neoinstitucionalista histórica, os maiores partidos malteses podem ser tratados como “instituições” devido à força que possuem sobre as instituições políticas formais do país, bem como devido à importância sociopolítica desses partidos como parte do “costume” político maltês, fruto de uma construção baseado em demandas sociais e políticas daquele povo.

Assim, os grupos de mídia partidários são parte de uma instituição que auxilia a estruturar a política, deixando marcas nos resultados políticos, pois podem estar sendo levados em conta quando os atores partidários modelam as estratégias, definem os objetivos e determinam as situações de cooperação e conflito.

5.1.1 As condições prévias e contexto da conjuntura crítica

Este subcapítulo propõe analisar os principais fatos que marcaram como condições prévias à conjuntura crítica, considerando que a aplicação da metodologia de *path dependence* depende crucialmente dos primeiros estágios do processo em questão. O caso de Malta precisa ser compreendido desde antes do momento em que os primeiros grupos de mídia partidários foram estabelecidos.

Como exposto no subcapítulo 4.1 deste estudo, o primeiro grupo de mídia audiovisual estabelecido em Malta foi o grupo privado de origem britânica *Rediffusion*, que iniciou suas atividades em Malta por uma concessão emitida pelo então governo colonial britânico, o que remete ao período anterior ao da independência (1964).

O grupo *Rediffusion* foi nacionalizado em 1975 pelo governo do primeiro-ministro Dom Mintoff (Partido Trabalhista). Ele mudou de nome, adotando a nomenclatura de *Xandir Malta*. Como não existiam outros canais de rádio ou de televisão em Malta naquela época, havia uma situação de monopólio estatal de transmissão de audiovisual. Este período é o ponto de partida da análise.

O cenário de monopólio estatal de canais de rádio e televisão entre 1975 e 1991, levou a um quadro em que havia alegações de manipulação da opinião popular. Eram frequentes as acusações de que a *Xandir Malta* possuía fortes

tendências ao partido que governava Malta naquela época, o Partido Trabalhista, que ficou no poder de 1971 a 1987. Essas acusações levaram a uma contrarreação e interferência política nos meios de comunicação estatais malteses durante a década de 1980 (DINGLI; VASSALLO, 2014, p. 12), em meio a controvérsias e pressões para uma abertura ao pluralismo.

Como exposto no subcapítulo 4.1, a abertura ao pluralismo viria em 1991, quatro anos após o retorno ao poder do Partido Nacionalista, em que as acusações de tendenciosismo na condução da *Xandir Malta* persistiam. Dessa vez, havia acusações de cobertura jornalística favorável aos nacionalistas no canal estatal.

No *path dependence*, o ambiente existente no princípio exerce forte influência nas escolhas realizadas. Não se pode perder de vista que o caso do sistema de mídia maltês é também produto de um contexto específico. Neste contexto, é importante considerar que havia uma estrutura – ambiente – com cultura política de forte polarização e lealdade dos cidadãos aos dois maiores partidos políticos do país, característica existente desde antes do período da conjuntura crítica aqui estudada – e que permanece até os dias atuais.

Também é importante considerar que naquele período os agentes políticos – os dois principais partidos políticos de Malta – se modernizavam (PIROTTA, 1997, p. 95-112) em meio a controvérsias sobre o mau uso da estação pública de rádio e televisão, *Xandir Malta*, pelo partido que estivesse no governo – o Partido Trabalhista até 1987 e o Partido Nacionalista após 1987.

Estas controvérsias faziam parte da estrutura – o ambiente de então – e foi em parte gerada por ações dos atores políticos – as tentativas de manipular a mídia estatal. Por outra parte, este ambiente de controvérsias também sofreu influências externas, em que diversos países europeus, em um contexto de final da Guerra Fria, abriam-se para a lógica de livre mercado na mídia audiovisual e aumentavam as pressões para a diminuição da vulnerabilidade à influência político-partidária em uma mídia estatal nestes países. Em Malta não seria diferente.

Os interesses e as estratégias que ambos os partidos cultivavam nesta época, em um ambiente de acirradas tensões políticas, convergiam com o desejo de atenuar essas tensões. Arrefecer as controvérsias sobre o mau uso da mídia pública atenderia aos propósitos de modernização da imagem de ambas as organizações partidárias.

Isso levou ambos os lados a debater a reforma do sistema de mídia

audiovisual do país nos anos imediatamente anteriores a 1991, trabalhando a proposta de abertura da mídia audiovisual de Malta a um pluralismo que oferecesse concessões de canais de rádio e televisão para entes não-estatais.

5.1.2 As trajetórias alternativas que foram preteridas

Para trabalhar com o conceito de dependência de trajetória é preciso analisar sobre o que poderia ter acontecido se a trajetória selecionada fosse outra. Mahoney (2000) pontua que durante o período anterior à conjuntura crítica, diferentes opções estavam disponíveis para seleção e potenciais processos afetaram a escolha feita na conjuntura crítica (MAHONEY, 2000, p. 537).

As fronteiras das hipóteses possíveis, plausíveis e viáveis, estão delimitadas pelas fronteiras das condições prévias. Em Malta havia apenas um grupo de mídia audiovisual estatal antes de 1991. Se a trajetória selecionada fosse diversa, não ocorrendo em 1991 a outorga de concessões de canais de rádio e televisão para os partidos, mas somente para grupos privados e para a Igreja, não haveria o fenômeno de uma mídia audiovisual diretamente vinculada a partidos políticos.

Porém, como os dois maiores partidos políticos malteses possuem uma força socialmente institucionalizada, a exclusão dos partidos políticos no ato de outorga das concessões não seria suficiente para deter a existência de influência desses mesmos partidos sobre os demais grupos de mídia, como visto no caso dos jornais privados e da mídia estatal (SAMMUT, 2007), exposto nos subcapítulos 4.2.1 e 4.2.2.

A influência dos dois maiores partidos sobre os jornais privados e os canais audiovisuais estatais é prévia à existência da mídia partidária e, portanto, é plausível que essa influência partidária sobre grupos de mídia não-partidários existisse em um outro cenário.

Caso os canais de rádio e televisão dos partidos Trabalhista e Nacionalista não existissem, sua força socialmente institucionalizada não seria seriamente comprometida, pois os veículos de comunicação partidários não foram fruto de uma demanda popular – de baixo para cima –, e sim consequência de arranjos realizados nas altas-rodas de poder de ambas as organizações partidárias.

Sem grupos de mídia partidários, o seu eleitorado cativo lá permaneceria, mas é incerto especular com que grau de força e intensidade. Este estudo não visa

medir o grau de mobilização do eleitorado em um hipotético cenário sem os grupos de mídia partidários nos últimos 28 anos.

O comportamento da audiência, exposto no subcapítulo 4.5 deste estudo, baseado em entrevistas realizadas por Sammut (2007) demonstra que há um senso crítico da audiência maltesa, e uma certa desconfiança dela em relação ao viés no noticiário dos veículos de comunicação partidários. Se mesmo com uma audiência crítica e desconfiada da mídia partidária os votos dessa audiência fluem para os mesmos dois maiores partidos políticos do país, é prudente e viável imaginar que sem a mídia partidária os votos fluiriam para as mesmas duas organizações.

Como parte do ambiente da conjuntura crítica, é preciso considerar o contexto global do início da década de 1990, com forte tendência à aplicação de políticas neoliberais e privatizantes. Esta conjuntura de comercialismo na mídia favorecia os entes privados no setor e impunha uma tendência que parecia mortal para as mídias partidárias (SAMMUT, 2009, p. 84).

Considerando esse contexto da época, uma trajetória de abertura ao pluralismo em Malta que não contemplasse a iniciativa privada rumaria na contramão mundial. Por essa razão, trajetórias alternativas em que a outorga de novas concessões culminasse essencialmente em mãos da Igreja Católica não seria visto como dentro dos padrões neoliberais da época. Por isso, essa possibilidade de trajetória muito provavelmente não ocorreria, considerando o ambiente favorável à iniciativa privada no período, e a gradual perda de influência da Igreja Católica em Malta nas décadas anteriores. Portanto, as trajetórias alternativas mais plausíveis nesta análise devem ser aquelas centradas na outorga de canais de mídia para a iniciativa privada maltesa.

Dentre as alternativas apresentadas para a abertura ao pluralismo na mídia maltesa que contemplava prioritariamente grupos privados de comunicação, imaginar uma trajetória em que ocorresse a outorga de canais de rádio e televisão para *The Strickland Foundation*, é viável e muito plausível. Proprietária do jornal privado anglófono *The Times of Malta*, que existe no país desde a primeira metade do século XX, *The Strickland Foundation* não foi de fato contemplada pela *Broadcasting Authority* com concessão de canal de rádio ou televisão, apesar de possuir a redação jornalística privada mais bem-estruturada do país na altura de 1991.

No caso de optar por um modelo de mídia essencialmente privado,

coexistindo com alguns canais estatais e religiosos, esse modelo se assemelharia a vários existentes no mundo, em que o viés da cobertura jornalística de um grupo privado de comunicação reflete os interesses políticos desse tipo de grupo. No caso hipotético aqui apresentado, como uma trajetória alternativa que não se realizou, se houvesse forte presença do grupo *The Strickland Foundation*, considerando seu histórico de conflitos contra o Partido Trabalhista, como exposto no subcapítulo 4.2.1, é de supor que haveria em Malta um desequilíbrio na cobertura jornalística – fenômeno comum a muitos outros países –, existindo um caso de forte tendenciosismo ao Partido Nacionalista, considerando o quase imutável quadro bipartidário maltês.

Esse hipotético cenário muito provavelmente teria um efeito de longa duração, considerando o maior fator exógeno que acabou por favorecer eleitoralmente o Partido Nacionalista nas duas décadas seguintes a 1991: o ingresso na União Europeia, inovação que teve no Partido Nacionalista a força que mais trabalhou para concretizá-la. No caso de um cenário midiático amplamente favorável ao Partido Nacionalista e ao ingresso na União Europeia, as vozes discordantes estariam condenadas a um espaço minúsculo, o que favoreceria o processo de recorrência da trajetória, auxiliando a sustentar esse hipotético modelo privado de mídia ao longo das décadas.

Além da *The Strickland Foundation*, proprietária do jornal *The Times of Malta*, é também plausível imaginar uma alternativa de trajetória em que a outorga de canais de rádio e televisão fosse concedida exclusivamente para novos proprietários privados, sem experiência prévia no jornalismo. Proprietários de mídia sem experiência prévia no jornalismo existem em diversos países e essa opção de trajetória possuiria um obstáculo em sua fase inicial: a capacidade financeira e estrutural desses hipotéticos novos grupos privados.

Considerando que na altura de 1991 em Malta havia poucas empresas privadas de porte significativo, e capazes de suportar os pesados investimentos iniciais no estabelecimento das custosas operações de televisão e rádio, isso se tornou um potencial processo que afetou a escolha realizada na conjuntura crítica, segundo o padrão de Mahoney (2000, p. 537). Esse potencial de trajetória, por suas desvantagens na altura da conjuntura crítica, influenciou na escolha de outra trajetória.

Em termos comparativos entre hipotéticas trajetórias, é mais plausível

imaginar um cenário em que a *The Strickland Foundation* obtivesse a outorga de canais de televisão e rádio para si, através da *Broadcasting Authority*, do que para grupos empresariais privados sem prévia experiência em algum tipo de mídia.

Em Malta, após 1991, floresceram produtoras de audiovisual que fornecem conteúdo para a estatal *PBS*. A partir de 2005, com a reestruturação da estatal *PBS*, a indústria de produtoras independentes de conteúdo audiovisual passou por uma fase de maior crescimento (DINGLI; VASSALLO, 2014, p. 14) e é incerto especular se as mesmas produtoras estariam em posição de obter a concessão de canais de rádio e televisão na altura de 1991, considerando as suas estruturas e experiência em estágio ainda embrionário.

A reforma na estrutura administrativa da estatal *PBS*, como exposto no capítulo 4.2.1, também ocorreu em reação às acusações de proselitismo político favorável ao partido no governo, a mesma motivação que levou à abertura ao pluralismo.

A *PBS* reformulada, adquirindo conteúdo televisivo através de produtoras privadas independentes – após processo de licitação pública – permitiu a prosperidade de diversas produtoras independentes no país. Após certo tempo, elas passariam a reunir condições financeiras, estruturais e de experiência que as permitisse manejar um hipotético canal de rádio ou de televisão próprios.

5.2 A trajetória escolhida

A partir deste subcapítulo, o foco da análise estará sobre a trajetória escolhida, aquela que contemplou a opção pelo nascimento de canais de televisão e rádio que pertencessem diretamente às principais organizações partidárias que competem pelo poder do país.

O *process tracing* neste fenômeno aponta que as causas se relacionam com a necessidade de abertura ao pluralismo na mídia e com o desejo de manutenção do poder por parte das maiores organizações partidárias do país. A junção de ambos confluiu para a realização da trajetória escolhida.

Fatos como o estabelecimento de uma mídia estatal em 1975, o clima político tenso e pesadamente radicalizado dos anos 1980, a troca de governo em 1987 e o final da Guerra Fria formam uma sequência temporal de causas para a formação das condições ambientais que culminaram em uma conjuntura crítica no início dos

anos 1990.

Na conjuntura crítica de 1991, foi concretizada a opção de conceder um canal de rádio e um canal de televisão para cada um dos dois maiores partidos políticos do país, quando a abertura ao pluralismo finalmente foi concretizada através do *Broadcasting Act*.

Essa opção foi escolhida por ser considerada uma ideia que contemplava ambas as partes. O órgão governamental que regula as transmissões de audiovisual, a *Broadcasting Authority*, emitiu duas das primeiras concessões de rádios e televisões aos dois maiores partidos do país, após um acordo político realizado pelas altas-rodas de ambas as organizações partidárias, as únicas com representação no Parlamento naquela época. Apesar de um partido antagonizar permanentemente com o outro, esse foi um dos acordos para que pudessem canalizar as disputas políticas, considerando as características do ambiente.

Aos que preferiam que Malta tivesse optado por um modelo pluralístico de mídia audiovisual como o de outros países europeus – em que um grande canal estatal coexiste com outros de propriedade privada – tiveram que se habituar com o cenário de partidarismo em dois dos três maiores canais televisivos do país, e em duas das seis maiores estações de rádio.

A trajetória que, de fato, foi escolhida em 1991, além de duradoura – por existir até os dias atuais – produziu como um dos resultados previsíveis um sistema de mídia que inclui um espaço garantido e formalmente institucionalizado para os dois maiores partidos do país tentarem influenciar a opinião pública, provendo parte do serviço de jornalismo e informações. Para esses partidos, a vantagem se encontra em evitar a vulnerabilidade decorrente de uma cobertura jornalística quase que exclusivamente realizada por grupos de mídia privados, que ora podem estar com objetivos políticos distintos dos destes partidos.

No contexto de Malta, a lógica que a imparcialidade do noticiário seria garantida através do viés político assumido pelas estações de rádio e televisão pertencentes aos partidos políticos malteses pode criar a ilusão inicial de uma forma de “balanço” (DINGLI; VASSALLO, 2014, p. 19) entre esses partidos proprietários de mídias. Na dependência de trajetória, a escolha por esse “equilíbrio de forças” entre partidos na mídia foi uma escolha realizada no início do processo de abertura ao pluralismo, influenciado pelo contexto turbulento da década de 1980, com acusações frequentes de manipulação da mídia estatal pelo partido que governava o país

naquela ocasião (SAMMUT, 2007, p. 51).

Os resultados e a trajetória desenvolvida foram influenciados pelas opções realizadas no período formativo do processo. Isso se reflete no quadro geral do jornalismo praticado pela mídia em Malta, sendo predominantemente advocatício (SAMMUT, 2007), em que ambos os grupos de mídia pertencentes aos partidos políticos são assumidamente defensores das posições de cada um de seus proprietários. Há viés no noticiário e na cobertura sobre política de cada um dos canais de rádio e televisão partidários e esse estilo – previsível em um contexto de relação direta de propriedade entre agremiações partidárias e grupos de mídia jornalísticos – é resultado da opção realizada no período formativo do processo, em 1991.

5.2.1 As razões pelo qual alguns importantes resultados da trajetória escolhida eram dependentes

Como o nome diz, a “dependência de trajetória” pressupõe que uma trajetória escolhida se mantém devido à dependência dela própria, mesmo quando a conjuntura e as condições do ambiente se alteram com o tempo. A dependência da trajetória da mídia partidária maltesa será testada neste subcapítulo através das suas características de imprevisibilidade, inflexibilidade, não ergodicidade e ineficiência potencial da trajetória, que ajudam a determinar se uma trajetória escolhida assim é dependente.

A imprevisibilidade é um dos fatores que define se há dependência de trajetória. Tanto em Pierson (2000) como em Mahoney (2000), fatores que se realizaram e poderiam ser previstos quando da conjuntura críticos indicam que a escolha não é dependente de trajetória. Se as condições naquela época podiam prever ou explicar o resultado da conjuntura crítica, a dada sequência não deve ser considerada como dependente de trajetória. Esse ponto de Mahoney (2000) converge com a primeira característica de *path dependence* de Pierson (2000), a da imprevisibilidade. Portanto, para a melhor análise neste estudo, com a aplicação da ferramenta de *path dependence*, é imprescindível apontar os resultados que não poderiam ser previstos quando da conjuntura crítica.

A imprevisibilidade, aplicada ao caso da mídia partidária de Malta, indica que quando da escolha do modelo pluralista para a mídia audiovisual maltesa, celebrada

em 1991, não era possível prever quais seriam todos os resultados devido às escolhas iniciais. Porém, alguns dos principais resultados dessa opção inicial eram previsíveis.

Podia-se supor em 1991 que conceder canais de rádio e televisão para os dois partidos mais fortes do país ofereceria uma contribuição para cristalizar a posição dominante dessas duas agremiações na arena político-eleitoral, em detrimento de outros ou de novos partidos, que não teriam o mesmo privilégio. Igualmente previsível seria o uso desses meios de comunicação para fins político-partidários – e realmente essa era uma pretensão ao conceder canais de rádio e televisão para partidos.

Mas há alguns resultados que não necessariamente eram facilmente previsíveis em 1991. O sonho que inspirou o pluralismo nas transmissões de rádio e televisão em Malta visualizava o empoderamento de atores sociais através de maior acesso à informação, de uma mais ampla variedade de meios de comunicação e uma maior gama de fontes (SAMMUT, 2007, p. 226). Devido a esse objetivo que inspirou e também motivou a opção por essa trajetória, foi imprevisível um dos resultados da trajetória escolhida pelos agentes políticos em 1991: o dilema que as direções que cada grupo de mídia partidário enfrenta entre questões comerciais e agenda política, em que “[...] Isto frequentemente cria tensões entre a estrutura de mídia e a organização-mãe [...]” (SAMMUT, 2007, p. 55)⁶³.

Esse dilema foi exposto no subcapítulo 4.4.3, em que no interior dos grupos de mídia partidários há a complexa exigência de balancear uma cobertura jornalística entre a ênfase na difusão do ponto de vista do partido sobre cada acontecimento e o cumprimento com a missão de sustento comercial da custosa estrutura de mídia.

A primeira necessidade se refere ao objetivo de cumprir com a missão partidária, buscando influenciar a opinião pública; a segunda se refere à realização de uma cobertura com maior ênfase em questões que atraem a audiência e não têm relação com os propósitos internos de influência da opinião pública, sendo lograda com a diminuição do teor e intensidade da mensagem do partido-proprietário.

O grupo de mídia pertencente a um partido responde a interesses do proprietário. Mas, também, possui um custo de operação que precisa ser coberto e,

63 Tradução livre do original: “this often creates tensions between the media structure and the mother organization”.

para isso, além do financiamento advindo dos próprios partidos, esses meios de comunicação veiculam anúncios comerciais. Para atrair mais anunciantes, os canais de rádio e televisão pertencentes aos partidos precisam por vezes amenizar a agressividade política ou o viés na agenda que veiculam nestes meios.

Assim, há o dilema entre a “lógica do partido” e a “lógica da mídia comercial” em conflito nas decisões da direção desses meios de comunicação partidários, e não necessariamente essa característica, como resultado, seria facilmente previsível na altura das escolhas iniciais de 1991.

Naquela altura, poder-se-ia supor que os maiores partidos, como fortes instituições com dezenas de milhares de fiéis seguidores pelo país, reuniriam condições financeiras suficientes para manter a operação destes canais. Ou, mesmo que fosse necessário apelar para o lado comercial, que a diminuição do viés não fosse imperioso. A não ocorrência do resultado era uma possibilidade histórica realística, já que em 1991 era possível imaginar que esses grupos de mídia funcionariam somente a serviço da lógica da organização-mãe, sem se preocupar decisivamente com questões comerciais, daí derivando a dificuldade em prever com mais segurança que haveria o dilema na direção desses grupos de mídia entre a “lógica de mídia comercial” contra a “lógica de braço do partido”. Logo, há dependência de trajetória neste caso, seguindo as diretrizes de Pierson (2000) e Mahoney (2000).

Nos próximos parágrafos será feita uma análise do caso da mídia partidária de Malta sob o ângulo das quatro características que, segundo Pierson (2000, p. 253), demonstram a existência de uma dependência de trajetória: imprevisibilidade, inflexibilidade, não ergodicidade e ineficiência potencial da trajetória.

As características de imprevisibilidade foram analisadas sob as definições de Pierson (2000) e Mahoney (2000), que apontaram quanto aos constrangimentos que moldariam as estruturas de mídia partidárias, não sendo possível prever previamente o dilema entre mídia comercial e mídia com missão partidária.

Dentre as demais três características que Pierson (2000) aponta para a dependência de trajetória, a inflexibilidade significa a dificuldade em adotar trajetórias alternativas na medida em que o processo avança. O caso da mídia partidária de Malta aponta que adotar uma trajetória alternativa, em que o significado e o peso dos grupos de mídia partidários na arena política do país fosse menor, indica facilmente a existência da inflexibilidade.

A partir do momento em que as concessões aos partidos políticos foram emitidas, estes passaram a ter o direito de iniciar as operações de seus canais de rádio e televisão. De 1991 até 1998 ambos estruturaram suas redações e estúdios para colocar em plena operação os canais de rádio e televisão, operando-os conforme seus interesses políticos, e estes sendo relevantes em uma audiência que também é seu eleitorado.

Isto fixaria na arena política de Malta uma característica forte e de difícil reversão, já que ambos os partidos possuem um eleitorado numeroso e muito fiel em Malta. A medida que avançou o processo de consolidação desses grupos de mídia partidários, entre as décadas de 1990 e 2000, cogitar a adoção de alguma trajetória alternativa demandaria altíssimos custos políticos, que nenhuma das partes envolvidas se dispõe a conceder, causando a inflexibilidade, como também exposto no subcapítulo 5.2.4.

A não ergodicidade, terceira característica apontada por Pierson (2000), se traduz no efeito das escolhas feitas no início do processo e que se ampliam com o passar do tempo. Não apenas houve a consolidação do modelo de mídia audiovisual contendo grupos de mídia partidários, como estes grupos expandiram seus recursos para atrair a audiência, como a produção de programas de auditório, telenovelas nos canais de televisão, e programas musicais nas estações de rádio.

Os grupos de mídia partidários também estenderam o trabalho de suas redações para a produção de conteúdo e noticiário para portais na internet. O passar do tempo verificou a ampliação das operações desses grupos de mídia partidários, estabelecidos no início do processo, cuja influência sobre a audiência se consolidou. Esta característica contribui para o autorreforço, também exposto nos subcapítulos 5.2.3 e 5.2.4.

A quarta e última característica apontada na *path dependence* (PIERSON, 2000) remete à ineficiência potencial da trajetória. Esta significa que os resultados no longo prazo podem não ser os mais eficazes possíveis. É difícil assegurar que os dois maiores partidos políticos de um país obteriam os resultados políticos e eleitorais esperados também, em parte, devido ao fato de possuírem grupos de mídia próprios. O que se sabe, passados 27 anos da escolha inicial, e decorrida uma trajetória desde então, é que ambos os partidos, que já estavam desde meados da década de 1960 sendo os dois únicos que elegiam representantes para o Parlamento de Malta, mantiveram esse duopólio na eleição de parlamentares no

país também nos 25 anos seguintes à abertura ao pluralismo na mídia maltesa.

Se os grupos de mídia foram essenciais nos resultados mais eficazes possíveis, não é possível afirmar. Porém, também não é correto dizer que essa opção inicial tenha sido prejudicial às agremiações políticas – em que pese o alto custo de operação dos canais de televisão como um ponto negativo –, mas os grupos de mídia podem ter tido um papel importante nos eficazes resultados obtidos por esses dois partidos, que mantiveram sua alternância no poder tal como nas décadas anteriores.

Os resultados de longo prazo não foram os mais eficazes possíveis do ponto de vista financeiro. Como exposto no subcapítulo 4.4.3, criou-se um dilema no interior das estruturas de mídia partidárias, um constante choque de interesses entre a liderança partidária e a direção jornalística dos veículos de comunicação partidária. Os primeiros desejam que o grupo de mídia partidário priorize a missão política, difundindo a mensagem do partido para fins de influência sobre a opinião pública, mantendo o aspecto comercial em segundo plano. Os segundos desejam que se priorize o lado comercial, de captação de recursos financeiros para a manutenção da custosa estrutura de mídia, mesmo que o conteúdo político-partidário fique em segundo plano e, até mesmo, seja diminuído com o objetivo de obter maior credibilidade junto a potenciais anunciantes.

Esse dilema, imprevisível na altura de 1991, também demonstra a ineficácia do resultado de longo prazo, em que o fardo financeiro por vezes recai sobre os partidos proprietários, que ora são forçados a aceitar uma diminuição de tom político na cobertura jornalística de seus próprios veículos de comunicação, ora aceitar arcar com alguns prejuízos financeiros.

Como observado na análise acima, o caso de Malta ilustra uma situação compatível com a dependência de trajetória proposta por Pierson (2000), já que quanto mais tempo um processo político permanece em uma mesma trajetória, aumentam as chances de que essa trajetória se repita e se amplie (BERNARDI, 2012).

5.2.2 O processo de mudança institucional: um caso de “conversão” nos maiores partidos políticos malteses

Toda mudança institucional ocorre devido a demandas emanadas do

ambiente ou dos interesses dos atores políticos, respectivamente, estrutura e agentes. Apesar da dicotomia, agente e estrutura não são excludentes entre si na abordagem sobre a mudança institucional em uma dependência de trajetória, o que induz a analisar as fontes externas e internas em um certo contexto institucional histórico.

Portanto, para a melhor aplicação da metodologia de *path dependence*, é primordial considerar a estrutura e os agentes políticos daquele período, sendo necessário estar atento às diferentes nuances entre estruturas e agentes, captando ambas as dimensões de forma simultânea. Essa interseção entre agentes e estrutura se deve à possibilidade que um se molde em função do outro, ou seja, as decisões dos agentes políticos podem ser tomadas devido às condições contextuais do ambiente, ao mesmo tempo em que as características temporais da estrutura se moldam devido às decisões tomadas pelos agentes políticos envolvidos. Uma abordagem equilibrada e balanceada em função da interação entre agentes e estrutura é necessário para analisar uma mudança institucional (LIMA; MÖRSCHBÄCHER, 2016, p. 113).

No caso da mídia partidária de Malta, como um produto de uma mudança institucional, podem-se destacar dois fatores exógenos, que são contextuais e ambientais. O primeiro é a necessidade de abertura ao pluralismo na mídia audiovisual, em um momento em que grande parte da Europa realizava simultaneamente o mesmo processo, no início dos anos 1990, sendo parte de um contexto ambiental para a conjuntura crítica maltesa de 1991. Estruturalmente, haveria abertura ao pluralismo de qualquer forma. O segundo é que, paralelamente, já naquela época, as estruturas institucionais dos dois maiores partidos permitiam a eles possuir os recursos para a instalação e operação de grupos de mídia, em um local em que haviam poucas outras instituições formais com o mesmo potencial e poderio financeiro.

Assim sendo, torna-se mais relevante como elemento explicativo da opção por esse fenômeno a questão da escolha dos agentes políticos – as altas rodas partidárias maltesas que optaram por incluir em seu sistema de mídia alguns veículos de comunicação de propriedade dos partidos políticos.

As causas endógenas nesse fenômeno podem ser apontadas como a ação dos agentes humanos, sujeitos a conflitos de poder e interesses, que, no caso da mídia partidária maltesa, se referem às manobras realizadas pelas lideranças

partidárias e membros parlamentares dos dois maiores partidos junto à *Broadcasting Authority*. Articulações políticas que, no contexto de abertura ao pluralismo em 1991, permitiram outorgas de algumas das primeiras concessões de canais de rádio e televisão exatamente para esses partidos.

Não somente os dois maiores partidos malteses foram beneficiados pela outorga de mídia audiovisual, mas também o então terceiro maior partido, sem representação parlamentar, a *Alternattiva Demokratika* (Alternativa Democrática, em maltês), que iniciou a publicação de um jornal chamado *Alternattiva*, e recebeu a concessão de uma estação de rádio após a abertura ao pluralismo midiático de 1991, a *Capital Radio*, sem lograr a mesma importância e audiência dos canais de comunicação dos dois maiores partidos.

Isso significou que com o surgimento de um novo partido, a propriedade de veículos de comunicação não foi exclusividade dos dois maiores partidos, mas que os então existentes alcançaram o benefício da obtenção de canais audiovisuais.

Nesse processo de reconfiguração institucional dos grupos de comunicação de Malta, a formação dos grupos de mídia partidários não foi uma demanda forte e diretamente reivindicada de maneira ativa pela sociedade. Foi um arranjo derivado da dinâmica entre os atores políticos que produzem e implementam as regras – os membros dos dois maiores partidos do país, com destaque aos parlamentares de então. Portanto, é imprescindível considerar os fatores endógenos dessa mudança institucional como decisivos para a escolha e a trajetória que foi desenvolvida.

Os fatores endógenos aqui apontados, o acordo dos agentes políticos para a concessão de canais a ambos os partidos, inserem-se dentro da lógica de *path dependence*, podendo ser visto dentro daquilo que Pierson (2000) considera como ação estratégica para a manutenção ou a obtenção de poder.

As ações e estratégias de cada partido, na função de agente político, para a manutenção, obtenção ou ampliação do poder influenciou em várias das escolhas nos estágios iniciais do processo de abertura do país ao pluralismo na transmissão de audiovisual. O Partido Nacionalista estava no poder em 1991 e possuir um canal dentro do espectro de audiovisual do país o ajudaria a amplificar suas plataformas, visando manter-se no poder. Ao Partido Trabalhista, que estava na oposição em 1991, interessava operar um canal de rádio e outro de televisão para ocupar um espaço na arena jornalística do país, amplificando sua voz e difundindo sua plataforma com vistas a obter o poder.

Essa ação estratégica faz parte do cálculo político de ambas as agremiações partidárias e influenciou na escolha realizada no estágio inicial do processo de mudança institucional, culminando na concessão de canais de rádio e televisão para ambos, fazendo-os funcionar como porta-vozes dos interesses de seus respectivos proprietários (BULMER, 2014, p. 242).

Como instituições de forte capilaridade social, os dois maiores partidos malteses atravessaram um processo de conversão em sua mudança institucional, cujos fins se transformaram parcialmente ao incorporar em sua estrutura formal grupos de comunicação, cuja função é prover um serviço de informação e conhecimento vinculado com a mensagem do partido, objetivando a manutenção da cultura política de seu eleitorado.

Permanece o objetivo maior, o de vencer eleições, eleger representantes e participar do poder, mas a ele foi agregado outro objetivo: o de participar ativamente e diretamente do jogo da influência da opinião pública, ao prover conteúdo midiático para a mesma. A mudança institucional não precisou ser total.

A mudança institucional no cenário de grupos de comunicação em Malta foi de “conversão” (STREECK; THELEN, 2005, p. 26-29), em que as instituições já existentes – os fortes e socialmente enraizados partidos (CINI, 2002; BALDACCHINO, 2002) – foram redirecionados a novas funções, objetivos e propósitos: no caso maltês, paralelamente prover serviços de comunicação em massa para fins de informação e difusão de mensagem partidária. Tal redirecionamento veio como o resultado de uma mudança ambiental – a necessidade de abertura ao pluralismo em 1991 para minar as críticas de que o noticiário local era gerado somente a partir de uma única fonte estatal –, na qual as lideranças partidárias empregaram os recursos institucionais existentes para esse novo objetivo, enquadrando-se dentro dos interesses dos atores políticos de então. Assim, no que tange aos partidos malteses, analisado seu processo de mudança institucional, segundo o conceito de Streeck e Thelen (2005, p. 26-29), enquadra-se em um caso de conversão.

5.2.3 A retroalimentação da trajetória: versão forte no funcionamento do autorreforço em instituições inicialmente legitimadas

Os próximos dois subcapítulos visam analisar os aspectos da reprodução

institucional que envolve a opção pela trajetória de estabelecer grupos de mídia como parte das instituições partidárias em Malta, incluídos em um sistema de mídia que sofre fortes influências dos partidos do país.

A reprodução institucional se refere a características adquiridas no estágio inicial do processo – no caso de Malta, a abertura ao pluralismo na mídia audiovisual – que continuaram influenciando a adoção de comportamentos em que o passado se manteve afetando o presente, deixando uma marca mesmo quando as características do ambiente apresentam algumas mudanças ao passar do tempo. Este tipo de processo se refere ao chamado retorno crescente ou autorreforço.

Dentro do *path dependence*, os mecanismos de reprodução das instituições para Mahoney (2000) apresentam uma explicação sobre a legitimidade e outra sobre a função. Segundo Mahoney (2000, p. 524), a legitimidade aponta que a instituição inicialmente favorecida obtém um padrão de legitimidade, sendo vista como legítima e, por esta razão, é reproduzida por outras instituições, reforçando a legitimidade da instituição inicialmente favorecida. Ainda em Mahoney (2000, p. 519), o funcionalismo se trata do processo de autorreforço, que pode possuir características de uma versão forte ou uma versão fraca.

Na versão fraca, o funcionalismo explica a reprodução de uma instituição simplesmente pelas consequências, possíveis de ser explicado através de várias teorias. Na versão forte, a reprodução institucional explica-se por suas consequências funcionais para um grande sistema dentro do qual as instituições estão estabelecidas. Um destes processos – integração, adaptação ou sobrevivência – será a consequência funcional em versão forte.

Inicialmente, os maiores partidos políticos de Malta estavam em posição vantajosa para obter influência sobre a escolha a ser realizada naquela conjuntura crítica. O caminho escolhido reforçou a legitimidade desses mesmos partidos na escolha da trajetória que melhor atendesse a seus interesses e estratégias políticas. As instituições inicialmente favorecidas lograram obter legitimidade para proceder com a opção pela trajetória escolhida, e desfrutar da retroalimentação dessa trajetória.

O caso da mídia partidária de Malta se enquadra dentro da versão forte de autorreforço, devido ao processo de integração da instituição em um sistema. Antes da conjuntura crítica, o sistema de mídia estava inserido em um contexto de forte influência do sistema partidário do país, devido ao monopólio estatal da mídia

audiovisual, em que o partido que estivesse no governo possuiria condições favoráveis de manipular estes canais estatais de rádio e televisão, bem como a tendência nacionalista do então único jornal privado do país.

Em um bipartidarismo puro (PANEBIANCO, 2005; SARTORI, 1996) como o de Malta (PESSOA, 2015), com forte influência dos dois maiores partidos políticos sobre diversos aspectos desta sociedade (CINI, 2002; HOWE, 1987; SAMMUT, 2007), incluindo um sistema de mídia que até então possuía poucos veículos de comunicação – e estes estavam em situação essencialmente vulnerável à influência vinda do sistema partidário do país, como exposto pelos subcapítulos 4.2.1 e 4.2.2 – a consequência funcional foi a integração da instituição alterada – no caso, os partidos que ampliaram sua estrutura de organização ao incluir grupos de mídia próprios, coexistindo com outros veículos, sejam privados, sejam estatais, em um sistema de mídia que já sofria fortes e relevantes influências partidárias.

5.2.4 O autorreforço mantido através dos altos custos políticos para a alteração de trajetória

No *path dependence*, ainda que sua influência não seja diretamente notada, as escolhas feitas nos estágios iniciais de um processo consolidam um caminho e, deixam uma marca, mesmo quando as características do ambiente apresentam mudanças ao passar do tempo, aumentando os custos para que essa rota seja posteriormente alterada.

No caso em análise essa marca contribui para a consolidação desse modelo, que oferece um espaço na arena midiática do país aos dois maiores partidos, sendo consequência da opção realizada quando da abertura ao pluralismo em 1991 – o momento formativo do processo – e cuja alteração ou reversão desse modelo demandará altos custos, inclusive políticos.

Demandar a reversão dessa trajetória implica custos políticos, por mais que esse modelo seja considerado impróprio por alguns. Em 2005 a jornalista italiana Lilli Gruber, uma ex-parlamentar europeia da coalizão *L'Ulivo*, questionou o pluralismo maltês na mídia audiovisual em uma comissão do Parlamento Europeu (DINGLI; VASSALLO, 2014, p. 15). Ela considerava o modelo como “anômalo” e solicitou ao executivo da Comissão Europeia para que Malta – como um membro recém-agregado ao bloco europeu – se adaptasse aos padrões europeus de pluralismo de

mídia audiovisual, concedendo a oportunidade para que outros partidos, minorias e a sociedade civil pudessem “expor suas opiniões em toda a mídia televisiva” do país (SAMMUT, 2007, p. 229).

De fato, nem mesmo pressões vindas do Parlamento Europeu foram fortes o bastante para gerar uma conjuntura crítica com condições propícias para a escolha de uma nova trajetória neste caso maltês.

O curso tomado consolidou esse modelo nos últimos 28 anos, cuja trajetória cristalizou e naturalizou a existência de relevantes canais de televisão e rádio pertencentes aos maiores partidos do país. Mantendo-se essa escolha, uma marca foi deixada e mesmo quando as características do ambiente político em Malta sofreram algumas alterações ao passar do tempo, essa marca permaneceu.

Para alterar esse caminho, os custos se tornam elevados na medida em que o autorreforço alimenta essa trajetória. As forças políticas que desejam ou vierem a desejar – mesmo que não o expressem – um modelo de mídia em Malta que não mais contempla partidos com a propriedade de relevantes canais de televisão e rádio, a reversão dessa trajetória escolhida em 1991 se torna difícil e complexa, repleta de obstáculos. A começar pela forte fidelidade social aos dois maiores partidos do país – como exposto no subcapítulo 3.3 –, organizações que não hesitariam em utilizar seu poderio para aumentar os custos de reversão dessa trajetória de mídia partidária, caso esteja ameaçada.

A fidelidade partidária da maior parte do eleitorado maltês é um fator determinante para que seja acionada a oposição institucional à reversão dessa trajetória, considerando a quase totalidade de parlamentares trabalhistas e nacionalistas ocupando cadeiras no Parlamento há mais de meio século, demonstrando o grau da força dos dois maiores partidos políticos.

No que diz respeito ao autorreforço desse modelo, embora o sistema de mídia maltês, altamente polarizado, pode estar retendo alguns ideais pluralistas, até o momento a audiência/eleitorado ainda não desafiou efetivamente esse *status* bipolar do sistema partidário do país, não sendo ainda uma “audiência empoderada” (SAMMUT, 2007, p. 224-5).

O tipo de ativismo alimentado pela mídia é o ativismo do seguidor, aprisionado na cultura polarizada, que cultiva a filiação da prevalente classe política. Em vez de representar um agente da mudança, o sistema de mídia de Malta está sendo empregado para promover os interesses e a continuidade das tradicionais

divisões bipartidárias (SAMMUT, 2007, p. 227).

Os formatos participativos existentes para a audiência são ferramentas políticas utilizadas pelos partidos para se dirigir a ela, e criar um senso de acordo com o ponto de vista do partido sobre os eventos e as questões mais importantes, reproduzindo uma dicotomia e visão de mundo partidária, reforçando a polarização já existente (SAMMUT, 2007, p. 145).

O caso de Malta demonstra que, por trás do propósito de pluralismo, os veículos de mídia partidários – e sua influência para outros veículos – estão reproduzindo velhos padrões de controle social e poder (SAMMUT, 2007, p. 73), retroalimentando o eleitorado de cada uma dessas agremiações, em uma característica de retorno crescente (PIERSON, 2000).

A memória dos acontecimentos derivados dos conflitos político-partidários, ocorridos nas décadas de 1970 e 1980, contribui em manter os grupos de comunicação partidários no sistema de mídia do país (DINGLI; VASSALLO, 2014, p. 15). Para desestimular manipulações partidárias na mídia estatal, e oferecer um espaço para cada um dos principais partidos na arena jornalística do país, os grupos de mídia partidários se mantêm e consolidam-se ao passar do tempo, tornando cada vez mais difícil a reversão desse curso.

Neste fenômeno ocorre um processo político de manutenção de atores políticos, que buscam preservar as condições estruturais que geraram a legitimidade que os mantêm relevantes. No macroprocesso político em questão, os maiores partidos no papel de atores políticos buscaram meios de exercer seus interesses sobre a escolha de uma trajetória, com o estabelecimento de grupos de mídia partidários no país.

5.3 O funcionamento da trajetória escolhida: contribuições para o debate em comunicação política

Como explicado pela teoria de *path dependence*, a prevalência da mídia partidária nas transmissões de rádio e televisão em Malta acabou por condicionar o caminho em que o sistema de mídia se desenvolveria, deixando pouco espaço para grupos de mídia essencialmente comerciais – principalmente privados – competirem para explorar um maior nicho do espectro audiovisual do país.

Nos próximos subcapítulos é tratado sobre os aspectos relacionados ao

funcionamento da trajetória escolhida, os grupos de mídia partidários em Malta, realizando um tratamento explicativo sobre o funcionamento do caso aqui estudado. Esse modelo tem o potencial de oferecer boas reflexões para o debate sobre comunicação política.

Características desse modelo, já apontadas na análise de *path dependence* nos subcapítulos anteriores, serão retomadas para um aprofundamento analítico sob marcos teóricos de comunicação política, que melhor enquadram esse tipo de fenômeno. Como visto nos subcapítulos anteriores, a escolha por essa trajetória se deu em circunstâncias políticas, mas também é importante destacar o aspecto econômico sobre as limitadas condições que há em um micro Estado para o desenvolvimento e manutenção de custosas estruturas de mídia audiovisual. O constante desafio de sustentar canais de televisão e rádio induz a trajetória escolhida a um constante dilema entre captação de anunciantes e difusão da mensagem política sem constrangimentos.

Para tanto, será importante debater sobre o potencial de influência da opinião pública que este tipo de fenômeno apresenta, suas implicações, e a opção por um jornalismo de tipo advocatício, que defende determinadas causas sem deixar de ter compromisso com a informação.

5.3.1 A lógica de balanço político na mídia de Malta aplicado por meio do jornalismo advocatício

A prevalência do jornalismo advocatício em Malta denota que a visão liberal e objetiva da mídia de massas claramente falhou neste país (SAMMUT, 2007, p. 226). Essa constatação pode ser explicada considerando que o caso das redações jornalísticas maltesas se enquadra bem na colocação de Weber (2004, p. 83) que jornalistas em geral são políticos profissionais, combinado com a cultura política muito polarizada no país, em um contexto onde há uma forte lealdade dos cidadãos malteses com os partidos políticos (CINI, 2002).

O estudo de Sammut (2007) recorre frequentemente sobre o tema da prevalência da polarização política e bipartidária que se sobrepõe ao processo de produção do conteúdo de mídia, sendo um importante trabalho para compreender o porquê de o jornalismo advocatício ter sido adotado em Malta.

No interior do fenômeno de grupos de mídia partidários, a opção pelo

jornalismo advocatício serve para fins de uso da mídia com objetivos de influência sobre as preferências e opiniões do público, além da defesa transparente de determinadas causas. A aplicação do jornalismo advocatício não serve essencialmente para fins propagandísticos, pois há um compromisso com a factualidade em sua cobertura, respeitando princípios jornalísticos. Mas esse tipo de jornalismo pressupõe que a objetividade é um padrão impossível de ser satisfeito, sendo preferível então assumir que todos os tipos de jornalismo possuem algum grau dentro dos parâmetros do jornalismo advocatício, independente se há intencionalidade ou não (FISHER, 2016).

Utilizando o caso da mídia partidária de Malta, baseado em Denton e Woodward (1998), o fato de grupos de mídia pertencerem diretamente aos partidos – que são organizações sempre interessadas em alcançar ou manter o poder – não torna automaticamente político todo o conteúdo por eles produzido, seja matérias jornalísticas, seja programas de rádio ou televisão. Esse teor político existe a partir do momento que a forma e conteúdo dessa produção jornalística tende a uma causa, implícita ou explicitamente veiculada.

Mesmo sendo intencional na aplicação de viés e teor partidário na cobertura, isso pode ser visto como parte da transparência que esse modelo imprime, advogando uma causa, um objetivo político, mas optando por contemplar pontos de vista transparentes, favorecendo a diversidade através da existência de uma variedade de meios de comunicação com distintos pontos de vista, pode melhor servir ao interesse público. No sistema de mídia maltês, em que coexistem grupos partidários, privados, estatais e religiosos, inclui meios de comunicação que disseminam pontos de vista pluralistas, e seus elementos antagonísticos frequentemente empoderam os interesses de diferentes grupos, que fiscalizam um ao outro (SAMMUT, 2007, p. 240).

No modelo de jornalismo advocatício, as notícias geralmente colocam a audiência não somente como consumidores, mas como um grupo coletivo de cidadãos e eleitores, que frequentemente são identificados por suas posições socioeconômicas ou afiliação partidária (SAMMUT, 2007, p. 112), apresentando a eles uma interpretação dos fatos que eles podem aceitar ou rejeitar. O viés político encontrado no noticiário da mídia em Malta não é algo incomum, reproduzindo-se em uma lógica que o viés político assumido pelas estações de rádio e televisão pertencentes aos partidos simplesmente cria uma forma de “balanço”. Ele é reflexo

da interpretação da *Broadcasting Authority* sobre o que seria um tipo ideal de “balanço” e “imparcialidade” (DINGLI; VASSALLO, 2014, p. 15, 19).

5.3.2 O jornalismo advocacício demonstrado através de editoriais dos jornais partidários malteses na semana das eleições europeias e municipais de Malta em maio de 2019

Analisando os temas abordados, e comparando os editoriais dos dois jornais partidários do país em uma semana de eleições municipais e europeias em Malta, o tema das eleições surge com grande frequência. As eleições para o Parlamento Europeu, realizadas em todos os Estados-membros da União Europeia no dia 25 de maio de 2019, canalizaram em grande parte o espaço de discussão dos jornais partidários malteses.

Os editoriais do dominical nacionalista *Il-Mument* de 19 de maio de 2019 e do diário nacionalista *In-Nazzjon* de 21 de maio de 2019 tratam das razões pela qual seus editores recomendam o voto no Partido Nacionalista, enquanto apontam em paralelo as questões mais problemáticas e controversas dos seus rivais trabalhistas (ATTARD, 2019, p. 11; CASSAR, 2019a, p. 9).

No editorial de 22 de maio de 2019, o diário nacionalista retoma as raízes da história do rival trabalhista, com destaque ao antigo primeiro-ministro Dom Mintoff, para comparar com a atual geração de trabalhistas. O editorial nacionalista sustenta que os rivais trabalhistas da atualidade perderam o contato com as bases sociais, tão imprescindíveis nos tempos de Mintoff (CASSAR, 2019b, p. 9).

Nas mesma datas, os editoriais do diário trabalhista *L-Orizzont* abordaram temas não relacionados com as eleições europeias e municipais daquela semana, como o assassinato de um imigrante mafinense por dois militares malteses e questões locais de habitação, respectivamente (VELLA, 2019a, p. 10; VELLA, 2019b, p. 9). No “dia do silêncio”, 24 de maio de 2019, a véspera, da eleição, o editorial trabalhista do *L-Orizzont* abordou a crise na Líbia (VELLA, 2019d, p. 10).

Considerando que o dia anterior a qualquer eleição em Malta é o “Dia do Silêncio”, em que não pode haver campanha eleitoral, o último dia oficial desta campanha no país foi em 23 de maio de 2019. Neste dia, o editorial do trabalhista *L-Orizzont* explicitamente pede votos a seu partido-proprietário (VELLA, 2019c, p. 10), mudando sua posição dos dias anteriores, em que não abordava assuntos eleitorais

nos editoriais. Na mesma data, o editorial do nacionalista *In-Nazzjon* abordou temas europeus que envolvem a campanha, como o grupo parlamentar que pode obter maioria no Parlamento Europeu após as eleições (CASSAR, 2019c, p. 11).

Após as eleições, o editorial do dominical trabalhista *It-Torċa* enfatizou os desafios que a União Europeia sofre em meio as mudanças geopolíticas do momento (VELLA, 2019e, p, 11), abordando indiretamente a campanha recém encerrada. O outro dominical trabalhista, o *Kullĥadd*, adota um tom mais panfletário em seu editorial, utilizando a primeira pessoa do plural para sustentar que “continuamos trabalhando” (BALZAN, 2019, p. 17), e passando mais diretamente a mensagem do partido.

O dominical nacionalista *Il-Mument* retomou o tom de campanha no primeiro editorial após as eleições, argumentando contrariamente aos rivais trabalhistas, e em paralelo, afirmando as qualidades do seu partido-proprietário, o Partido Nacionalista, e do líder deste, Adrian Delia.

Ao analisar os editoriais de uma semana eleitoral, percebe-se que aquele partido que está no governo, em posição mais confortável e segura de uma vitória eleitoral, pode fazer menor uso dos editoriais para sustentar o tom de campanha eleitoral. Por outro lado, o partido que está na oposição, e com perspectiva de derrota no número total de votos, precisou utilizar um tom mais direto, agressivo e enfático em seus editoriais, tentando elevar o ânimo de seus leitores e eleitores durante a campanha.

Constata-se que o jornalismo praticado por ambos os jornais possui características advocatícias, em que não se ignora o adversário, mas assume uma posição. A construção de uma imagem negativa do partido rival, através da exposição de um ponto de vista negativo sobre suas características, objetivos e plataforma, é visível nos editoriais dos jornais partidários malteses. Em uma semana de eleições, isso ficou mais nítido nos editoriais nacionalistas, cuja necessidade de um maior empenho na campanha se fazia necessário, devido à perspectiva de desvantagem eleitoral.

Essa perspectiva se confirmou com o resultado das eleições, divulgado na segunda-feira 27 de maio de 2019. O Partido Nacionalista obteve apenas 37,9 % dos votos em primeira escolha⁶⁴, enquanto o Partido Trabalhista venceu as eleições

64 Dentro do sistema de Voto Único Transferível (VUT), existente em Malta, cada eleitor classifica os cinco candidatos de sua preferência, de 1 a 5. Os votos em primeira escolha se referem somente aos candidatos que foram classificados em primeiro lugar por cada eleitor.

com 54,3 % dos votos em primeira escolha ([LIVE]..., 2019). Isso significou que, das seis cadeiras a qual Malta tem direito no Parlamento Europeu, o Partido Trabalhista obteve quatro, e o Partido Nacionalista conseguiu somente duas ([LIVE]..., 2019).

5.3.3 A mídia partidária como parte do debate público

Em essência, no que depende das características da sua mídia, o debate público maltês oferece a dinâmica descrita abaixo, baseado nas constatações de Sammut (2007). É preciso ter em mente que em Malta todo o debate, e as principais questões, são apresentadas na forma de dicotomia partidária. O noticiário serve como uma maneira em que a polarização política é reproduzida, portanto, não há uma imprensa partidária visando construir consensos (SAMMUT, 2007, p. 72).

Apesar das divisões bipolares, o sistema de mídia de Malta, em que coexistem grupos de mídia partidários com concorrentes estatais, privados ou clericais, tende a positivamente encorajar uma ação política e um debate mais amplo (SAMMUT, 2007, p. 239). Uma das qualidades positivas do sistema de mídia maltês, apontado por Sammut (2007, p. 246) é que os meios de comunicação abertamente realizam o escrutínio, decifrando as agendas ocultas do adversário, permitindo aos cidadãos olharem através de várias perspectivas, em uma combinação de meios comunicacionais que inclui grupos de diversos tipos de propriedades, ampliando a gama de debates.

Apesar do potencial de representação de diversos grupos políticos através de estruturas de mídia partidárias, os grupos de mídia públicos devem ser a estrutura nuclear que liga as várias visões de mundo existentes, ao mesmo tempo fiscalizando a estruturas de poder político e econômico, sendo este um improvável papel que a mídia comercial exerça (SAMMUT, 2007, p. 245).

Em suma, para o debate público através da mídia, é imprescindível que exista uma estrutura de mídia pública, para que o balanço das diferentes visões não seja feito por uma mídia privada essencialmente comercial, com todos os seus interesses econômicos e políticos.

Diferentemente dos sistemas de mídia voltados ao mercado, cujos grupos de mídia privados são menos transparentes e há menos espaço para desvendar os interesses contidos nas mensagens, há maior transparência nos grupos de mídia partidários, ao permitir uma maior probabilidade da audiência decifrar as agendas

político-partidárias (SAMMUT, 2007, p. 239) contidas no noticiário e conteúdo emitido por essas mídias, pois no caso dos veículos de comunicação partidários, os canais diretos de expressão das narrativas antagônicas está assumido e oficializado.

Este debate público de polos antagônicos pode ter uma função como parte da *accountability*, em que a sociabilização da audiência com a mídia é considerada um processo contínuo altamente condicionado pelos esforços dos partidos, em que os canais de mídia partidários podem agir como observadores da elite política do país, em que um “fiscaliza” minuciosamente o outro, e as agendas ocultas são desvendadas (SAMMUT, 2007, p. 211).

Apesar da aparente pluralidade de tipos de proprietários de mídia, que possa favorecer um debate político mais amplo e plural, uma importante questão surge ao indagar sobre quem participará mais ativamente desse debate. Considerando que há pouca abertura para praticar um jornalismo crítico fora dos limites das instituições tradicionais (SAMMUT, 2007, p. 106), os principais agentes do debate público maltês são intermediários entre o público e o Estado, como os dois maiores partidos, as centrais sindicais e a Igreja Católica (SAMMUT, 2009, p. 97). Devido a isso, o jornalismo maltês permanece em grande parte centrado em torno dos principais partidos políticos e as redações de todos os mais importantes grupos de mídia trabalham com maior foco sobre as notícias de cunho político (SAMMUT, 2007, p. 107). Isso se deve à bipolarização, que reduz a oportunidade para uma cobertura mais ampla dos eventos, permitindo pouco espaço para interpretações fora das principais correntes políticas no país (SAMMUT, 2007, p. 107), não havendo oportunidades para amplificar ideias marginalizadas, criando condições para que se mantenha a estrutura existente, que apoia os interesses dos movimentos populares mais tradicionais do país (SAMMUT, 2007, p. 7).

Consequentemente, o grau de sinergia entre os veículos de um mesmo grupo de mídia faz com que conteúdo e interpretações sejam originadas das mesmas fontes – no caso, a redação jornalística de um mesmo grupo de mídia – contribuindo para promover as mesmas visões polarizadas (SAMMUT, 2007, p. 40).

Considerando a reprodução das visões polarizadas dentre as consequências deste modelo, é importante ter em conta a influência pessoal da opinião dos líderes partidários e o ponto de vista dos representantes. Em um modelo como o de Malta, com a existência de mídia pertencente ao próprio partido político das lideranças e representantes, estes já possuem prontos os próprios veículos de comunicação para

a difusão de seus pontos de vista, não sendo necessário aos representantes políticos aceitarem a imposição da agenda advinda da mídia não-partidária, nem que os seus projetos sejam pautados aos temas advindos de qualquer outro tipo de mídia. Devido a isso, o modelo de mídia partidária evita a redução de influência das lideranças e da imagem do partido, enquanto mantém as características de carisma devidamente amplificadas por uma voz própria, em um grupo de comunicações pertencente à estrutura burocrática partidária.

5.3.4 As estratégias de influência da opinião pública aplicado ao caso da mídia partidária maltesa: o debate clássico Lippmann *versus* Dewey

O caso da trajetória escolhida em Malta é interessante para retomar elementos principais do debate entre Lippmann (1922) e Dewey (1927; 1982) sobre o papel do jornalismo na política, um debate crucial para a comunicação política.

Lippmann acreditava que o público seria incapaz de se organizar adequadamente para participar do debate sobre as decisões públicas, sendo uma massa volátil e facilmente manipulada pelo conteúdo dos jornais. Para evitar deixar as decisões políticas nas mãos de uma opinião pública desorganizada e influenciável, apontava que as decisões políticas deveriam depender de representantes mais esclarecidos e iluminados. Isso se devia à crença de Lippmann que os grupos mais poderosos de uma determinada sociedade tentarão “fabricar consensos” em meio a uma opinião pública passiva, reativa e incapaz de governar a si própria.

Em um contexto como o de Malta, os princípios liberais de objetividade e neutralidade no jornalismo não são perseguidos pelos proprietários de veículos de comunicação, tornando impossível empregá-los devido à existência de agendas políticas – assumidas ou ocultas – nos grupos de mídia.

Para Calcutt e Hammond (2011) o ideal de objetividade é inatingível em qualquer contexto político e midiático, devido aos interesses de proprietários de veículos de comunicação e seus anunciantes, que sempre possuem interesses econômicos e políticos, e juntos podem sustentar uma agenda oculta. Assim sendo, neutralidade, objetividade e imparcialidade possivelmente é um mito que muitas pessoas acreditam, mas que contribui para reforçar os grupos mais poderosos em uma determinada sociedade, servindo aos propósitos de tentar influenciar a opinião

pública (TUCHMAN, 1972).

Essa posição é útil para compreender o potencial de influência sobre o público que um fenômeno como grupos de mídia partidários possui. As posições de Lippmann convergem com a visão gramsciana de como a estrutura assegura seu poder diretamente e indiretamente ao estabelecer suas definições, suposições e ideologias como se fossem fatos (GRAMSCI, 2001), um caso em que a hegemonia é realizada pelos grupos dominantes, enquanto os dominados colaboram (GITLIN, 1980, p. 10).

Na outra mão, Dewey era mais otimista quanto ao potencial da participação política das massas, apontando que a tarefa de educar e formar as massas para a participação nos assuntos públicos era um pré-requisito importante para obter uma opinião pública mais bem preparada para a participação política, por mais difícil que fosse o processo de formação de um grande número de pessoas.

Aplicado ao caso de Malta, pelo que já foi exposto nos subcapítulos 4.5 e 5.3.3, a opinião pública maltesa não é influenciada pelo seu sistema de mídia de forma passiva. O impacto da comunicação política na interpretação da audiência é apoiado no capítulo seis da obra de Sammut (2007), utilizando uma metodologia comportamentalista, também chamado de behaviorismo⁶⁵. Está presente naquele estudo de caso as entrevistas de membros da audiência maltesa, na intenção de detectar as razões de seu comportamento como indivíduos que preferem, ou não, determinados grupos de mídia – partidários ou não – para acompanhar o noticiário.

Essas entrevistas revelaram muitas críticas de membros da audiência em relação ao noticiário dos grupos de mídia partidários, o que indica que a audiência maltesa em boa medida possui bons níveis de senso crítico e formação para a participação nos assuntos políticos, como uma opinião pública.

Por outro lado, essa opinião pública não é coesa nem homogênea. O caso de Malta não chega ao nível de retratar a opinião pública deste país em algo próximo dos parâmetros expostos pelo consenso entre Lippmann (1922) e Almond (1950). Os parâmetros da opinião pública maltesa não se alteram drasticamente devido aos mais recentes acontecimentos, nem é tão facilmente induzida, devido ao estado de forte bipolarização no país. Cada acontecimento ganha o equivalente a duas

65 Em Ciência Política, o comportamentalismo busca examinar os comportamentos, ações e atos de indivíduos e grupos em diferentes arranjos sociais, visando explicar este comportamento como correlato com o sistema político. O comportamentalismo não se propõe a estudar características de instituições formais, como congressos, legislaturas, judiciário, executivo, entre outros.

interpretações, uma trabalhista e outra nacionalista, não sendo uma opinião pública coesa e induzida a determinadas posições consensuais.

Do mesmo modo que os líderes de cada tendência política não podem ignorar o seu eleitorado, não sendo possível ceder ao lado adversário ao reconhecer que sua posição não é a mais correta, sob pena de ser criticado por seus próprios eleitores, por existir algum grau de coerência e estrutura na visão de mundo, seja a trabalhista ou a nacionalista.

Em vez de avaliar o conteúdo e a evolução racional das mensagens emitidas pela mídia, a taxa de comparecimento dos eleitores e os resultados eleitorais em Malta demonstram que a opinião pública é influenciada sobretudo por fortes predisposições partidárias, que paralelamente são reforçadas por vários canais de mídia (SAMMUT, 2007, p. 207). Uma opinião pública que critica, mas que mantém seus mesmos padrões políticos e eleitorais há décadas.

A “fabricação de consensos” que Lippmann citava – e que é algo academicamente controverso – possivelmente ocorre na opinião pública de cada tendência partidária em Malta. Mas o consenso trabalhista e o consenso nacionalista, em que pese serem diametralmente opostos, não se pode considerar algo fabricado ou manipulado, levando em conta que cada tendência política já possui o seu próprio sistema de valores enraizado. Desse modo, os grupos de mídia que servem a cada uma das duas tendências político-partidárias do país não precisam tentar agir com isenção e distanciamento, havendo um caminho livre para reforçar uma narrativa e discurso que já é compatível com o sistema de valores de sua audiência partidária.

Considerando um senso crítico da audiência maltesa com os veículos de comunicação partidários e ao mesmo tempo uma lealdade à sua tendência político-partidária, as visões discordantes de Dewey (1927; 1982) em relação a Lippmann trazem uma valiosa contribuição para o caso maltês. Para Dewey, cada indivíduo deve exercer a política em sua rotina, obtendo o conhecimento necessário para a participação na política através da interação com outros indivíduos, sendo função do jornalismo favorecer o acesso ao conhecimento, incluindo aquele vindo dos especialistas. Criar um senso de pertencimento a uma comunidade é importante para esse processo de formação, por isso a importância da interação no debate, buscando consensos.

No caso de Malta, o acesso ao conhecimento é assegurado para as principais

e majoritárias correntes políticas, favorecendo o senso de pertencimento a uma determinada tendência político-partidária. O consenso nacional, coeso e hegemônico, não se realiza devido às forças antagonísticas que as tendências político-partidárias representam.

De algum modo, algum nível de deliberação pode ocorrer dentro dos espectros ideológicos consolidados na sociedade maltesa. Havendo senso crítico da audiência maltesa quanto ao conteúdo emitido pelos canais partidários de sua preferência, diminui a margem de manipulação pelos interesses das lideranças partidárias que controlam essas mídias.

Nessa dinâmica pode-se ver parte do caminho proposto por Dewey (1982). A questão pode se centrar na capacidade da maioria da audiência em julgar as informações recebidas pela mídia, e esse aspecto dificilmente seria explicado neste estudo, bem como no estudo de Sammut (2007) se evidenciou um senso crítico de parte da audiência maltesa, sendo necessário estudos mais amplos para tratar essa questão adequadamente.

A questão da existência de uma imprensa livre em Malta é controversa pela predominância do jornalismo advocatício no país e de grupos de mídia partidários. Por outro lado, a pluralidade de pontos de vista políticos, bem como a transparência em se assumir as causas a qual se advoga jornalisticamente induz a crer que ao menos a informação pode chegar à audiência, por algum tipo das mídias existentes.

Se o conceito de imprensa livre for exclusivamente tratado dentro dos paradigmas liberais anglo-americanos, de fato não seria compatível com o critério de pluralismo na imprensa adotado por um país do sul da Europa como Malta. Por outro lado, apesar dos interesses políticos que permeiam a atividade jornalística em Malta, a informação possui alguma alternativa de veículo de mídia para chegar à audiência, o que pressupõe que os jornalistas possuem liberdade em princípio, e somente no processo de difusão da informação que ele pode escolher difundi-la ou omiti-la, de acordo com as suas convicções políticas.

O senso crítico de parte da audiência maltesa se enquadra em alguns dos paradigmas de Dewey (1927; 1982), da formação das massas, e menos na pessimista visão de Lippmann, que acreditava que as massas estariam predestinadas a ser permanentemente manipuladas pelos proprietários de mídia. Há tendenciosismo na mídia partidária maltesa, inegavelmente, porém há maior transparência que em outros tipos de veículos. A audiência sabe quem é o

“mensageiro”, e quais são seus interesses políticos, cabendo a ela distinguir o que lhe foi informado para decidir se aceita a visão que lhe foi proposta, por ser compatível com suas crenças políticas, ou se rejeita, por ser divergente do seu ponto de vista.

O que Lippmann (1922) constatou sobre as constantes tentativas de manipulação da opinião pública pelos veículos de mídia também se aplica ao caso maltês. Tentativas dos editores de veículos da mídia partidária em influenciar a opinião pública estão revelados em algumas entrevistas realizadas por Sammut (2007) com editores dos canais televisivos partidários *One TV* e *Net TV*.

Segundo a comunicação pessoal obtida por Sammut (2007, p. 120), o editor do canal nacionalista *Net TV* assume que o viés editorial desse veículo de comunicação favorece o partido, mas que busca um balanço para obter credibilidade, algo importante para que não estejam somente comunicando com a parte mais fervorosamente nacionalista da audiência, buscando ampliar o escopo de telespectadores, ouvintes e leitores.

O editor do canal trabalhista *One TV* confessou para a entrevistadora (SAMMUT, 2007, p. 120) que busca familiarizar sua audiência cativa trabalhista com a agenda do partido, aumentando o senso de pertencimento desses telespectadores, ouvintes e leitores. Paralelamente, as deficiências do adversário nacionalista são mostradas na cobertura jornalística trabalhista, buscando uma avaliação positiva ou negativa por parte dos eleitores com tendência mais neutra.

Em Malta, há uma crença nos poderosos efeitos da mídia, em que instituições apresentam seus canais de comunicação em massa como veículos indispensáveis para influenciar, mobilizar seguidores, arrecadar fundos e voluntários para essas estruturas, equacionando com a força e o poder da organização proprietária para induzir o restante da sociedade para ver o mundo em termos favoráveis aos interesses dessa organização (SAMMUT, 2007, p. 59).

Essa crença converge com as constatações de Lippmann (1922) e McNair (2011, p. 69), na qual os jornais – ou mídia em geral – possuem fortes poderes, e usam estes poderes como disseminadores de informações para influenciar o ambiente de tomada de decisões e, se possível, mover seus leitores, telespectadores e ouvintes em determinadas direções, pressionando aqueles que tomam as decisões no governo.

As revelações feitas pelos editores da *One TV* e *Net TV* demonstram que eles

acreditam em algum nível de força, mas limitado, a ponto de sentir a necessidade de buscar um balanço e credibilidade para ser aceitos pela ala mais neutra da audiência maltesa – mesmo que minoritária. Apesar da força dos dois maiores partidos políticos, em Malta há correntes minoritárias que anseiam uma menor confrontação e uma maior coesão nos assuntos de interesse nacional (SAMMUT, 2007, p. 246). Isso demonstra que as organizações de mídia partidárias buscam se adequar a condições inesperadas e novas, abrindo espaço para essa mídia cultivar mais “áreas de tolerância” em que a linguagem em certos tópicos pode ser “negociada entre definições competidoras” (HALL, 1981, p. 150 *apud* SAMMUT, 2007, p. 179).

No caso da trajetória escolhida em Malta, a tentativa de buscar um balanço que obtenha credibilidade junto ao eleitorado de tendência mais neutra, e uma avaliação positiva por parte desse, como assumido pelos editores dos canais partidários *Net TV* e *One TV*, é parte do jogo de pressionar o governo. Caso o governo seja do mesmo partido que o grupo de mídia partidário, a avaliação positiva do eleitorado neutro é uma forma de pressionar a crença de que o governo está indo no sentido correto. Caso o governo seja do partido adversário e este grupo de mídia partidário advoga por um discurso de oposição, a avaliação negativa do eleitorado neutro é uma forma de pressionar o governo para que altere suas políticas, ou se desgaste junto a este eleitorado.

A importância de buscar credibilidade e avaliação positiva por parte do eleitorado neutro ocorre em um contexto em que a influência dos grupos de mídia partidários nem sempre são bem-sucedidos em persuadir os cidadãos a confiar na classe política, gerando um efeito contrário, em que o partidarismo destes grupos de mídia podem estar erodindo a posição e credibilidade da classe política (SAMMUT, 2007, p. 190), e por isso, a busca por balanço, credibilidade e boa aceitação dos eleitores neutros se faz importante.

A indução da opinião pública é parte do jogo da mídia partidária em Malta. Considerando que os partidos demonstram um poder por vezes mais forte que a própria sociedade civil maltesa, obscurecendo as vozes alternativas que existem fora dos terrenos polarizados (SAMMUT, 2007, p. 107), é lógico que esse jogo é muito forte e vivaz, nitidamente exposto para a audiência maltesa, que pode aceitar esse jogo, ou rejeitá-lo, a depender das suas convicções partidárias e da identidade que cada indivíduo se reconhece.

Um exemplo está nos programas *phone-in*, que ambas as rádios partidárias emitem diariamente, cuja participação da audiência nesses programas não visa empoderá-las para um debate público racional, porém, tentam influenciá-las (SAMMUT, 2007, p. 129) e, por vezes, retroalimentar a identidade que essa parte da audiência já possui. Um membro da audiência participa do programa, expõe seu ponto de vista sobre determinado assunto, cuja visão converge com a do partido-proprietário da rádio, chegando ao ouvinte fiel a este partido um ponto de vista mais bem sistematizado e organizado do que ele conseguiria conceber por si próprio, aumentando a sensação de pertencimento a esta identidade partidária.

A rotina do noticiário contribui para a construção da sensação de pertencimento a uma identidade partidária, uma rotina que assume ares de algo “ritualístico” no noticiário, segundo McQuail (1994, p. 51). O “ritual” representa uma importante parte em unificar e mobilizar o sentimento e as ações das pessoas, gerando consequências para a sociedade e para as relações sociais. No caso do “ritual” dos noticiários dos grupos de mídia partidários malteses, o noticiário “vende convicções políticas” (SAMMUT, 2007, p. 192), fazendo com que o valor das notícias seja mediado através do contato interpessoal (SAMMUT, 2007, p. 191) entre os membros da audiência com convicções políticas similares, criando uma identidade entre eles.

Não apenas a influência da recepção de notícias é muito importante, mas também a interpretação das, e isso se deve à dinâmica das interações interpessoais, em que as pessoas frequentemente disseminam ou recebem informações, como também elas formam “comunidades interpretativas” (SAMMUT, 2007, p. 200), agregados pela identidade em comum.

Em Malta, o noticiário contribui, primariamente, para construir identidades partidárias, já que os canais de mídia dos partidos frequentemente são considerados divisivos e prejudiciais à unidade nacional, sendo meios para adicionar coesão e senso de pertencimento à nível partidário (SAMMUT, 2007, p. 213).

A questão da identidade, abordada tanto por McNair (2011) como por Chesebro (1974), torna-se importante no contexto partidário da audiência maltesa. Pela abordagem maquiaveliana de Chesebro (1974), o caso da mídia partidária de Malta dá pistas da existência de fontes de poder entre os partidos antes da criação de sofisticados meios de comunicação para interações comunicativas, em que os símbolos usados nessas interações são ferramentas, mas não determinam a relação

de poder entre os partidos-proprietários.

As fontes de poder dos maiores partidos malteses emanam da lealdade de grande parte do eleitorado, que se identifica como pertencente a uma comunidade trabalhista ou nacionalista. Os símbolos e marcos ideológicos exercem um papel importante nesse processo. A comunicação proposital sobre política possui relevância nesse contexto, não apenas cobrindo afirmações verbais ou escritas, mas também representações visuais, incluindo aspectos que desenvolvem uma identidade política ou uma imagem política (McNAIR, 2011, p. 24), que é aplicada no contexto da mídia partidária maltesa para retroalimentar o sentimento de pertencimento a uma comunidade de mesma identidade política.

Respaldado em McNair (2011) onde se encontra uma visão em que a influência da opinião pública pode fazer uso do jogo de criação de identidades e imagens, converge a abordagem maquiaveliana de Chesebro (1974), em que os detentores de poder visam influenciar a opinião pública, constituindo as relações de poder antes da interação comunicacional, podendo os detentores escolher quais símbolos são mais relevantes como ferramentas, dentro de uma estratégia de manter ou expandir o poder. Como consequência dos efeitos das intenções, os propósitos e conteúdo da comunicação podem ser tão ou mais importantes que a estratégia.

Mesmo no caso de Malta, sofisticadas formas para a influência das massas se situam em um contexto de estratégias políticas (BAKIR, 2013), a serviço dos detentores do poder, favorecendo um processo de influência sobre a opinião pública com a aplicação de sofisticadas técnicas de compreensão das motivações do comportamento humano, induzindo a um conjunto de crenças e convicções sobre os fatos e o contexto (BAKIR, 2013), buscando atender a razões estratégicas, como destacado pela visão teórica de Swanson e Nimmo (1990). Na visão proposta por eles, a influência da opinião pública com o objetivo de alcançar metas políticas possui natureza estratégica, destacando o poder persuasivo que visa influenciar o conhecimento público, as crenças e a ação através do discurso sobre os assuntos políticos.

Em Malta, a mídia partidária se compõe de veículos de comunicação em que os estrategistas políticos dos partidos-proprietários visam influenciar as percepções através da dinâmica das comunicações (SAMMUT, 2007, p. 212) e do discurso. O termo Comunicação Política Estratégica, de Bakir (2013), contribui para explicar

esse tipo de influência da opinião pública, cuja comunicação emitida pela mídia partidária tem relação direta com a produção da agenda política do mesmo partido, sendo assim, uma comunicação política com característica “manipulativa” (BAKIR, 2013, p. 3).

Ao fazer uso de técnicas científicas sociais para compreender o comportamento e as motivações humanas dos membros da audiência, o ambiente da mídia partidária visa informar somente o que deve ser comunicado, dentro dos objetivos pré-determinados entre liderança partidária e editores dos veículos de mídia partidário, criando uma aliança estratégica que visa a influência da opinião pública, com o objetivo de moldar o ambiente para a aplicação de determinadas políticas.

Adotar a estratégia comunicacional de apelar a identidades construídas pode servir às estratégias da liderança partidária até um certo ponto. Apesar das lealdades partidárias, muitos membros da audiência desconfiam das mensagens emanadas dos meios de comunicação político-partidários (SAMMUT, 2007, p. 226). Portanto, a partir do momento que parte da opinião pública percebe que está sofrendo uma tentativa de manipulação e demonstra isso, as estratégias da liderança partidária podem reagir e adotar técnicas de comunicação menos agressivas, buscando um balanço e credibilidade que também arrefece a sensação de parte da opinião pública que acredita ser induzida pela mídia.

A utilização de métodos de influência das massas para fins políticos não era o que Lippmann (1922) prescrevia, apenas constatava como algo que as elites jornalísticas e políticas buscavam aplicar para realizar seus interesses. Como Dewey apontava (1927; 1982), para evitar que as massas sejam facilmente manipuláveis ou influenciáveis, a educação das massas é importante tópico a ser abordado para contrabalancear a tendência que considera o público como algo passivo.

5.3.5 A contribuição desse modelo de mídia partidarizado para a formação das massas para o exercício da participação política

Considerando que a audiência maltesa aceita o seu sistema de mídia, desde que utilizando uma perspectiva crítica ao receber as mensagens dessa mídia (SAMMUT, 2007, p. 239), é possível visualizar a possibilidade das massas maltesas, no papel de membros da audiência, aperfeiçoando sua formação para a participação

na política através da recepção e julgamento sobre as informações recebidas pela mídia.

Portanto, um importante tópico a ser abordado é a perspectiva de Dewey (1927; 1982) sobre a educação das massas para a prática política, mesmo não transcorrendo como um processo rápido e simples, sendo importante para evitar que a audiência permaneça demasiadamente passiva e influenciável, dentro da descrição de como Lippmann vê essa massa.

O modelo maltês de mídia partidária oferece contribuições nas reflexões sobre a formação das massas. Esse modelo pode oferecer vantagens mesmo para as classes mais desfavorecidas, em um modelo de mídia partidário que contemple veículos de mídia para os partidos políticos de viés popular, em que há importância na aplicação de mensagens inteligíveis para a classe trabalhadora e grupos marginalizados. No contexto de Malta, em todos os estratos socioeconômicos há grupos fortemente engajados com a política (SAMMUT, 2007, p. 139).

Em princípio, a mídia partidária pode oferecer condições para manter as pessoas engajadas com a política, contribuindo para organizar e mobilizar essas pessoas, como membros da audiência, de todas as classes sociais, oferecendo a elas o capital social requerido para a ação política (SAMMUT, 2007, p. 218). Considerando que o pluralismo deu às audiências um acesso mais fácil a ambas as correntes do fluxo de informações (SAMMUT, 2007, p. 211), as audiências foram incitadas pelos partidos a descobrir novas maneiras de como a mídia pode fazer sentido a elas, como observado por Fsadni (2003 *apud* SAMMUT, 2007).

Com algumas exceções, a audiência de Malta em geral não sente as peças-chaves da informação sendo encaixadas, em que a fluidez do noticiário vem de pontos de vista opostos, e não há ninguém que possa fazer uma conexão crítica entre as duas visões (SAMMUT, 2007, p. 195). Os veículos de mídia não-partidários têm o potencial para contribuir na criação de um balanço entre eles e a mídia partidária, para fomentar um incremento na formação dos cidadãos malteses, embora esse potencial talvez não esteja sendo realizado. O conteúdo conflituoso advindo da mídia partidária, e também da mídia não-partidária que sofre influências políticas dos maiores partidos, como visto nos subcapítulos 4.2.1 e 4.2.2, dificulta o caminho para as audiências realizarem uma leitura adequada dos detalhes, podendo alguns membros do público ficarem confusos e suscetíveis à influência partidária (SAMMUT, 2007, p. 209).

Se, por um lado, a audiência utiliza uma forte retórica crítica, consumindo informação e conteúdo noticioso vindo de diversos e distintos veículos de comunicação combinado com consulta interpessoal em seu meio social – por isso essa audiência sente-se capaz de desvendar o que é realidade do que é mentira no noticiário. Por outro lado, a interpretação dessa mesma audiência frequentemente é baseada em valores tradicionais, fazendo com que o padrão de votação dessa audiência não se altere, apesar da sua interpretação crítica do noticiário político (SAMMUT, 2007, p. 206).

Muitos entrevistados na pesquisa de Sammut (2007) confessaram que, mais do que os efeitos da mídia, sua socialização dentro de uma cultura política polarizada tem maior influência em sua interpretação dos fatos e do noticiário (SAMMUT, 2007, p. 209). Alguns desses entrevistados que possuem fidelidades partidárias alegaram que optam por ignorar a mídia do partido adversário (SAMMUT, 2007, p. 218), enquadrando-se em um axioma da resistência (ZALLER, 1992, p. 58) – muito frequente dentre indivíduos que compõem a audiência – em que as pessoas tendem a recusar aceitar argumentos que são inconsistentes com suas predisposições.

Dentre os cidadãos que compõem a audiência de mídia do país, há entrevistados por Sammut (2007, p. 194) que estão cientes da fonte da notícia que recebem. E, mesmo dentre aqueles que não seguem o noticiário maltês, vários destes desconfiam e não acreditam na mídia maltesa (SAMMUT, 2007, p. 193), sentindo que não estão tão aptos a formar opiniões (SAMMUT, 2007, p. 191).

Vários indivíduos com altos níveis de educação formal, aptos a formar opiniões mais sofisticadas, alimentam-se em um sistema de mídia que eles não confiam (SAMMUT, 2007, p. 224). Como exemplo dessa classe de indivíduos desconfiados do sistema de mídia maltês, pode-se citar o caso de um casal da cidade de Sliema, que se consideram eleitores que alternam o voto entre os partidos, não possuindo um partido de preferência fixa por acreditar que construir identidades é algo partidário e não nacional. Eles se consideram de alto nível educacional, assim sendo, consideram-se refratários a meias verdades e mentiras, por pesquisar em diferentes fontes (SAMMUT, 2007, p. 192-3).

O aumento da importância da televisão, internet, rádio e jornais, acarreta o redimensionamento do papel dos filiados e eleitores, sendo os meios de comunicação potencialmente eficazes para cumprir a função de manter a fidelidade

do eleitorado. Considerando que Malta é um país de dimensões territoriais e populacionais pequenas, a impessoalidade da televisão e dos meios de comunicação é, em parte, neutralizada pela própria proximidade dos eleitores com os políticos. A mesma proximidade física favorece a probabilidade dos indivíduos malteses em conhecer – e desenvolver um relacionamento pessoal – com as figuras políticas que os representam, criando uma relação clientelista e de patronagem típico de microestados, onde a pequena escala territorial e populacional limita as oportunidades e recursos (SAMMUT, 2007, p. 30).

Em um contexto de país com pequenas dimensões populacionais, a decisão de votar em um determinado candidato é majoritariamente baseada na interação pessoal com este ao invés da imagem construída pela mídia. Portanto, a habilidade do cidadão – como membro da audiência – em desconstruir mensagens não leva à rejeição do sistema de mídia do país.

As posições críticas de muitos membros da audiência maltesa ainda não induzem a mudanças no comportamento eleitoral dessa mesma audiência, ou alterações em suas posições políticas. Houve evidência de tensões intrapessoais entre o seguidor do partido por vezes sendo contraditório com aquela do cidadão ou do indivíduo (SAMMUT, 2007, p. 224), em que muitos membros da audiência maltesa ainda seguem os canais de rádio e televisão que eles criticam, e votam nos partidos políticos que eles “amam odiar” (SAMMUT, 2007, p. 206).

Nos apontamentos de Dewey (1927; 1982) sobre a formação das massas para o exercício da participação política, uma mídia politizada pode contribuir no desenvolvimento de uma cultura política saudável em uma determinada sociedade, caso desperte o engajamento e a sensibilização dos cidadãos, favorecendo um melhor nível de educação e organização na sociedade.

O estudo de Sammut (2007, p. 225) identificou que o aparente empoderamento da audiência exagera na liberdade interpretativa da audiência e em sua habilidade em negociar e rejeitar as mensagens disseminadas pelas instituições prevalentes, confirmando que a “resistência privada” detém a resistência organizada e coletiva, que é necessária para a mudança social.

O caso da mídia partidária maltesa contribui para a retroalimentação de uma cultura política já estabelecida, em que as fidelidades partidárias privadas e individuais dos cidadãos compõem suas identidades e mantêm o engajamento de muitos desses cidadãos.

6 CONCLUSÃO

Neste estudo, foi visado o caso dos grupos de mídia que pertencem a partidos políticos em Malta, buscando explicar as razões desse fenômeno ter se estabelecido naquele pequeno país europeu, bem como analisar aspectos do seu funcionamento que contribuem para o debate em comunicação política.

Por meio desta pesquisa essencialmente bibliográfica, indutiva, qualitativa e analítica, pretende-se confirmar ou negar a hipótese se esse fenômeno surgiu fruto de uma lógica de acordos políticos entre atores políticos interessados. Os desdobramentos desse estudo visam deixar um legado para o debate sobre a vinculação direta de grupos de mídia com organizações que representam atores sociais através da política, como os partidos, podendo futuramente sugerir o desenvolvimento de um estudo sobre esse tipo de fenômeno no debate de democratização da mídia.

Para iniciar, o estudo visou desvendar a razão do estabelecimento deste fenômeno ímpar em um sistema de mídia plural de um país democrático como Malta, através da outorga e manutenção de canais de mídia audiovisual como parte de grupos de mídia pertencentes às maiores organizações partidárias do país.

A abertura ao pluralismo representou uma forma de mudança institucional, que foi influenciado por fatores exógenos e endógenos. Estruturalmente, o sistema de mídia de Malta no período prévio a 1991 contava com um canal de televisão estatal, um canal de rádio estatal, um jornal diário privado anglófono e dois jornais diários partidários, tornando-se necessária uma abertura ao pluralismo na mídia audiovisual.

Pode-se considerar que o processo paralelo que ocorria em muitos outros países europeus no mesmo período, de abertura ao pluralismo na mídia audiovisual em países do continente, faz parte dos fatores exógenos, estruturais, que influenciaram essa mudança institucional em Malta, como também o fim da Guerra Fria e a onda neoliberal.

Esses fatores estruturais ajudaram a moldar a “conjuntura crítica” (COLLIER, D.; COLLIER, B., 1991) de 1991. O período prévio a essa conjuntura crítica, entre 1975 e 1991, foi marcado por muitas tensões políticas, acusações de ambos os lados político-partidários de estarem manipulando o noticiário da única fonte audiovisual do país (o canal televisivo e radiofônico estatal *Xandir Malta*) por aquele

partido que estivesse no governo.

Essas tensões compõem os fatores endógenos que induziram à mudança institucional, influenciado pelos agentes políticos, alimentando uma parte do ambiente favorável à abertura ao pluralismo na mídia. Essas demandas endógenas tinham o potencial de alterar o balanço de poder em Malta.

Dentre as opções plausíveis disponíveis na altura da conjuntura crítica de 1991, haviam poucas organizações com estrutura e recursos suficientes para iniciar a operação de custosos canais de televisão e rádio. Dentre essas poucas organizações, os partidos políticos foram aqueles que mais rapidamente obtiveram outorgas de concessões destes tipos de canais. Conceder um canal de rádio ou televisão para o maior grupo privado de jornalismo no país até então, *The Strickland Foundation*, dono e editor do jornal anglófono *The Times of Malta*, não passou de uma possibilidade plausível de trajetória, tendo sido preterida na realidade efetiva.

Essa escolha significou a prevalência daquela opção que melhor se enquadrava nos interesses e estratégias dos atores políticos mais relevantes e poderosos do país, o Partido Nacionalista e o Partido Trabalhista, no momento da conjuntura crítica. Aproveitando-se do contexto estrutural, ambiental, de uma abertura ao pluralismo na mídia audiovisual em várias nações europeias na mesma época, os maiores partidos malteses encontravam-se na vantajosa posição de bipolarizar o poder parlamentar, bem como exercer influência na *Broadcasting Authority*, o órgão estatal que regula as transmissões audiovisuais.

Essa posição de vantagem favoreceu e legitimou os maiores partidos para que executassem a opção mais adequada às suas estratégias e interesses políticos. Essa legitimidade explica, conforme Mahoney (2000), que as instituições inicialmente favorecidas conseguem um padrão de legitimidade, sendo vistas como legítimas e reproduzida por outras instituições. É o caso dos maiores partidos políticos malteses quando da conjuntura crítica.

Sob uma ótica neoinstitucionalista, os grupos de mídia partidários de Malta também consistem em instituições como obras resultantes dos conflitos políticos bipartidários das décadas de 1970 e 1980. Através da forte identidade do eleitorado com um partido ou com o outro foram construídos de forma que permanecem no tempo. Do mesmo modo, os grupos de mídia partidários estão demonstrando resistência ao tempo, com uma duração de mais de duas décadas até o presente momento. Esse elemento se explica pela retroalimentação da trajetória, o processo

de autorreforço. A escolha de 1991 induziu a uma trajetória de pluralismo na mídia maltesa, cujos desdobramentos desenvolveram uma versão forte de autorreforço, em que a instituição alterada – os maiores partidos políticos do país – ampliaram sua estrutura de organização ao incluir os próprios grupos de mídia, fazendo com que o sistema de mídia de Malta, sempre vulnerável a influências advindas do sistema partidário do país, se readequasse sob uma nova forma de integração das instituições partidárias ao sistema de mídia.

A trajetória escolhida para o pluralismo midiático em Malta contemplou organizações político-partidárias com um espaço garantido nos próprios meios de comunicação, prontos para introduzir questões, temas e pautas na agenda pública do país, possuindo um elemento que favorece os agentes políticos individuais que compõe cada uma das máquinas partidárias.

Os representantes dessas organizações partidárias já possuem ao dispor dos respectivos veículos de comunicação, não sendo necessário aos parlamentares e representantes políticos aceitar a imposição da agenda advinda da mídia não-partidária, nem que os projetos dos parlamentares sejam ligados aos temas pautados por este tipo de mídia. Devido a isso, o modelo de mídia partidária evita a redução de influência das lideranças e da imagem do partido, enquanto mantém as características de carisma devidamente amplificadas por uma voz própria, em um grupo de comunicações pertencente à estrutura burocrática partidária. Essa dinâmica possui o potencial de contribuir com o objetivo desses esses partidos e representantes em alcançar ou manter o poder político, favorecendo o autorreforço da trajetória.

O autorreforço significa que a alteração dessa trajetória fica cada vez mais difícil de ser concretizada, na medida que o tempo passa, em que o reforço da trajetória agrega altos custos políticos para sua alteração. Essa característica diz respeito a uma inflexibilidade correlacionada com a não ergodicidade, que atendem ao critério de inflexibilidade de Pierson (2000), mesmo não havendo segurança em afirmar que a escolha atendeu mais eficazmente aos interesses políticos dos partidos-proprietários.

Ampliaram-se, com o passar do tempo, os efeitos da trajetória para o pluralismo na mídia audiovisual maltesa, cuja escolha foi celebrada em 1991, criando a não ergodicidade (PIERSON, 2000), dificultando a adoção de trajetórias alternativas. Consequência da expansão da escolha inicial, a promoção de grupos

de comunicação para organizações que disputam o poder significou que estes podem utilizar seu poderio político para mobilizar seus partidários, com fins de manter e aperfeiçoar seu aparato midiático, caso este esteja ameaçado algum dia.

Porém, depender somente dos militantes e partidários se mostrou pouco eficaz do ponto de vista financeiro. Sua ineficiência potencial de trajetória revelou alguns desafios e dilemas nos resultados de médio e longo prazo, em relação ao custeio da estrutura jornalística para esses partidos.

Quando da decisão de emitir concessões de mídia audiovisual para ambos os partidos políticos, era possível prever alguns resultados, mas não todos. A imprevisibilidade é a primeira característica de *path dependence* que Pierson (2000) aponta, corroborado pelos apontamentos teóricos de Mahoney (2000).

O principal dos resultados imprevisíveis por causa da escolha dessa trajetória se refere ao fardo financeiro de custear as estruturas de televisão e rádio em um país de limitadas dimensões econômicas, tendo sido impossível na altura de 1991 prever com segurança a tensão entre as necessidades dos partidos-proprietários em cobrir os custos comerciais de operação desses canais de televisão e rádio. E, ao mesmo tempo, usufruir livremente do espaço midiático, sem limitações e constrangimentos, para difundir o ponto de vista partidário sobre os acontecimentos, dentro das suas estratégias e interesses políticos.

Na conjuntura crítica da abertura ao pluralismo em 1991, a lógica aparente era a de oferecer um espaço balanceado entre os partidos políticos para ser a fonte das notícias. Porém, com o desenvolvimento da trajetória, a lógica política que vem ocupando mais espaço é a de tentar solucionar o dilema entre a lógica de difusão da mensagem do partido e a de custeio da mídia.

Esse imprevisível dilema entre a difusão explícita e livre da mensagem política na própria mídia e a busca pela credibilidade para atrair anunciantes e recursos financeiros comprometeu o caminho livre que os partidos-proprietários inicialmente teriam para utilizar esses veículos de comunicação para difundir junto à audiência as suas interpretações partidárias sobre os fatos políticos do país.

Esse dilema, imprevisível na altura da conjuntura crítica, também preenche o critério de Pierson (2000) sobre ineficiência potencial de trajetória, considerando que cada partido, ao dispor de um grupo de mídia próprio e a disposição para realizar algum tipo de panfletagem política eletrônica, não teria limitações no usufruto dessa estrutura midiática. Mas a necessidade de captação de recursos faz com que, para a

atração de potenciais anunciantes, esses grupos de mídia tenham que diminuir o viés e moderar o teor político e panfletário do que é emitido.

Os recursos dos grupos de mídia partidários não podem ser utilizados da forma mais eficaz possível para lograr os objetivos desses partidos-proprietários. É possível colocar que, no dilema entre a “questão comercial” *versus* as “questões políticas”, através da questão comercial há um potencial para o poder econômico influenciar nas questões políticas do país.

A mudança institucional ocorrida com a trajetória escolhida assistiu os partidos políticos malteses se readequando a uma nova função, convertendo-se em provedores de serviços de jornalismo e informação através de seus novos apêndices midiáticos, derivado de um processo de “conversão” como forma de mudança institucional.

Parte da explicação funcionalista é o foco da segunda parte da análise realizada, sob a ótica de comunicação política, em que a conversão na mudança institucional foi a opção para que os maiores partidos do país passassem a desempenhar essa nova função, com o objetivo de influência sobre a opinião pública, com o objetivo de satisfazer as estratégias políticas de cada organização política.

A trajetória escolhida, de pluralismo na mídia com o estabelecimento de grupos de mídia partidários que coexistem com outros tipos de mídias, concedeu uma válvula de escape para cada agrupamento político sustentar a defesa de sua causa através da aplicação de um jornalismo advocatício.

Sendo o serviço de jornalismo provido pelos braços midiáticos dos maiores partidos políticos de tipo advocatício, enquadrando-se na prática comum no contexto maltês de jornalismo, em que paradigmas liberais e objetivos de jornalismo, prática valorizada nos países da órbita anglo-americana, não se tornaram bem recebidas em Malta, a despeito de ser uma ex-colônia britânica.

As tradições culturais típicas do sul da Europa prevalecem na cultura política de Malta, como clientelismo e patronagem, e isso se reflete na opção por um tipo de jornalismo que também é mais frequente nos países sul-europeus. Com o jornalismo advocatício sendo parte do ambiente jornalístico do país, essa característica pode exercer um papel importante na dinâmica política e jornalística do país, já que a presença de um jornalismo que de forma transparente advoga por uma causa, pode contribuir para o debate na sociedade.

Pensar esse fenômeno como um contexto em que a mídia partidária se tornou parte do debate público é importante para tratar do acesso à discussão pública. Com a existência de relevantes grupos de mídia partidários, é necessário pensar em equalização das formas de expressão política, criando condições de diferentes agrupamentos participar do debate com a própria voz.

Em Malta, os partidos políticos mais relevantes usufruem de um “direito de antena” permanente, ao serem proprietários de empresas de comunicação. Portanto, os interesses desses veículos de mídia estão vinculados aos interesses partidários e também àqueles dos grupos sociais e eleitorais que os apoiam.

No contexto de Malta, a população geralmente não consome o debate público através da mídia de forma passiva, mas engaja-se também em uma dinâmica de relação interpessoal e clientelista com representantes que possuem cargos na administração pública – sobredimensionado devido às pequenas dimensões populacionais e territoriais do país. Isso assinala a necessidade de os meios de comunicação representarem adequadamente as diferentes posições existentes na sociedade, incorporando o pluralismo político e social, para estabelecer um canal direto no debate público, já que nem todos os contextos possuem uma dinâmica de relação próxima entre representantes e representados.

O que se visualiza neste debate é a possibilidade de representação no debate público e na formulação da agenda ocorrendo também por intermédio da mídia, cujo pluralismo político é exigência para o bom funcionamento das instituições, oferecendo vozes a vários agrupamentos políticos e sociais.

Porém, a representação no debate público através de grupos de mídia partidários possui seu lado em que esse tipo de representante não amplificará a voz dos representados, mas tentará induzir seus seguidores a adotar determinadas posições e opiniões para satisfazer interesses e estratégias da liderança partidária, controladora desses grupos de mídia.

Essa mídia partidária, como representante das vozes sociais que se identificam com essa tendência político-partidária, assume um papel de ator político em alguns momentos de descompasso entre os seus respectivos editores e as lideranças partidárias, apesar de serem considerados meros braços midiáticos dos partidos.

Esse suposto momento de autonomia e independência da mídia poderia levar esses grupos de mídia a atender as expectativas e demandas de sua audiência, na

busca por maiores índices e vendas. Porém, as forças que exercem o poder sobre eles prevalecem, já que este modelo evita a redução de influência das lideranças partidárias, e a função dessas mídias se faz sentir através da sua dinâmica entre a busca por credibilidade e a influência da opinião pública, culminando na reprodução dos velhos padrões de visões polarizadas.

Os partidos-proprietários utilizam estratégias políticas para alcançar os objetivos de influência da opinião pública através dos seus braços de mídia partidária. A questão dessa tentativa de utilizar a informação disseminada com vistas à influência sobre as opiniões e visões de mundo da audiência é amplamente abordado no debate sobre comunicação política. Portanto, torna-se pertinente analisar esse caso específico sob a ótica da principal e primeira grande discussão que estruturou o debate nessa área, através dos posicionamentos de Lippmann (1922) e Dewey (1927; 1982).

Considerando os resultados das entrevistas de Sammut (2007), a audiência maltesa mostra características de senso crítico em relação ao sistema de mídia do país, buscando obter a “verdade” dos fatos através de fontes diversas dentro do contexto plural da mídia local. Esse senso crítico de parte da audiência também é importante para evitar uma manipulação da opinião pública por parte das lideranças partidárias, considerando que estas controlam alguns importantes veículos de comunicação do país. Porém, essa mesma audiência faz um julgamento dos acontecimentos baseado em valores tradicionais, por vezes partidário, ajudando a alimentar a dicotomia entre trabalhistas e nacionalistas na interpretação realizada pela audiência, dificultando um consenso nacional sobre os fatos.

Esse senso crítico demonstrado pela amostra de Sammut (2007) indica que, apesar dos valores tradicionais e partidários utilizados por essa audiência, os paradigmas de Dewey (1927; 1982) se mostram frutíferos para pensar o fenômeno da mídia partidária maltesa como um elemento que contribui com a formação das massas para o exercício da participação e deliberação na política.

A transparência entre os interesses políticos do “mensageiro”, no papel de veículos de comunicação partidários, e a percepção pública da existência desses interesses e conexões, leva a audiência a analisar o ponto de vista apresentado sob sua própria ótica, rejeitando ou aceitando a visão proposta, dependendo de seus valores. Um mesmo membro da audiência pode rejeitar um ponto de vista proposto pela mídia do mesmo partido que este membro segue e vota, dependendo do viés

explícito que tenha causado uma distorção, segundo a percepção membro da audiência. Mas o que realmente se destaca é a parte minoritária da audiência que não se considera nem fielmente trabalhista nem fielmente nacionalista, o chamado “campo do meio”. O senso crítico dessa audiência maltesa não-partidarizada também se tornou um elemento importante na busca pela credibilidade que as mídias partidárias perseguem.

A existência de tentativas de manipular a parte mais fielmente partidarizada da opinião pública converge com as visões apresentadas por Lippmann (1922) e McNair (2011), podendo ser exemplificada na existência dos programas *phone-in* nas rádios partidárias maltesas, em que a abertura para a participação da audiência nos debates realizados nesses programas não visa emancipá-las e empoderá-las, mas contribuir em retroalimentar os seus ouvintes e seguidores partidários fiéis, com o mesmo tipo de visão de mundo e valores dos partidos, apresentado de maneira mais sistematizada, e criando no ouvinte uma sensação que muitas pessoas compartilham dessa mesma visão, reforçando a identidade partidária. Este é um exemplo derivado da abordagem maquiaveliana de Chesebro (1974) de que os símbolos que constroem essas identidades partidárias são ferramentas nas mãos das reais fontes de poder, como são os maiores partidos políticos em Malta com seus numerosos e leais seguidores.

A manutenção dessas identidades partidárias e o poder das organizações político-partidárias ocorre com o uso de estratégias de comunicação sofisticadas, buscando compreender o comportamento do seu eleitorado fiel, como exposto pela visão teórica de Bakir (2013) e Swanson e Nimmo (1990). Essa complexidade visa romper a resistência emanada de parte da audiência, partidarizada ou não, que desconfia dos pontos de vista e mensagens emitidas pelos veículos de comunicação partidários.

Romper essa resistência ou diminuí-la é algo do interesse político das altas-rodas de cada partido e de cada redação jornalística partidária, para realizar o objetivo de fazer com que cada partido se mantenha forte e relevante, um em oposição ao outro. Com esse interesse político imutável, sendo parte da natureza de qualquer organização política que almeja manter ou obter o poder, o jogo de influência da opinião pública recai sobre a educação das massas, para esta obter as condições de exercitar uma postura mais emancipada com relação às informações que recebe.

Uma preocupação da análise sobre o funcionamento dessa trajetória escolhida através do debate em comunicação política foi gerar possibilidades de reflexões futuras sobre as contribuições desse modelo de mídia partidária para a formação das massas, algo que só poderá ser melhor tratado em outras pesquisas. Um pilar importante para que um sistema de mídia contribua no acesso ao conhecimento e informação para os vários estratos sociais está na transparência e inteligibilidade das mensagens, buscando fazer o interlocutor compreender mais facilmente o que está sendo contado, sem distorcer a informação, e deixando-o ciente de quais causas o mensageiro simpatiza.

Nesse aspecto, o caso da mídia partidária de Malta cumpre com a proposta no que tange à transparência quanto aos interesses e simpatias políticas de quem leva a informação à audiência. E, no que diz respeito à inteligibilidade das mensagens, cumpre em existir um sistema de mídia para cada um dos principais tipos de audiência, transmitindo uma visão sobre os acontecimentos compatível com os valores tradicionais e partidários de seus seguidores.

Porém, apesar de haver vantagens nesse tipo de modelo de mídia partidário, os pontos de vista antagônicos apresentados muitas vezes carecem de convergência facilmente visível para as audiências. Esta sente que o quebra-cabeças da informação nem sempre encaixa, deixando-as suscetíveis a influências advindas dos partidos da preferência de cada membro da audiência. Mesmo a mídia privada e estatal sofre influências partidárias, o que denota a dificuldade de construir algo mais balanceado na arena jornalística maltesa.

Em síntese, a razão do estabelecimento de um sistema de mídia plural em Malta, que contempla a existência de grupos de mídia pertencentes aos maiores partidos políticos do país, se deve a uma opção por um modelo que melhor se enquadrava nos interesses e estratégias dos atores políticos mais relevantes naquele momento de conjuntura crítica. Dentre as opções plausíveis disponíveis naquela conjuntura, prevaleceu a escolha que melhor interessava a esses atores, inicialmente favorecidos e legitimados, induzindo a uma trajetória cujos desdobramentos desenvolveram uma versão forte de autorreforço, uma forma dessa trajetória se retroalimentar e permanecer, sob uma nova forma de integração das instituições partidárias ao sistema de mídia.

Aplicando uma visão neoinstitucionalista, os partidos malteses representam tipos de instituições sociais que se readequaram a uma nova função para se

converter em provedores de serviços de jornalismo e informação através de seus novos apêndices, os grupos de mídia partidários, frutos de uma “conversão” como forma de mudança institucional.

A alteração dessa trajetória, com o tempo, agregou altos custos políticos para sua alteração, uma inflexibilidade correlacionada com a não ergodicidade, fruto da expansão da escolha inicial, em que se proveu grupos de comunicação para organizações que disputam o poder. E estes utilizaram seu poderio para mobilizar seus partidários com fins de manter e aperfeiçoar seu aparato midiático.

Porém, depender somente dos militantes e partidários se mostrou pouco eficaz. A ineficiência potencial de trajetória revelou alguns desafios e dilemas nos resultados de médio e longo prazo, imprevisíveis na época da conjuntura crítica de escolha da trajetória, sendo o principal deles o fardo financeiro em custear as estruturas de televisão e rádio em um país de limitadas dimensões econômicas, cujo balanço entre a busca pela credibilidade para atrair anunciantes comprometeu o caminho livre que os partidos-proprietários inicialmente teriam para utilizar esses veículos de comunicação para a difusão de suas interpretações partidárias sobre os acontecimentos.

O funcionamento do provimento dos serviços de jornalismo e informação, que a conversão na mudança institucional foi a opção para que os maiores partidos políticos do país passassem a desempenhar essa função, é o foco da segunda parte da análise, sob a ótica de comunicação política. O objetivo destes grupos de mídia pertencentes aos partidos visa a influência da opinião pública, com fins de satisfazer as estratégias políticas de cada organização política, cujo objetivo maior é alcançar ou manter o poder.

O serviço de jornalismo provido pelos braços midiáticos dos maiores partidos políticos é de tipo advocatício, prática comum no contexto maltês de jornalismo, cujos paradigmas liberais e objetivos do mundo anglo-saxão não se tornaram bem aceitos nessa ex-colônia britânica no Mar Mediterrâneo. Com o jornalismo advocatício sendo parte do ambiente de mídia no país, em que causas são abertamente defendidas por veículos de comunicação, nos momentos que os editores dos grupos de mídia partidários se veem em descompasso com as respectivas lideranças partidárias, a mídia partidária pode assumir o papel de ator político.

Por haver uma transparência para o público sobre os interesses políticos

explícitos dos emissores de conteúdo de mídia e jornalismo, agrega-se ao debate público uma maior clareza desses interesses, bem como uma representação das vozes de agrupamentos políticos com raízes sociais. Porém, o debate público começa a ser prejudicado quando esse potencial de representação de vozes sociopolíticas dá lugar às tentativas dos grupos de mídia partidários em influenciar a opinião pública, o que, de fato, ocorre com muita frequência neste caso.

Apesar da existência de desconfiança e senso crítico da audiência maltesa em relação ao conteúdo emitido pela mídia partidária, essa mesma audiência em muitos casos interpreta os fatos com um conjunto de valores tradicionais e alinhados a convicções partidárias. Considerando isso, as lideranças partidárias podem utilizar os próprios grupos de mídias para aplicar estratégias com vistas à influência da opinião pública maltesa através da mídia, convergindo com o que Lippmann (1922) expunha sobre a vulnerabilidade das massas de serem manipuladas pelas elites. Neste caso de Malta, manipulação seria um termo exagerado, mas o que ocorre se enquadra em um caso em que as altas rodas partidárias utilizam meios de retroalimentar as convicções político-partidárias da ala da audiência que é fiel eleitora e seguidora desses partidos e suas mídias, reforçando suas identidades trabalhistas ou nacionalistas.

Mesmo em um contexto em que seja lento e gradual o processo de educação, conscientização e preparo das massas para a participação na política, na deliberação e no governo de si próprios, o caso de Malta não oferece uma redenção mas um modelo que ajuda a refletir sobre a transparência de quem transmite as mensagens e informações ao público, deixando claro e assumido quais causas o “mensageiro” simpatiza e advoga.

A contribuição desse modelo de mídia para a formação das massas se encontra em ajudar a desconstruir o mito da isenção e mostrar que é possível fazer jornalismo estando acoplado diretamente a interesses político-partidários. E, ao mesmo tempo, não tentar dissimular uma falsa neutralidade. Contudo, a mídia partidária maltesa não se mostrou decisiva na influência sobre o padrão eleitoral desta audiência, permanecendo o mesmo padrão de votação bipartidário do período prévio ao estabelecimento desses grupos de mídia partidários. O que este sistema de mídia contribui para a dinâmica política deste país é o autorreforço de uma outra trajetória: a lógica operativa do bipartidarismo político maltês com fortes raízes sociais, o mecanismo de qualquer processo sociopolítico do contexto específico de

Malta.

Portanto, a problemática sobre qual é a lógica política que motivou a criação e manutenção dos grupos de mídia pertencentes aos principais partidos políticos da República de Malta ao longo da década de 1990 se relaciona com uma lógica operativa de dependência de trajetória e autorreforço dessa trajetória, em que se estabeleceu um fenômeno ímpar com uma dinâmica em que as diferentes correntes da opinião pública maltesa possui meios de saber quais são os interesses políticos de quem os informa, e cada corrente pode decidir qual ponto de vista seguir ou desenvolver a sua própria visão dos fatos, dependendo do seu grau de emancipação, gerando uma estabilidade desse processo que dura mais de duas décadas e meia.

Após a exposição desse caso da mídia partidária de Malta através deste estudo, introduzido no meio acadêmico brasileiro, latino-americano e lusófono, as reflexões que ele pode provocar se referem à possibilidade de analisar a aplicabilidade desse modelo de mídia na região latino-americana e na comunidade de países de língua portuguesa.

Porém, essa possibilidade precisará ser explorada por estudos adicionais, pois o caso de Malta se refere a um pequeno Estado-nação com um determinado contexto que certamente é diferente de qualquer outro país latino-americano ou lusófono. As similaridades e diferenças precisam ser tratadas considerando peculiaridades dos sistemas partidários, da cultura política, das trajetórias em curso nos sistemas de mídia desses países, e dos custos políticos em alterá-las. Bem como considerar questões como o dilema de financiamento de estruturas de mídias pertencentes a partidos, não perdendo de vista a importância da compatibilidade com as dimensões do mercado de cada país. Bem como outros elementos que possam ser pertinentes em cada contexto nacional, como o grau de emancipação política das massas, para evitar que sofram influências partidárias, o que reforçaria velhos padrões de poder no país.

Outra importante frente de reflexão que este estudo pode trazer se refere à questão da representação política na mídia como parte da democratização do acesso às comunicações, que não era o objeto nem objetivo deste estudo, mas que pode ser melhor estudado em uma futura investigação. Considerando o caso maltês como sugestivo de uma situação em que grupos de mídia partidários possam representar a voz de agrupamentos sociopolíticos, futuros estudos poderiam

oferecer um tratamento adequado e focado nessa questão, importante para debater processos de democratização do acesso às comunicações.

Se em Malta apenas os grandes representantes institucionalizados obtiveram acessos a estruturas de comunicação, é possível pensar o processo ocorrido em Malta, e seus desdobramentos, como fontes de reflexão para pensar meios de como esse fenômeno pode servir para aperfeiçoar a ideia de uma melhor distribuição do acesso às comunicações para entes representativos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMOND, Gabriel. **The American People and Foreign Policy**. New York: Harcourt, Brace and Company, 1950. 269 p.

ATTARD, Alex. Nagħzlu favur pajjizna. **Il-Mument**, Pietà, 19 mai. 2019. Editorjal, p. 11.

_____. Issa li għaddiet il-kampanja elettorali.... **Il-Mument**, Pietà, 26 mai. 2019. Editorjal, p. 9.

AZEVEDO, Fernando Antônio. Agendamento da Política. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (org.). **Comunicação e política: conceitos e abordagens**. Salvador: EdUFBA, 2004. p. 41-72.

BAKIR, Vian. **Torture, Intelligence and Sousveillance in the War on Terror: Agenda-Building Struggles**. Farnham: Ashgate, 2013. 311 p.

BALDACCHINO, Godfrey. A Nationless State? Malta, National Identity and the EU. **West European Politics**, v. 25, n. 4, p. 191-206, 2002.

BALZAN, Aleander. Inkomplu naħdmu. **Kullhadd**, Marsa, 26 mai. 2019. Editorjal, p. 17.

BAUGHMAN, James L. **The Fall and Rise of Partisan Journalism**. Madison: Center for Journalism Ethics, School of Journalism and Mass Communication/University of Wisconsin, 2011. Disponível em: < <https://ethics.journalism.wisc.edu/2011/04/20/the-fall-and-rise-of-partisan-journalism> >. Acesso em: 30 dez. 2018.

BERNARDI, Bruno Boti. O conceito de dependência da trajetória (*path dependence*): definições e controvérsias teóricas. **Perspectivas**, São Paulo, v. 41, p. 137-167, jan./jun. 2012.

BOISSEVAIN, Jeremy. Factions, Parties, and Politics in a Maltese Village. **American Anthropologist**. New Series, v. 66, n. 6, p. 1275-1287, 1964.

BROADCASTING AUTHORITY. **Stations Licenced By The Broadcasting Authority**. Hamrun: Broadcasting Authority, 2019. Disponível em: < <http://www.ba-malta.org/stations-licenced> >. Acesso em: 26 fev. 2019.

BULMER, William Elliot. Constrained majoritarianism: Westminster constitutionalism in Malta. **Commonwealth & Comparative Politics**, v. 52, n. 2, p. 232-253. 2014.

CALCUTT, Andrew; HAMMOND, Philip. **Journalism Studies: A Critical Introduction**. Londres: Routledge, 2011. 200 p.

CAPOCCIA, Giovanni. Critical junctures and institutional change. In: MAHONEY, James; THELEN, Kathleen (eds.). **Advances in Comparative-Historical Analysis**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015. p. 1-41. Disponível em: <

<http://users.ox.ac.uk/~ssfc0073/Writings%20pdf/Critical%20Junctures%20and%20Institutional%20Change%20final.pdf> >. Acesso em: 26 fev. 2019.

CASSAR, Joe. Għaliex se nivvutaw. **In-Nazzjon**, Pietà, 21 mai. 2019. Editorjal, p. 9.

_____. Mintoff u l-boxxla soċjali. **In-Nazzjon**, Pietà, 22 mai. 2019. Editorjal, p. 9.

_____. Flimkien għal pajjiżna. **In-Nazzjon**, Pietà, 23 mai. 2019. Editorjal, p. 11.

CARELESS, Sue. Advocacy journalism. **The Interim**, Toronto, mai. 2000. Disponível em: < <https://web.archive.org/web/20050429050614/http://www.theinterim.com/2000/may/10advocacy.html> >. Acesso em: 22 fev. 2019.

CHESEBRO, James W. Theoretical Approaches to Political Communication. In: **EASTERN COMMUNICATION ASSOCIATION CONVENTION**, 65., 1974, Washington. Institute of Education Sciences. Washington: Eastern Communication Association, 1974. Disponível em: < <https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED089379.pdf> >. Acesso em: 22 fev. 2019.

CHOMSKY, Noam; HERMAN, Edward S. **Manufacturing Consent**. 2. ed. Nova York: Pantheon Books, 1988. 412 p.

CHOMSKY, Noam. **Necessary illusions**. Boston: Southend Press, 1989. 422 p.

CINI, Michelle. A Divided Nation: Polarization and the Two-Party System in Malta. **South European Society and Politics**, v. 7, n. 1, p. 6-23, 2002.

COLLIER, David; COLLIER, Ruth Berins. Framework: Critical Junctures and Historical Legacies. In: **Shaping the Political Arena: Critical Junctures, the Labor Movement, and the Regime Dynamics in Latin America**. Princeton: Princeton University Press, 1991. p. 27-39.

DAHL, Robert. **Poliarquia**. São Paulo: EdUSP, 2005. 234 p.

DENTON, Robert E.; WOODWARD, Gary C. **Political Communication in America**. New York: Praeger, 1998. 328 p.

DEPARTMENT OF INFORMATION. **Radio Stations**. Valletta, 2018. Disponível em: < <https://www.gov.mt/en/Government/DOI/Media%20in%20Malta/Pages/List%20of%20Media%20in%20Malta/Radio-Stations.aspx> >. Acesso em: 22 fev. 2019.

_____. **Television Stations**. Valletta, 2018. Disponível em: < <https://www.gov.mt/en/Government/DOI/Media%20in%20Malta/Pages/List%20of%20Media%20in%20Malta/Television-Stations.aspx> >. Acesso em: 22 fev. 2019.

DEWEY, John. **The public and its problems**. Nova York: Henry Holt & Co., 1927. 224 p.

_____. Review of Public Opinion by Walter Lippmann. In: BOYDSTON, Jo Ann (ed.). **John Dewey: The middle works 1899-1924**. Carbondale: Southern Illinois

University Press, 1982. p. 337-344.

DINGLI, Petra Caruana; VASSALLO, Clare. **Confronting the Challenge: Innovation in the Regulation of Broadcasting in Malta**. Valletta: The Today Public Policy Institute, 2014. 32 p. Disponível em: < <https://www.um.edu.mt/library/oar/bitstream/handle/123456789/1051/InnovationintheRegulationofBroadcastinginMalta.pdf?sequence=1&isAllowed=y> >. Acesso em: 22 fev. 2017.

EUROSTAT. **EU population up to nearly 513 million on 1 January 2018**. Luxemburgo: Eurostat Press Office, 2018. p. 1-5. Disponível em: < <https://ec.europa.eu/eurostat/documents/2995521/9063738/3-10072018-BP-EN.pdf> >. Acesso em: 19 abr 2019.

FENECH, Dominic. "Malta". **European Journal of Political Research**, v. 48, n. 7-8, p. 1047-1051, 2009.

_____. The 2013 Maltese General Election: Unplugging the Blockage. **West European Politics**, v. 36, n. 5, p. 1088-1094, 2013.

FISHER, Caroline. The Advocacy Continuum: Towards a theory of advocacy in journalism. **Journalism**, v. 1, n. 1, p. 1-16, 2016.

GIDDENS, Anthony. **The Constitution of Society**. Cambridge: Polity, 1984.

GITLIN, Todd. **The whole world is watching: Mass media in the making and unmaking of the new left**. Berkeley: University of California Press, 1980. 328 p.

GOVERNMENT OF MALTA. **Dr. Joseph Muscat**. Valletta: Office of the Prime Minister, 2018. Disponível em: < <https://opm.gov.mt/en/Pages/Prime-Minister.aspx> >. Acesso em: 22 fev. 2019.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere, vol. 1**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. 334 p.

HALLIN, Daniel C.; MANCINI, Paolo. **Comparing media systems: Three models of media and politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. 342 p.

HOLSTI, Ole R.; ROSENAU, James M. Vietnam, Consensus, and the Belief Systems of American Leaders. **World Politics**, n. 32, p. 1-56, 1979.

HOWE, Stephen. The Maltese General Election of 1987. **Electoral Studies**, v. 6, n. 3, p. 235-47, 1987.

"IL-LEHEN" tagħlaq 90 sena; pjan li tkun onlajn. **Newsbook**, Blata l-Bajda, 8 set. 2018. Disponível em: < <https://www.newsbook.com.mt/artikli/2018/09/08/il-lehen-tagħlaq-90-sena-pjan-li-tkun-onlajn> > Acesso em: 22 fev. 2019.

LIMA, Enzo Lenine Nunes Batista Oliveira; MÖRSCHBÄCHER, Melina. Contribuições e desafios do institucionalismo histórico na Ciência Política

contemporânea. **BIB**, n. 81, 1º sem. 2016, p. 103-122.

LIPPMANN, Walter. **Liberty and the news**. Nova York: Harcourt, Brace and Howe, 1920. 104 p. Disponível em: < <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=uc1.b4194731;view=1up;seq=118> >. Acesso em: 22 fev. 2019.

_____. **Public opinion**. Nova York: Harcourt, Brace and Company, 1922. Disponível em: < <https://archive.org/details/publicopinion00lippgoog/page/n388> >. Acesso em: 22 fev. 2019.

MAHONEY, James. Path dependence in historical sociology. **Theory and Society**, v. 29, n. 4, p. 507-548, 2000.

MALTA. **Constitution of Malta**. Valletta: Ministry for Justice, Culture and Local Government, 1964. Disponível em: < <http://justiceservices.gov.mt/DownloadDocument.aspx?app=lom&itemid=8566&l=1> >. Acesso em: 22 fev. 2019.

_____. **Broadcasting Act / Chapter 350**. Valletta: Ministry for Justice, Culture and Local Government, 1991. 95 p. Disponível em: < <http://www.justiceservices.gov.mt/downloaddocument.aspx?app=lom&itemid=8820&l=1> >. Acesso em: 8 abr 2019.

MARCH, James G. **Primer on Decision Making: How Decisions Happen**. New York: Simon and Schuster, 1994. 308 p.

McNAIR, Brian. **The Sociology of Journalism**. Nova York: Bloomsbury, 1998. 192 p.

_____. **An introduction to political communication**. 5. ed. Londres e Nova York: Routledge, 2011. 226 p. Disponível em: < <http://blogs.unpad.ac.id/teddykw/files/2012/05/An-Introduction-to-Political-Communication.pdf> >. Acesso em: 22 fev. 2019.

McQUAIL, Denis. **Mass communication theory: an introduction**. 3. ed. Londres: Sage, 1994. 416 p.

MITCHELL, Jon P. **Ambivalent Europeans: Ritual, Memory and the Public Sphere in Malta**. Londres: Routledge, 2002. 292 p.

MOSIER, Nancy R.; AHLGREN, Andrew. Credibility of Precision Journalism. **Journalism Quarterly**, v. 58, n. 3, p. 375-518, 1981.

NORRIS, Pippa. Political Communications. In: **Encyclopedia of the Social Sciences**. Harvard University, 2004. 22 p. Disponível em: < <http://www.hks.harvard.edu/fs/pnorris/Acrobat/Political%20Communications%20encyclopedia2.pdf> >. Acesso em: 23 fev. 2019.

PANEBIANCO, Angelo. **Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos**. São Paulo: Martins Fontes, 2005. 568 p.

PESSOA, Antonio Vicente de Oliveira. **O sistema político, partidário e eleitoral da República de Malta**. 2015. 92 f. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara, 2015. Disponível em: < <http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/136585/000860098.pdf?sequence=1> >. Acesso em: 22 fev. 2019.

PIERSON, Paul. Increasing returns, path dependence, and the study of politics. **American Political Science Review**, v. 94, n. 2, p. 251-267, 2000. Disponível em: < <http://www.louischauvel.org/piersonpathdep2586011.pdf> >. Acesso em: 23 fev. 2019.

PIROTTA, Godfrey A. Maltese political parties and political modernization. In: **Maltese society: a sociological enquiry**. SULTANA, Ronald G.; BALDACHINO, Godfrey (eds.). Msida: Mireva Publications, 1994. p. 95-112.

RUBIM, Antonio Albino Canelas; COLLING, Leandro. Mídia, cultura e eleições presidenciais no Brasil contemporâneo. In: CORREIA, João Carlos. **Comunicação e Política**. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2005. p. 11-44.

SAMMUT, Carmen. **Media and Maltese Society**. Plymouth: Lexington Books, 2007. 246 p.

_____. Newsrooms as sub-systems of political organisations. In: BORG, Joseph; HILLMAN, Adrian; LAURI, Mary Anne (eds.). **Exploring the Maltese media landscape**. Malta: Allied Publications, 2009. p. 83-101.

SARTORI, Giovanni. **Engenharia Constitucional: como mudam as constituições**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1996. 230 p.

SCOTT, W. Richard. **Institutions and organizations: ideas, interests and identities**. Stanford: Sage Publications, 2014. 360 p.

STREECK, Wolfgang; THELEN, Kathleen. Introduction: Institutional Change in Advanced Political Economies. In: STREECK, Wolfgang; THELEN, Kathleen (eds.). **Beyond Continuity: Institutional Change in Advanced Political Economies**. Oxford: Oxford University Press, 2005. 308 p. Disponível em: < http://www.mpifg.de/people/ws/downloads/Introduction_Institutional_Change.pdf >. Acesso em: 25 fev. 2019.

THELEN, Kathleen; STEINMO, Sven. Historical institutionalism in comparative politics. In: STEINMO, Sven; THELEN, Kathleen; LONGSTRETH, Frank (eds.). **Structuring Politics: Historical Institutionalism in Comparative Analysis**. Nova York: Cambridge University Press, 1992. p. 1-32. Disponível em: < https://www.researchgate.net/publication/247656538_Structuring_Politics_Historical_Institutionalism_in_Comparative_Analysis >. Acesso: 23 fev. 2019.

SWANSON, David L.; NIMMO, Dan (eds.). **New Directions in Political Communication: A Resource Book**. Thousand Oaks: Sage, 1990. 416 p.

TUCHMAN, Gaye. Objectivity as Strategic Ritual: An Examination of Newsmen's Notions of Objectivity. **The American Journal of Sociology**, v. 77, n. 4, p. 660-79, 1972. Disponível em: < <http://www.jstor.org/stable/2776752> >. Acesso em: 23 fev. 2019.

UPDATED: Capital Radio sold. **Times of Malta**, Mrieħel, 29 mar. 2009. Disponível em: < <https://www.timesofmalta.com/articles/view/20090329/local/capital-radio-sold.250881> >. Acesso em: 4 dez. 2018.

VELLA, Victor. Kburin bl-Armata. **L-Orizzont**, Valletta, 21 mai. 2019. Editorjal, p. 10.

_____. Nifs ġdid għal dawk ta' 'l fuq minn 40 sena. **L-Orizzont**, Valletta, 22 mai. 2019. Editorjal, p. 9.

_____. Għażla waħda biss... Vot Laburista. **L-Orizzont**, Valletta, 23 mai. 2019. Editorjal, p.10.

_____. Meta se tissolva l-kriżi fil-Libja?. **L-Orizzont**, Valletta, 24 mai. 2019. Editorjal, p. 10.

_____. Unjoni Ewropea vulnerabbli. **It-Torċa**, Valletta, 26 mai. 2019. Editorjal, p. 11.

WEBER, Max. A política como Vocação. In: **Ciência e política: duas vocações**. São Paulo: Cultrix, 2004. 113 p.

ZALLER, John R. **The nature and origins of mass opinion**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. 382 p.

[LIVE] Labour majority is officially at 42,656 with 54.3%, PN gets 37.9%. Malta Today, San Ġwann, 27 mai. 2019. Disponível em: < https://www.maltatoday.com.mt/news/europe-2019/95229/live_european_elections_blog#.XOwoqstKhuR >. Acesso em: 27 mai. 2019.

ANEXOS

A - Comparativo entre tipos de meios de comunicação como principal fonte de notícias da audiência maltesa entre 1992 e 2000:

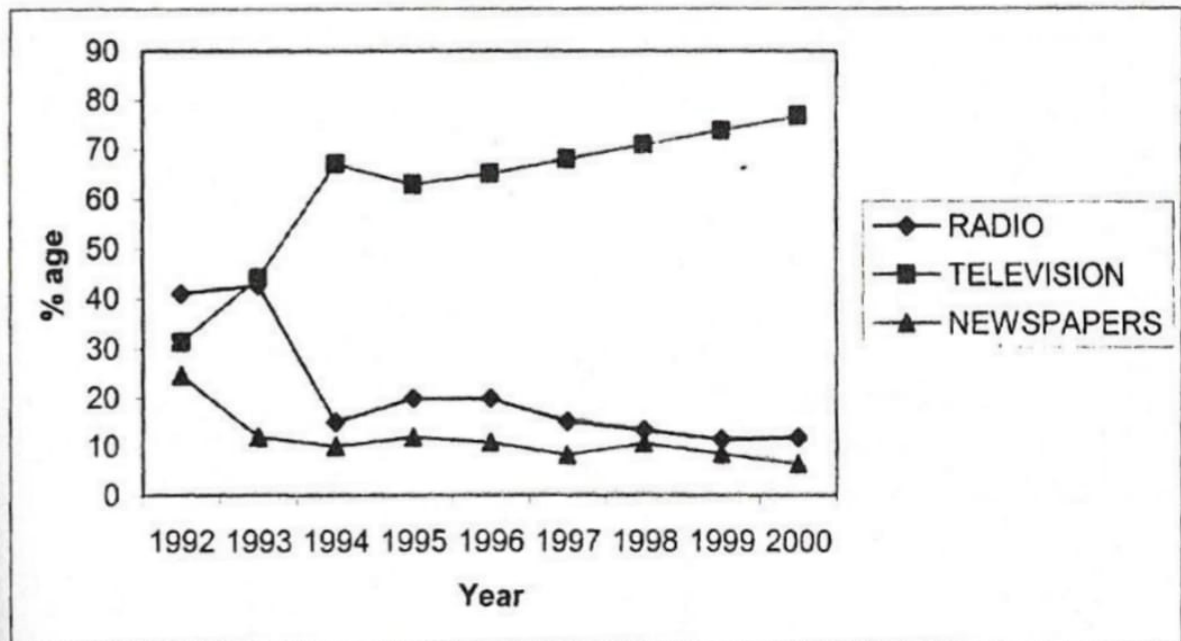


Figure 2.2. Audiences' preferred sources of news

Source: Compiled from raw data published by in Broadcasting Authority *Annual Reports*

Fonte: SAMMUT (2007, p. 49).